

CÂMARA MUNICIPAL

Odielas

Boletim Municipal das Deliberações e Decisões

Ano XIX - N.º 14 / 2018

24 de julho de 2018



FICHA TÉCNICA:

Diretor: Presidente da Câmara Municipal de Odivelas,
Dr. Hugo Manuel dos Santos Martins

Propriedade e Edição: Câmara Municipal de Odivelas, Rua Guilherme Gomes Fernandes,
Quinta da Memória, 2675-367 Odivelas

Coordenação, Layout e Paginação: Câmara Municipal de Odivelas
Área do Boletim Municipal das Deliberações e Decisões

Periodicidade: Quinzenal

Data de publicação: 24 de julho de 2018

Tiragem: 20 Exemplares

N.º de Depósito Legal: 263350/07

Distribuição Gratuita

Fotos de capa: 1 – António Diogo, 2 – Sara Pinto, 3 – Sara Pinto, 4 – António Diogo, 5 – Morgana Rodrigues,
6 – Vera Esteves, 7 – Vera Esteves, 8 – António Diogo, 9 – Sara Pinto, 10 – Sara Pinto.

Correspondência relativa ao Odivelas Boletim Municipal das Deliberações e Decisões,
deve ser dirigida a:

Câmara Municipal de Odivelas,
Avenida Amália Rodrigues, N.º 27, Piso 0 - Urbanização da Ribeirada - 2675-432 Odivelas

Telefone: 21 932 09 00 - Fax: 21 934 43 06

Disponível on-line através do site oficial da Câmara Municipal de Odivelas: www.cm-odivelas.pt/



ÍNDICE

CÂMARA MUNICIPAL

14.ª REUNIÃO ORDINÁRIA realizada em 11 de julho de 2018

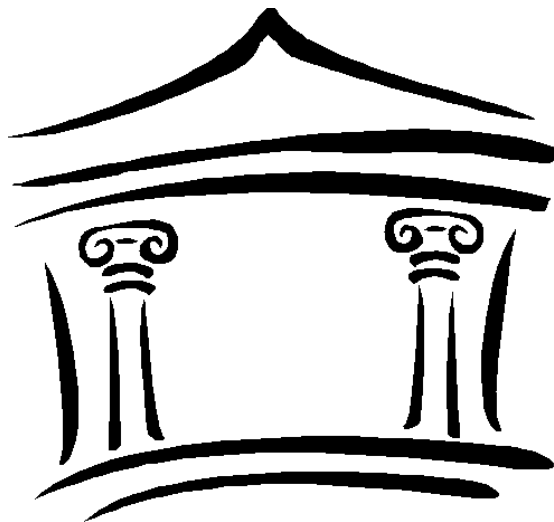
	Página
Moção	7
Voto de congratulação	7
Voto de saudação	8
Pontos retirados da ordem de trabalhos	8
Autorização de despesa e início do procedimento para prestação de serviços na área de seguros, ramos de responsabilidade civil extra contratual, automóvel, multirriscos e acidentes de trabalho (SIMAR)	9
Autorização de despesa e início do procedimento para aquisição de produtos alimentares, dividido em lotes para o triénio 2019-2021 (SIMAR)	9
Programa de implementação das Atividades de Enriquecimento Curricular nas escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico, da rede pública do concelho de Odivelas, para o ano letivo 2018/2019	10
Minuta do Acordo de Colaboração e Cooperação, tripartido, a celebrar entre o Município de Odivelas, os Agrupamentos de Escolas e as Associações de Pais e Encarregados de Educação, no âmbito da gestão do Programa das Atividades de Enriquecimento Curricular	10
Minuta do Acordo de Colaboração e Cooperação, tripartido, a celebrar entre o Município de Odivelas, os Agrupamentos de Escolas e as Instituições Particulares de Solidariedade Social, no âmbito da gestão do Programa das Atividades de Enriquecimento Curricular	14
Apoio do Município de Odivelas no âmbito da iniciativa “III Jornadas de Saúde”	17
Apoio do Município de Odivelas à Associação Musa Silhueta - Associação Arte e Cultura de Odivelas	18
Veículos estacionados abusiva e ou indevidamente na via pública	18
Atribuição de apoio financeiro, a dezasseis Associações de Pais e Encarregados de Educação (APEE) - Programa de Apoio ao Movimento Associativo de Pais e Encarregados de Educação da Rede Pública do Concelho de Odivelas	20
Atribuição dos apoios financeiros, no âmbito do Programa de Apoio Municipal de Odivelas (PAMO), para as Medidas I, II e III - Eixo Social, para o ano de 2018	21
Atribuição dos apoios financeiros, no âmbito do Programa de Apoio Municipal de Odivelas (PAMO), para as Medidas I, II e III do Eixo da Juventude para o ano de 2018	22
Atribuição dos apoios financeiros, no âmbito do Programa de Apoio Municipal de Odivelas (PAMO), para as Medidas I, II e III do Eixo da Cultura para o ano de 2018	23
Aceitação da doação de uma Pintura intitulada “Barcos”	24
Cedência de transporte municipal ao Contrato Local de Desenvolvimento Social, 3ª Geração - Odivelas (CLDS 3G-Odivelas)	24



	Página
Desencadear os procedimentos necessários à execução coerciva das obras de urbanização em falta, Alvará de loteamento n.º 02/2002, processo n.º 1404/LO/GI	24
Declaração da caducidade do procedimento de licença administrativa de alteração ao alvará de loteamento n.º 7/2001	24
Alteração ao alvará de loteamento n.º 3/2009, no Bairro Novo de Sto. Eloy, lote 28, na União de Freguesias de Pontinha e Famões	24
Indeferimento da alteração ao alvará de loteamento n.º 11/2001, inserido no Bairro Casal dos Apréstimos, para o lote 161	25
Substituição de hipoteca legal por depósito caução, lote 661, Bairro dos Quatro (São Sebastião Norte), na União das Freguesias de Pontinha e Famões	25
Substituição de hipoteca legal por depósito caução, lote 678, Bairro dos Quatro (São Sebastião Norte), na União das Freguesias de Pontinha e Famões	25
UNIDADES ORGÂNICAS	
Despachos	26
Avisos	33
Decisões com Eficácia Externa	34
 ASSEMBLEIA MUNICIPAL	
12.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA realizada em 19 de julho de 2018	
Moções	59
Recomendações	59
Votos de Pesar	60
Voto de Congratulação	60
Alteração da posição dos pontos 1 e 2 da “Ordem de Trabalhos”	60
“Plano de Ação Social e Transportes Escolares” (PASTE) Ano letivo de 2018/2019	61
Proposta de Abertura de procedimento concursal para aquisição de serviços de seguros de ramos diversos para o Município de Odivelas (2018/2021)	61
Programa de implementação das Atividades de Enriquecimento Curricular nas escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico, da rede pública do concelho de Odivelas, para o ano letivo 2018/2019	62
 Anexo:	
“Plano de Ação Social e Transportes Escolares” (PASTE)	65



CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS





CÂMARA MUNICIPAL

14.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Realizada em 11 de julho de 2018

DELIBERAÇÕES

MOÇÃO

“TAXA DE OCUPAÇÃO DO SUBSOLO”

“Tendo em conta a necessidade e legalidade da Taxa de Ocupação de subsolo versada no Regulamento Municipal (Art.º 57) e devidamente aprovada pela Assembleia Municipal de Odivelas na 2ª Sessão Extraordinária em 09.02.2017.

Tendo em conta o reiterado repúdio manifestado e aprovado por unanimidade pelo Órgão Deliberativo (Assembleia Municipal de Odivelas) legítima e democraticamente eleito, face à cobrança da TOS aos consumidores finais;

Tendo em conta que em 21 de Novembro de 2013 a Assembleia Municipal de Odivelas, aprovou por unanimidade uma moção por nós apresentada e que visava solicitar aos Grupos Parlamentares a alteração da Lei, de forma a que fosse proibida a repercussão das TMDP e TOS sobre os consumidores finais.

Tendo ainda em conta o estipulado no Art.º 85 do Orçamento de Estado para 2017, o qual proíbe às entidades operadoras de infraestruturas de fazer repercutir a Taxa de Ocupação de Subsolo na fatura dos consumidores;

Tendo em conta o reiterado comportamento de confronto com a legalidade e autoridade do Estado assumido pelas referidas operadoras;

A Câmara Municipal de Odivelas, reunida na 14ª Reunião Ordinária de 11-07-2018, delibera manifestar:

- O seu repúdio pela continuada cobrança da TOS nas faturas do gás canalizado e aí repercutidas sobre os consumidores finais;

•Solicitar ao Governo da República, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República bem como a todas as Autoridades Competentes que atuem no sentido da rápida reposição da legalidade democrática.

(Apresentado pela bancada da CDU - aprovado, por unanimidade).

Odivelas, 11 de julho de 2018

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)”

(Aprovado por unanimidade)

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

“ASSOCIAÇÃO CORAL DE ODIVELAS emCANTUS”

“No último fim-de-semana do mês de junho, o coro emCANTUS, da Associação Coral de Odivelas, voltou a encantar, pelo segundo ano consecutivo no Festival Coros de Verão, um evento Internacional que decorreu em Belém, com a ilustre participação de coros provenientes dos mais diversos cantos do globo, entre os quais, Estados Unidos da América, Espanha, Singapura, Lituânia e Polónia, espelhando assim, a mais ampla diversidade artística e cultural.

Tratou-se de mais uma excelente representação de imensa qualidade no âmbito da Arte e da Cultura que prospera por Odivelas, conseguindo o emCANTUS obter a medalha de Ouro IV (87,22%), tendo sido o primeiro classificado na categoria “Jazz, Gospel, Pop”. Esta distinção traduz-se numa tremenda melhoria em relação ao ano transato, onde tinha conquistado a medalha de Ouro I.

O Coro emCANTUS foi o primeiro coro da A.C.O. (Associação Coral de Odivelas), e foi criado em setembro de 2015 pelo Maestro Pedro Santos Ferreira. O seu repertório habitual é muito eclético, desde os primeiros dias da música ao pop e jazz. Atualmente é um coro misto com aproximadamente 50 elementos, o mais jovem em meados da adolescência e o mais antigo em meados dos anos 40 de idade.

É por isso, um motivo de grande orgulho, assistir ao crescimento deste coro, que nesta edição do Festival Coros de Verão, teve a honra de encerrar o concerto nos claustros dos Jerónimos, tendo sido ainda o coro selecionado para o concerto de encerramento do Festival no CCB.



A Associação Coral de Odivelas é uma Associação que enriquece a realidade cultural do nosso território, levando o nome do município a ser conhecido a nível nacional e internacional no contexto coral.

A música coral de Odivelas está novamente de parabéns!”

(Apresentado pela bancada do PS - aprovado, por unanimidade).

Odivelas, 11 de julho de 2018

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)”

(Aprovado por unanimidade)

VOTO DE SAUDAÇÃO

“AOS CLUBES E COLETIVIDADES PARTICIPANTES NA CERIMÓNIA DE APRESENTAÇÃO DA CANDIDATURA DE ODIVELAS A CIDADE EUROPEIA DO DESPORTO 2020”

“Odivelas é, formalmente, candidata a receber a distinção de Cidade Europeia do Desporto em 2020, candidatura que nos orgulha enquanto Município e comunidade.

Não obstante esta candidatura constituir um desafio municipal, materializado em ações promovidas em grande parte pela Câmara Municipal, queremos que seja acima de tudo um projeto agregador que, transversalmente, tenha a capacidade de gerar no território dinâmicas de coesão e de envolvimento das diversas organizações e entidades, estimulando através do desporto a inovação, a inclusão social e a promoção de hábitos de vida saudáveis.

Reconhecendo que o estatuto de “Cidade Europeia do Desporto” é uma oportunidade plena para aprofundar uma política territorial de promoção da marca Odivelas, sabemos que constitui também um fator extra de motivação para os nossos Clubes e Coletividades.

Instados a, connosco, percorrerem este percurso, os Clubes e Associações do Concelho disseram presente e demonstraram de forma comprometida que o panorama desportivo em Odivelas vai muito para além do investimento público e é, sem dúvida, um elemento aglutinador da comunidade.

Clubos, atletas, treinadores, dirigentes, pais e simples associados, fizeram do Pavilhão Multiusos, no passado dia 29 de Junho, um espaço em que, a uma só voz, fomos capazes de demonstrar a nossa capacidade de ser ousados e de acreditar que é, sempre, possível ir mais longe.

Neste sentido, a Câmara Municipal de Odivelas reconhece o trabalho desenvolvido e, acima de tudo, agradece aos Clubes, Associações e a todos os que contribuem diariamente com o seu trabalho em prol da comunidade, a magnífica demonstração de força, capacidade, disponibilidade e qualidade com que nos brindaram na cerimónia de 29 de Junho.

(Apresentado pela bancada do PS - aprovado, por unanimidade).

Odivelas, 11 de julho de 2018

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)”

(Aprovado por unanimidade)

RETIRADA DE PONTOS

PONTO 1.1.

Retirada do ponto 1.1. da ordem de trabalhos da presente reunião, referente à “Aprovação da Ata da 12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 13 de junho de 2018”.

(Aprovado por unanimidade)

PONTO 5.1.

Retirada do ponto 5.1. da ordem de trabalhos da presente reunião, referente a “Propostas de: A - Esquema Diretor da UOPG-07 – Zona do Barruncho; B - Delimitação do Plano de Pormenor do Casal da Rocha, Respetivos Termos de Referência; C - Início do Período de Discussão Pública”.

(Aprovado por unanimidade)



SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS DE LOURES E ODIVELAS

AUTORIZAÇÃO DE DESPESA E INÍCIO DO PROCEDIMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE SEGUROS CONCURSO PÚBLICO 9/2018 – PASB/95/2018 PROCESSO N.º 14/DM/2018

Autorização de despesa e início do procedimento para prestação de serviços na área de seguros, ramos de responsabilidade civil extra contratual, automóvel, multirriscos e acidentes de trabalho, concurso público 9/2018 – PASB/95/2018, na sequência do deliberado pelo Conselho de Administração dos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos de Loures e Odivelas (SIMAR), na sua 16ª reunião ordinária, realizada em 22 de junho de 2018. De acordo com a proposta 267/2018, dos SIMAR, remetida à Câmara Municipal de Odivelas através do ofício S/18198 de 2018.06.22, e de acordo com o constante na Informação da Câmara Municipal Interno/2018/ 7634, de 2018.06.26, é proposto:

1. Autorização da despesa com o preço base de €1.120.150,00 (um milhão cento e vinte mil e cento e cinquenta euros), para o período de 12 meses, bem como o início do procedimento para o Concurso Público;

2. Programa do Concurso;

3. Caderno de Encargos;

4. Composição do Júri:

- Maria Isabel Mire Soares, como Presidente;
- Maria Lurdes Fidalgo que substituirá o Presidente nas suas ausências ou impedimentos;
- Sandra Marina Gonçalves.

Membros Suplentes:

- Hernâni Carvalho;
- Florbela Claro Ferreira.

5. Subdelegação na Chefe de Divisão de Aprovisionamento das competências referidas nos artigos 77.º, 85.º, 100.º e 104.º, n.º 3 do Código dos Contratos Públicos-CCP, e no júri as referidas no artigo 50.º, ao abrigo do n.º 1 do artigo 109.º do CCP.

(Aprovado por unanimidade)

AUTORIZAÇÃO DE DESPESA E INÍCIO DO PROCEDIMENTO PARA A AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTARES AGRUPAMENTO DE ENTIDADES ADJUDICANTES PROCESSO N.º 15/DM/2018

Autorização de despesa e início do procedimento para aquisição de produtos alimentares, dividido em lotes para o triénio 2019-2021 agrupamento de entidades adjudicantes (CMLoures/SIMAR), na sequência do deliberado pelo Conselho de Administração dos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos de Loures e Odivelas (SIMAR), na sua 16ª reunião ordinária, realizada em 22 de junho de 2018. De acordo com a proposta 270/2018, dos SIMAR, remetida à Câmara Municipal de Odivelas, através do ofício S/18198/2018 de 2018.06.22, e de acordo com o constante na informação da Câmara Municipal Interno/2018/7633, de 2018.06.26, é proposto:

1. Autorização da despesa no valor total para o triénio 2019/2021 de €429.000,00 (quatrocentos e vinte e nove mil euros), sendo o valor anual de €143.000,00 (cento e quarenta e três mil euros), bem como o início do procedimento para o Concurso Público;

2. Programa do Concurso;

3. Caderno de Encargos;

4. Protocolo de entendimento para a constituição do Agrupamento de Entidades Adjudicantes (Município de Loures e SIMAR);

5. Composição do Júri, o qual integrará:

Membros Efetivos:

- Viriato Aguilar, como Presidente;
- Bruno Godinho que substituirá o Presidente nas suas ausências ou impedimentos;
- Edite Calado.

Membros Suplentes:

- Ana Cristina Antunes;
- Sónia Henriques.

(Aprovado por unanimidade)



ENRIQUECIMENTO CURRICULAR 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO

IMPLEMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR NO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO ANO LETIVO 2018/2019

Programa de implementação das Atividades de Enriquecimento Curricular nas escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico, da rede pública do concelho de Odivelas, para o ano letivo 2018/2019, tem como enquadramento a Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto. O Programa de Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) traduz-se numa oferta educativa e formativa gratuita, de inscrição facultativa, que se desenvolve ao longo do ano letivo, garantindo uma diversidade de atividades de cariz cultural e lúdico, de complemento ao currículo e de ocupação útil e adequada dos tempos não letivos.

A oferta das Atividades de Enriquecimento Curricular em cada escola será planificada pelos agrupamentos de escolas em parceria com a Câmara Municipal de Odivelas e com as entidades gestoras parceiras, tendo por base os domínios das atividades a definir de acordo com o Projeto Educativo de agrupamento, procurando o equilíbrio entre os interesses dos alunos, a formação e perfil dos profissionais que as asseguram, o regime de funcionamento dos estabelecimentos de ensino, os espaços disponíveis para o funcionamento das atividades e o número estimado de alunos para o ano letivo 2018/2019. De acordo com o proposto na Informação n.º Interno/2018/7686 de 2018.07.04.

Este assunto carece de deliberação em Assembleia Municipal

(Aprovado por maioria)

ACORDOS DE COLABORAÇÃO E COOPERAÇÃO

ACORDO DE COLABORAÇÃO E COOPERAÇÃO TRIPARTIDO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE ODIVELAS OS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS E AS ASSOCIAÇÕES DE PAIS E ENCARGADOS DE EDUCAÇÃO

Minuta do Acordo de Colaboração e Cooperação, tripartido, a celebrar entre o Município de Odivelas, os Agrupamentos de Escolas e as Associações de Pais e Encarregados de Educação, no âmbito da gestão do Programa das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) nas escolas do 1º ciclo do ensino básico para o ano letivo 2018/2019. Com o presente acordo pretende-se estabelecer uma parceria entre as partes, cujo objetivo central é criar as condições necessárias à implementação e

desenvolvimento do Programa das Atividades de Enriquecimento Curricular, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2018/8130 de 2018.07.04, nos termos da minuta anexa à informação.

“PROPOSTA DE ACORDO DE COLABORAÇÃO E COOPERAÇÃO

Considerando que:

1. A Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto, do Ministério da Educação e Ciência, define, entre outras, as regras a observar na oferta das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) no 1º ciclo do ensino básico, bem como o regime de acesso ao apoio financeiro a conceder pelo Ministério da Educação e Ciência no âmbito das mesmas atividades.
2. A referida portaria aplica-se aos estabelecimentos de educação e ensino público nos quais funcione o 1º ciclo do ensino básico.
3. No âmbito da portaria, consideram-se AEC as atividades que sejam de caráter facultativo e de natureza eminentemente lúdica, formativa e cultural que incidam, nomeadamente, nos domínios desportivo, artístico, científico e tecnológico, de ligação da escola com o meio, de solidariedade e voluntariado e da dimensão europeia na educação.
4. As referidas atividades traduzem-se numa oferta obrigatória e de frequência gratuita, sendo a inscrição facultativa, e que se desenvolvem ao longo do ano letivo dirigidas aos alunos do 1º ao 4º ano do 1º ciclo do ensino básico público.
5. As atividades curriculares são obrigatoriamente organizadas em regime normal, podendo excepcionalmente ocorrer em regime duplo, quando as instalações não permitam o funcionamento em regime normal, mais precisamente, quando o número de turmas constituídas for superior ao número de salas disponíveis.
6. Define a portaria que no recrutamento e contratação dos respetivos profissionais devem ser tidos em conta os recursos docentes de carreira existentes nos próprios agrupamentos de escolas para afetar às AEC, após o cumprimento do despacho normativo relativo à distribuição do serviço docente, conforme indicado na alínea a), número 2, do Artigo 16.º da mesma portaria.
7. Na planificação das AEC devem ser tidos em conta, os recursos existentes na comunidade, nomeadamente IPSS, associações culturais, entre outros.
8. Define ainda o Artigo 14.º da referida portaria que a entidade que seja promotora das AEC nos termos da alínea b) do Artigo 13.º (Autarquias locais) pode essa entidade constituir parcerias com as demais entidades nele



referidas ou com outras entidades públicas e privadas com ou sem fins lucrativos, para a concretização das AEC, designadamente, para a seleção e recrutamento dos profissionais que venham a assegurar o desenvolvimento das atividades, mediante a celebração de um protocolo de colaboração, cujos termos constam no Artigo 15.º da portaria e terão de identificar as atividades de enriquecimento curricular a desenvolver, a duração semanal de cada atividade, o local ou locais de funcionamento, as responsabilidades e competências das partes, o número de alunos em cada atividade e os recursos humanos necessários ao funcionamento das AEC.

9. No âmbito da Clausula 3ª, do Contrato de Execução respeitante à Transferência de Competências para o Município em matéria de Educação, publicado no Diário da República N.º 28, 2ª Série, de 27 de outubro de 2009, o Município de Odivelas enquanto Entidade Promotora do Programa das AEC apresentará junto da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE) os dados referentes à sua implementação, conforme definido no Artigo 21.º da Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto.

Entre:

MUNICÍPIO DE ODIVELAS, com sede na Rua Guilherme Gomes Fernandes, na Quinta da Memória, em Odivelas, pessoa coletiva com o número 504 293 125, neste ato representado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Hugo Martins adiante designado por *PRIMEIRO OUTORGANTE*;

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE _____, com sede na Escola _____, Rua _____, Pessoa Coletiva n.º _____, neste ato representado pelo/a Senhor/a Diretor/a do Agrupamento, Professor/a _____, adiante designado por *SEGUNDO OUTORGANTE*;

e,

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DA ESCOLA _____, com sede na Escola _____, Rua _____, Pessoa Coletiva n.º _____ neste ato representado pelo/a Senhor/a Presidente, _____, adiante designado por *TERCEIRO OUTORGANTE*.

É de livre vontade e de boa-fé celebrado o presente Acordo Tripartido de Colaboração e Cooperação, que se rege pelas cláusulas seguintes, que as partes aceitam e, reciprocamente se obrigam a cumprir e a fazer cumprir

Cláusula Primeira
(Do Objeto)

1. Nos termos previstos pela Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto, do Ministério da Educação e Ciência, com o

presente Acordo visa-se estabelecer uma parceria entre as Partes, cujo objetivo central é criar as condições necessárias à implementação e desenvolvimento do Programa das Atividades de Enriquecimento Curricular, na(s) Escola(s) _____.

2. Os termos do presente Acordo no que se refere à identificação das atividades de enriquecimento curricular a desenvolver, a duração semanal de cada atividade, o local ou locais de funcionamento, as responsabilidades e competências das partes, o número de alunos em cada atividade e os recursos humanos necessários ao funcionamento das AEC constam do Anexo I, que dele faz parte integrante.

3. O Anexo I mencionado no ponto anterior poderá ser objeto de atualização sempre que tal se justifique.

Cláusula Segunda

(Das Responsabilidades do Primeiro Outorgante)

O Primeiro Outorgante responsabiliza-se por:

a) Elaborar e apresentar a proposta de candidatura ao Programa em questão, nos termos definidos pelos diplomas do Ministério da Educação e Ciência;

b) Proceder à transferência de verbas para o Terceiro Outorgante, tendo por base o apoio financeiro definido nos termos do Artigo 20.º da Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto, tendo por referência os dados constantes no Anexo I ao presente Acordo, em três tranches sendo a primeira transferência realizada até ao dia 15 do mês de início do 1º período letivo /setembro 2018; a segunda transferência até ao dia 15 do mês do término do 1º período letivo /dezembro de 2018 e a terceira e última transferência, até ao dia 15 do mês de início do 3º período letivo /abril 2019;

c) Participar na elaboração dos horários das AEC em conjunto com o Segundo e Terceiro Outorgantes, tendo em conta, as atividades a desenvolver, a carga horária semanal definida, o número de turmas a constituir, bem com os espaços físicos afetos ao programa;

d) Efetuar o acompanhamento da implementação, aplicação e resultados do Programa, em conjunto com o Segundo e Terceiro Outorgantes;

e) Monitorizar o processo de inventariação dos materiais e equipamentos adquiridos pelo Terceiro Outorgante, em conjunto com o Segundo Outorgante.

f) Analisar e aprovar a aquisição, no âmbito do Programa das Atividades de Enriquecimento Curricular, de bens móveis/equipamentos e consumíveis que integrarão o imobilizado corpóreo, afeto a um estabelecimento



educativo, em articulação com o Segundo e o Terceiro Outorgantes;

g) Permitir, excepcionalmente e nos termos a definir entre as partes, que os bens móveis/equipamentos que integram o imobilizado corpóreo, afeto a um estabelecimento educativo e adquiridos no âmbito do Programa das Atividades de Enriquecimento Curricular, possam ser utilizados pelas escolas que fazem parte do mesmo agrupamento de escolas, através de um registo escrito de controlo de utilização;

Cláusula Terceira
(Das Responsabilidades do Segundo Outorgante)

O Segundo Outorgante responsabiliza-se por:

a) Inventariar os recursos docentes de quadro, próprios do agrupamento de escolas, disponíveis para a realização de uma ou mais AEC, no sentido de estes serem obrigatoriamente afetos às AEC, nos termos do Artigo 16.º da Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto.

b) Organizar os processos de inscrição dos alunos no Programa e desencadear os procedimentos inerentes à formação das turmas, em função da carga horária semanal, do local de funcionamento, bem como do número de alunos a frequentar cada atividade;

c) Participar na elaboração dos horários das AEC em conjunto com o Primeiro e Terceiro Outorgantes, tendo em conta as atividades a desenvolver, a carga horária semanal definida dentro dos limites da Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto, o número de turmas a constituir, bem com os espaços físicos a afetar a cada atividade;

d) Planificar, supervisionar e acompanhar a programação das AEC, tendo por base o Projeto Educativo do respetivo Agrupamento de Escolas, garantindo a articulação de todos os componentes curriculares;

e) Elaborar a proposta de articulação pedagógica, em conformidade com os objetivos definidos no projeto educativo do agrupamento de escolas, o Plano Anual de Atividades do Estabelecimento de Ensino bem como outras diretrizes produzidas pelo Ministério da Educação e Ciência, submete-la à aprovação do Conselho Pedagógico e à deliberação do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas;

f) Colaborar com o Terceiro Outorgante na seleção, recrutamento e contratação dos professores para as AEC, em conformidade com as orientações da Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto que regula o Programa;

g) Efetuar o plano anual de supervisão pedagógica conforme definido no Regulamento Interno do agrupamento de escolas e acompanhar a avaliação do

Programa em conjunto com a entidade promotora e a entidade parceira;

h) Efetuar a avaliação da implementação, aplicação e resultados do Programa, conjuntamente com o Primeiro e o Terceiro Outorgantes;

i) Referir em sede de Regulamento Interno as implicações das faltas às Atividades de Enriquecimento Curricular, nos termos do Artigo 8.º da Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto;

j) Proceder ao inventário de todos os materiais/equipamentos adquiridos pelo Terceiro Outorgante no âmbito do programa das AEC dando conhecimento do mesmo ao Primeiro Outorgante.

k) Analisar e aprovar a aquisição, no âmbito do Programa das Atividades de Enriquecimento Curricular, de bens móveis/equipamentos e consumíveis que integrarão o imobilizado corpóreo, afeto a um estabelecimento educativo, em articulação com o Primeiro e o Terceiro Outorgantes;

l) Permitir, excepcionalmente e nos termos a definir entre as partes, que os bens móveis/equipamentos que integram o imobilizado corpóreo, afeto a um estabelecimento educativo e adquiridos no âmbito do Programa das Atividades de Enriquecimento Curricular, possam ser utilizados pelas escolas que fazem parte do mesmo agrupamento de escolas, através de um registo escrito de controlo de utilização;

m) Facultar ao Ministério da Educação e Ciência, informação relativa ao perfil dos recursos docentes afetos às atividades de enriquecimento curricular, designadamente os respeitantes às habilitações literárias e qualificações profissionais;

Cláusula Quarta
(Das Responsabilidades do Terceiro Outorgante)

O Terceiro Outorgante responsabiliza-se por:

a) Selecionar e recrutar, em articulação com o Segundo Outorgante, os professores para as AEC, em conformidade com as orientações da Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto que regula o Programa;

b) Efetuar a gestão quotidiana das AEC em articulação com o Segundo Outorgante e garantir a substituição dos professores, no caso de ausência pontual ou continuada;

c) Participar na elaboração dos horários das AEC em conjunto com o Primeiro e Segundo Outorgantes, tendo em conta as atividades a desenvolver, a carga horária semanal definida, o número de turmas a constituir, os horários de cada atividade, bem como os espaços físicos afetos ao Programa;



d) Garantir a implementação do Programa de acordo com os horários semanais definidos em conjunto pelas partes e o local determinado para o funcionamento de cada atividade, tendo igualmente em conta, as orientações programáticas bem como outras diretrizes produzidas pelo Ministério da Educação e Ciência;

e) Efetuar o pagamento aos professores através das verbas transferidas pelo Primeiro Outorgante e elaborar mapas trimestrais de custos a enviar à Câmara Municipal de Odivelas no final de cada período letivo, tendo em conta o número de alunos a frequentar as AEC, a fim de se proceder aos eventuais acertos nos montantes das transferências subsequentes;

f) Apresentar documentos de quitação dos comprovativos dos valores pagos aos professores, ou cópia do contrato. No caso de se tratar de uma contratação de serviço, deverá a Entidade Gestora solicitar este comprovativo à entidade contratada;

g) Garantir que as verbas a transferir no âmbito do presente Acordo serão aplicadas no Programa de desenvolvimento das AEC, assumindo integral responsabilidade pela não utilização das referidas verbas para o fim a que se destinam;

h) Remeter ao Primeiro Outorgante, no final do 1º, 2º e 3º períodos letivos, relatório com a relação das despesas efetuadas, acompanhado de cópias digitalizadas das respetivas faturas ou recibos comprovativos das mesmas;

i) Colaborar na gestão dos recursos humanos afetos à vigilância dos recreios e limpeza das instalações, nos termos a definir com o Segundo Outorgante;

j) Garantir que todos os materiais/equipamentos, que não sejam de desgaste rápido, adquiridos no âmbito do Programa das AEC, serão entregues à Coordenação da Escola, a qual terá a responsabilidade de os incluir em inventário próprio, dando conhecimento do mesmo ao Primeiro Outorgante.

k) Analisar e adquirir, no âmbito do Programa das Atividades de Enriquecimento Curricular, os bens móveis/equipamentos e consumíveis que integrarão o imobilizado corpóreo, afeto a um estabelecimento educativo, em articulação com o Primeiro e o Segundo Outorgantes;

l) Permitir, excecionalmente e nos termos a definir entre as partes, que os bens móveis/equipamentos que integram o imobilizado corpóreo, afeto a um estabelecimento educativo e adquiridos no âmbito do Programa das Atividades de Enriquecimento Curricular, possam ser utilizados pelas escolas que fazem parte do mesmo agrupamento de escolas, através de um registo escrito de controlo de utilização.

Cláusula Quinta
(Da Logística)

A lecionação das Atividades de Enriquecimento Curricular, no âmbito do mencionado Programa, far-se-á nos espaços previamente acordados entre o Primeiro e o Segundo Outorgantes.

Cláusula Sexta
(Da Vigência)

Sem prejuízo de eventual revisão, por acordo dos Outorgantes, o presente Acordo entra em vigor após a publicação no Boletim Municipal e à data da sua assinatura, mantendo-se em vigor até ao dia de encerramento oficial do ano letivo 2018/2019.

Cláusula Sétima
(Disposições Finais)

1. No demais, este Acordo será regido pela legislação aplicável em vigor, devendo as Partes respeitar a regulamentação específica aplicável, emitida pelas entidades nacionais competentes em matéria de Educação.

2. Qualquer adequação ou tolerância relativa ao estipulado no presente Acordo será resolvida por acordo entre as Partes, não implicando uma alteração ao clausulado a menos, que as Partes por acordo assim o entendam fazer.

O presente Acordo de Colaboração e Cooperação foi feito em três exemplares, que vão ser assinados pelos representantes das Partes, destinando-se um exemplar a cada uma delas.

Odivelas, ____ de _____ de 2018

Pelo Primeiro Outorgante,

(Hugo Martins)

Pelo Segundo Outorgante,

Pelo Terceiro Outorgante,

_____”

(Aprovado por maioria)



**ACORDO DE COLABORAÇÃO E COOPERAÇÃO TRIPARTIDO
A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE ODIVELAS
OS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS E AS
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL**

Minuta do Acordo de Colaboração e Cooperação, tripartido, a celebrar entre o Município de Odivelas, os Agrupamentos de Escolas e as Instituições Particulares de Solidariedade Social, no âmbito da gestão do Programa das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) nas escolas do 1º ciclo do ensino básico para o ano letivo 2018/2019. Com o presente acordo pretende-se estabelecer uma parceria entre as partes, cujo objetivo central é criar as condições necessárias à implementação e desenvolvimento do Programa das Atividades de Enriquecimento Curricular, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2018/8130 de 2018.07.04, nos termos da minuta anexa à informação.

**“PROPOSTA DE ACORDO DE COLABORAÇÃO E
COOPERAÇÃO**

Considerando que:

1. A Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto, do Ministério da Educação e Ciência, define, entre outras, as regras a observar na oferta das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) no 1º ciclo do ensino básico, bem como o regime de acesso ao apoio financeiro a conceder pelo Ministério da Educação e Ciência no âmbito das mesmas atividades.
2. A referida portaria aplica-se aos estabelecimentos de educação e ensino público nos quais funcione o 1º ciclo do ensino básico.
3. No âmbito da portaria, consideram-se AEC as atividades que sejam de caráter facultativo e de natureza eminentemente lúdica, formativa e cultural que incidam, nomeadamente, nos domínios desportivo, artístico, científico e tecnológico, de ligação da escola com o meio, de solidariedade e voluntariado e da dimensão europeia na educação.
4. As referidas atividades traduzem-se numa oferta obrigatória e de frequência gratuita, sendo a inscrição facultativa, e que se desenvolvem ao longo do ano letivo dirigidas aos alunos do 1º ao 4º ano do 1º ciclo do ensino básico público.
5. As atividades curriculares são obrigatoriamente organizadas em regime normal, podendo exceionalmente ocorrer em regime duplo, quando as instalações não permitam o funcionamento em regime normal, mais precisamente, quando o número de turmas constituídas for superior ao número de salas disponíveis.
6. Define a portaria que no recrutamento e contratação dos respetivos profissionais devem ser tidos em conta os

recursos docentes de carreira existentes nos próprios agrupamentos de escolas para afetar às AEC, após o cumprimento do despacho normativo relativo à distribuição do serviço docente, conforme indicado na alínea a), número 2, do Artigo 16.º da mesma portaria.

7. Na planificação das AEC devem ser tidos em conta, os recursos existentes na comunidade, nomeadamente IPSS, associações culturais, entre outros.

8. Define ainda o Artigo 14.º da referida portaria que a entidade que seja promotora das AEC nos termos da alínea b) do Artigo 13.º (Autarquias locais) pode essa entidade constituir parcerias com as demais entidades nele referidas ou com outras entidades públicas e privadas com ou sem fins lucrativos, para a concretização das AEC, designadamente, para a seleção e recrutamento dos profissionais que venham a assegurar o desenvolvimento das atividades, mediante a celebração de um protocolo de colaboração, cujos termos constam no Artigo 15.º da portaria e terão de identificar as atividades de enriquecimento curricular a desenvolver, a duração semanal de cada atividade, o local ou locais de funcionamento, as responsabilidades e competências das partes, o número de alunos em cada atividade e os recursos humanos necessários ao funcionamento das AEC.

9. No âmbito da Clausula 3ª, do Contrato de Execução respeitante à Transferência de Competências para o Município em matéria de Educação, publicado no Diário da República N.º 28, 2ª Série, de 27 de outubro de 2009, o Município de Odivelas enquanto Entidade Promotora do Programa das AEC apresentará junto da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE) os dados referentes à sua implementação, conforme definido no Artigo 21.º da Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto.

Entre:

MUNICÍPIO DE ODIVELAS, com sede na Rua Guilherme Gomes Fernandes, na Quinta da Memória, em Odivelas, pessoa coletiva com o número 504 293 125, neste ato representado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Hugo Martins adiante designado por *PRIMEIRO OUTORGANTE*;

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE _____, com sede na Escola _____, Rua _____, _____, Pessoa Coletiva n.º _____, neste ato representado pelo/a Senhor/a Diretor/a do Agrupamento, Professor/a _____, adiante designado por *SEGUNDO OUTORGANTE*;

e,

_____, IPSS, com sede na Rua _____ – _____, Pessoa Coletiva n.º _____ neste ato representado pelo/a Senhor/a



Diretor/a, _____, adiante designado por
TERCEIRO OUTORGANTE.

É de livre vontade e de boa-fé celebrado o presente Acordo Tripartido de Colaboração e Cooperação, que se rege pelas cláusulas seguintes, que as partes aceitam e, reciprocamente se obrigam a cumprir e a fazer cumprir

Cláusula Primeira
(Do Objeto)

1. Nos termos previstos pela Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto, do Ministério da Educação e Ciência, com o presente Acordo visa-se estabelecer uma parceria entre as Partes, cujo objetivo central é criar as condições necessárias à implementação e desenvolvimento do Programa das Atividades de Enriquecimento Curricular, na(s) Escola(s) _____.

2. Os termos do presente Acordo no que se refere à identificação das atividades de enriquecimento curricular a desenvolver, a duração semanal de cada atividade, o local ou locais de funcionamento, as responsabilidades e competências das partes, o número de alunos em cada atividade e os recursos humanos necessários ao funcionamento das AEC constam do Anexo I, que dele faz parte integrante.

3. O Anexo I mencionado no ponto anterior poderá ser objeto de atualização sempre que tal se justifique.

Cláusula Segunda
(Das Responsabilidades do Primeiro Outorgante)

O Primeiro Outorgante responsabiliza-se por:

- a) Elaborar e apresentar a proposta de candidatura ao Programa em questão, nos termos definidos pelos diplomas do Ministério da Educação e Ciência;
- b) Proceder à transferência de verbas para o Terceiro Outorgante, tendo por base o apoio financeiro definido nos termos do Artigo 20.º da Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto, tendo por referência os dados constantes no Anexo I ao presente Acordo, em três tranches sendo a primeira transferência realizada até ao dia 15 do mês de início do 1º período letivo /setembro 2018; a segunda transferência até ao dia 15 do mês do término do 1º período letivo /dezembro de 2018 e a terceira e última transferência, até ao dia 15 do mês de início do 3º período letivo /abril 2019;
- c) Participar na elaboração dos horários das AEC em conjunto com o Segundo e Terceiro Outorgantes, tendo em conta, as atividades a desenvolver, a carga horária semanal definida, o número de turmas a constituir, bem com os espaços físicos afetos ao programa;

d) Efetuar o acompanhamento da implementação, aplicação e resultados do Programa, em conjunto com o Segundo e Terceiro Outorgantes;

e) Monitorizar o processo de inventariação dos materiais e equipamentos adquiridos pelo Terceiro Outorgante, em conjunto com o Segundo Outorgante.

f) Analisar e aprovar a aquisição, no âmbito do Programa das Atividades de Enriquecimento Curricular, de bens móveis/equipamentos e consumíveis que integrarão o imobilizado corpóreo, afeto a um estabelecimento educativo, em articulação com o Segundo e o Terceiro Outorgantes;

g) Permitir, excecionalmente e nos termos a definir entre as partes, que os bens móveis/equipamentos que integram o imobilizado corpóreo, afeto a um estabelecimento educativo e adquiridos no âmbito do Programa das Atividades de Enriquecimento Curricular, possam ser utilizados pelas escolas que fazem parte do mesmo agrupamento de escolas, através de um registo escrito de controlo de utilização;

Cláusula Terceira
(Das Responsabilidades do Segundo Outorgante)

O Segundo Outorgante responsabiliza-se por:

- a) Inventariar os recursos docentes de quadro, próprios do agrupamento de escolas, disponíveis para a realização de uma ou mais AEC, no sentido de estes serem obrigatoriamente afetos às AEC, nos termos do Artigo 16.º da Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto.
- b) Organizar os processos de inscrição dos alunos no Programa e desencadear os procedimentos inerentes à formação das turmas, em função da carga horária semanal, do local de funcionamento, bem como do número de alunos a frequentar cada atividade;
- c) Participar na elaboração dos horários das AEC em conjunto com o Primeiro e Terceiro Outorgantes, tendo em conta as atividades a desenvolver, a carga horária semanal definida dentro dos limites da Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto, o número de turmas a constituir, bem com os espaços físicos a afetar a cada atividade;
- d) Planificar, supervisionar e acompanhar a programação das AEC, tendo por base o Projeto Educativo do respetivo Agrupamento de Escolas, garantindo a articulação de todos os componentes curriculares;
- e) Elaborar a proposta de articulação pedagógica, em conformidade com os objetivos definidos no projeto educativo do agrupamento de escolas, o Plano Anual de Atividades do Estabelecimento de Ensino bem como outras diretrizes produzidas pelo Ministério da Educação



e Ciência, submete-la à aprovação do Conselho Pedagógico e à deliberação do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas;

f) Colaborar com o Terceiro Outorgante na seleção, recrutamento e contratação dos professores para as AEC, em conformidade com as orientações da Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto que regula o Programa;

g) Efetuar o plano anual de supervisão pedagógica conforme definido no Regulamento Interno do agrupamento de escolas e acompanhar a avaliação do Programa em conjunto com a entidade promotora e a entidade parceira;

h) Efetuar a avaliação da implementação, aplicação e resultados do Programa, conjuntamente com o Primeiro e o Terceiro Outorgantes;

i) Referir em sede de Regulamento Interno as implicações das faltas às Atividades de Enriquecimento Curricular, nos termos do Artigo 8.º da Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto;

j) Proceder ao inventário de todos os materiais/equipamentos adquiridos pelo Terceiro Outorgante no âmbito do programa das AEC dando conhecimento do mesmo ao Primeiro Outorgante.

k) Analisar e aprovar a aquisição, no âmbito do Programa das Atividades de Enriquecimento Curricular, de bens móveis/equipamentos e consumíveis que integrarão o imobilizado corpóreo, afeto a um estabelecimento educativo, em articulação com o Primeiro e o Terceiro Outorgantes;

l) Permitir, excecionalmente e nos termos a definir entre as partes, que os bens móveis/equipamentos que integram o imobilizado corpóreo, afeto a um estabelecimento educativo e adquiridos no âmbito do Programa das Atividades de Enriquecimento Curricular, possam ser utilizados pelas escolas que fazem parte do mesmo agrupamento de escolas, através de um registo escrito de controlo de utilização;

m) Facultar ao Ministério da Educação e Ciência, informação relativa ao perfil dos recursos docentes afetos às atividades de enriquecimento curricular, designadamente os respeitantes às habilitações literárias e qualificações profissionais;

n) Garantir a abertura e o fecho das instalações destinadas ao desenvolvimento das AEC, bem como colaborar na disponibilização dos recursos humanos para a vigilância dos recreios e limpeza das instalações, nos termos a definir entre as partes.

Cláusula Quarta (Das Responsabilidades do Terceiro Outorgante)

O Terceiro Outorgante responsabiliza-se por:

a) Selecionar e recrutar, em articulação com o Segundo Outorgante, os professores para as AEC, em conformidade com as orientações da Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto que regula o Programa;

b) Efetuar a gestão quotidiana das AEC em articulação com o Segundo Outorgante e garantir a substituição dos professores, no caso de ausência pontual ou continuada;

c) Assegurar a existência de um elemento de coordenação das AEC com a função de garantir o funcionamento regular do programa;

d) Participar na elaboração dos horários das AEC em conjunto com o Primeiro e Segundo Outorgantes, tendo em conta as atividades a desenvolver, a carga horária semanal definida, o número de turmas a constituir, os horários de cada atividade, bem como os espaços físicos afetos ao Programa;

e) Garantir a implementação do Programa de acordo com os horários semanais definidos em conjunto pelas partes e o local determinado para o funcionamento de cada atividade, tendo igualmente em conta, as orientações programáticas bem como outras diretrizes produzidas pelo Ministério da Educação e Ciência;

f) Efetuar o pagamento aos professores através das verbas transferidas pelo Primeiro Outorgante e elaborar mapas trimestrais de custos a enviar à Câmara Municipal de Odivelas no final de cada período letivo, tendo em conta o número de alunos a frequentar as AEC, a fim de se proceder aos eventuais acertos nos montantes das transferências subsequentes;

g) Apresentar documentos de quitação dos comprovativos dos valores pagos aos professores, ou cópia do contrato. No caso de se tratar de uma contratação de serviço, deverá a Entidade Gestora solicitar este comprovativo à entidade contratada;

h) Garantir que as verbas a transferir no âmbito do presente Acordo serão aplicadas no Programa de desenvolvimento das AEC, assumindo integral responsabilidade pela não utilização das referidas verbas para o fim a que se destinam;

i) Remeter ao Primeiro Outorgante, no final do 1º, 2º e 3º períodos letivos, relatório com a relação das despesas efetuadas, acompanhado de cópias digitalizadas das respetivas faturas ou recibos comprovativos das mesmas;



j) Colaborar na gestão dos recursos humanos afetos à vigilância dos recreios e limpeza das instalações, mediante a negociação prévia dos seus termos entre as partes;

k) Garantir que todos os materiais/equipamentos, que não sejam de desgaste rápido, adquiridos no âmbito do Programa das AEC, serão entregues à Coordenação da Escola, a qual terá a responsabilidade de os incluir em inventário próprio, dando conhecimento do mesmo ao Primeiro Outorgante;

l) Analisar e adquirir, no âmbito do Programa das Atividades de Enriquecimento Curricular, os bens móveis/equipamentos e consumíveis que integrarão o imobilizado corpóreo, afeto a um estabelecimento educativo, em articulação com o Primeiro e o Segundo Outorgantes;

m) Permitir, excecionalmente e nos termos a definir entre as partes, que os bens móveis/equipamentos que integram o imobilizado corpóreo, afeto a um estabelecimento educativo e adquiridos no âmbito do Programa das Atividades de Enriquecimento Curricular, possam ser utilizados pelas escolas que fazem parte do mesmo agrupamento de escolas, através de um registo escrito de controlo de utilização;

Cláusula Quinta
(Da Logística)

A lecionação das Atividades de Enriquecimento Curricular, no âmbito do mencionado Programa, far-se-á nos espaços previamente acordados entre o Primeiro e o Segundo Outorgantes.

Cláusula Sexta
(Da Vigência)

Sem prejuízo de eventual revisão, por acordo dos Outorgantes, o presente Acordo entra em vigor após a publicação no Boletim Municipal e à data da sua assinatura, mantendo-se em vigor até ao dia de encerramento oficial do ano letivo 2018/2019.

Cláusula Sétima
(Disposições Finais)

1. No demais, este Acordo será regido pela legislação aplicável em vigor, devendo as Partes respeitar a regulamentação específica aplicável, emitida pelas entidades nacionais competentes em matéria de Educação.

2. Qualquer adequação ou tolerância relativa ao estipulado no presente Acordo será resolvida por acordo entre as Partes, não implicando uma alteração ao clausulado a menos, que as Partes por acordo assim o entendam fazer.

O presente Acordo de Colaboração e Cooperação foi feito em três exemplares, que vão ser assinados pelos

representantes das Partes, destinando-se um exemplar a cada uma delas.

Odivelas, ____ de _____ de 2018

Pelo Primeiro Outorgante,

(_____
(Hugo Martins)

Pelo Segundo Outorgante,

(_____)

Pelo Terceiro Outorgante,

(_____)”

(Aprovado por maioria)

APOIOS DO MUNICÍPIO DE ODIVELAS

APOIO DO MUNICÍPIO DE ODIVELAS À FARMÁCIA JOLENI E FARMÁCIA GONÇALVES PARA A REALIZAÇÃO DA INICIATIVA “III JORNADAS DA SAÚDE EM ODIVELAS”

Apoio do Município de Odivelas à Farmácia Joleni e à Farmácia Gonçalves no âmbito da iniciativa “III Jornadas de Saúde” promovida por aquelas farmácias. De acordo com o proposto na informação n.º Interno/2018/7985 de 2018.07.03 o apoio será concedido nos seguintes moldes:

Isenção do pagamento do valor correspondente à utilização da Nave 1 do Multiusos de Odivelas, nomeadamente no valor total de € 2.200,00 (dois mil e duzentos euros) + IVA;

Apoio ao nível logístico, através da cedência de transporte municipal para transporte dos elementos da Banda que irá atuar no concerto solidário e para transporte dos instrumentos musicais, com o custo total previsto de € 197,37 (cento e noventa e sete euros e trinta e sete cêntimos);

Proceder à divulgação desta iniciativa, pelos meios institucionais existentes, nomeadamente no *site* oficial, na página de *facebook* e publicações escritas.

(Aprovado por unanimidade)

**APOIO À REALIZAÇÃO DA FINAL DO CONCURSO
"MISS CONCELHO ODIVELAS 2018" E
RATIFICAÇÃO DA CEDÊNCIA DE TRANSPORTE**

Apoio do Município de Odivelas à Associação Musa Silhueta – Associação Arte e Cultura de Odivelas, para a realização da final da 25ª Edição do Concurso “Miss Concelho de Odivelas” e ratificação da autorização do Presidente da Câmara Municipal de Odivelas para a cedência de transporte de duas viaturas de 9 lugares para os dias 10 e 11 de julho, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2018/8114 de 2018.07.04 o apoio será concedido nos seguintes moldes:

a) Cedência de material a ser utilizado pela Associação requerente nas eliminatórias e na final do evento, a saber:

- 4 rolos de alcatifas vermelhas;
- 5 caixas de panos pretos;
- 1 degrau (apoio de palco);
- 200 cadeiras (para a final);
- equipamento de som (para a final).

b) Cedência da Nave 1 do Pavilhão Multiusos de Odivelas para os dias 20, 21 e 22 de julho de 2018 e isenção de pagamento do valor previsto na tabela de preços, nos termos do artigo 36º do Regulamento de Funcionamento, Cedência e Utilização do Pavilhão Multiusos de Odivelas, no valor de € 3.200,00 (três mil e duzentos euros) + IVA;

c) Isenção do pagamento das taxas de emissão das licenças necessárias à realização dos eventos, nos termos do n.º 7 do artigo 2º do Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais (RTORM), no valor de € 50,88 (cinquenta euros e oitenta e oito cêntimos);

d) Cedência de transporte municipal para o período de 10 a 13 de julho, com um custo para os dias 10 e 11 de julho (duas viaturas de nove lugares) de € 322,16 (trezentos e vinte e dois euros e dezasseis cêntimos), e para os dias 12 e 13 de julho (1 autocarro de 45 lugares), com um custo de € 217,16 (duzentos e dezassete euros e dezasseis cêntimos), sendo o custo total da cedência de transportes municipais no valor de € 539,32 (quinhentos e trinta e nove euros e trinta e dois cêntimos);

e) Cedência de transporte municipal para os dias 20 e 23 de julho de 2018, a fim de efetuar transporte de material para o local do evento. Cedência sem valor de custo atribuído;

f) Custos diretos com a realização da iniciativa serão os seguintes:

Designação do serviço	Valor		
	Orçamento	IVA	Subtotal
Segurança	779,25€	179,23€	958,48€
Eletricista	80,00€	18,40€	98,40€
Produção	180,00€	0,00€*	180,00€

Limpeza	699,00€	160,77€	859,77€
Linóleo (nave 1)	600,00€	138,00€	738,00€
Piso (Mont/Desmont)	1850,00€	425,50€	2.275,50€
Total	4.188,25€	921,90€	5.110,15€

* Isento de IVA

(Aprovado por maioria)

**VEÍCULOS ESTACIONADOS ABUSIVA E/OU
INDEVIDAMENTE NA VIA PÚBLICA****AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS POR OCUPAÇÃO E SEU DESTINO FINAL
NOS TERMOS DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE
VEÍCULOS ESTACIONADOS ABUSIVA E/OU
INDEVIDAMENTE NA VIA PÚBLICA**

Ao abrigo do artigo 6.º n.º 1 al. a) do “Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e /ou Indevidamente na Via Pública”, na sequência de ação de fiscalização, foram removidos da via pública as viaturas, que se encontravam estacionadas nas circunstâncias do artigo 5.º do citado regulamento, constantes da listagem anexa à informação n.º Interno/2018/7729, de 2018.06.28. Atendendo que as mesmas não foram reclamadas e que algumas foram declaradas abandonadas pelos respetivos proprietários, é proposto a aquisição por ocupação, nos termos do n.º 4, do art.º 10 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e /ou indevidamente na Via Pública, com o destino final de alienação por desmantelamento qualificado, pela empresa certificada e contratada para o efeito, de acordo com a informação mencionada.

Destino final
Alienação por desmantelamento qualificado

PROCESSO	MARCA/MODELO	MATRÍCULA
32/VIAT/PV/OL/18	Peugeot 206	31-82-OR
55/VIAT/PV/OL/18	Fiat Uno	46-00-BJ
8/VIAT/PV/OL/18	Fiat Punto	70-79-FI
40/VIAT/OD/18	Skoda Forman	66-04-FR
35/VIAT/OD/18	Opel Corsa	VC-57-00
19/VIAT/PO/FA/18	Skoda Octávia	94-50-PX
23/VIAT/PO/FA/18	Nissan Almera	19-79-JF
27/VIAT/RA/CA/18	Fiat Seicento	48-38-RM
49/VIAT/OD/18	Roulote	s/matricula
42/VIAT/PO/FA/18	Rover	67-10-LO



Boletim Municipal das Deliberações e Decisões

47/VIAT/OD/18	Fiat Uno	67-53-BM
46/VIAT/OD/18	Suzuki	12-37-UQ
49/VIAT/PO/FA/18	Peugeot 306	94-64-II
16/VIAT/PO/FA/18	Citroen Zx	57-78-BT
28/VIAT/OD/18	Seat Ibiza	57-01-ME
20/VIAT/PO/FA/18	Renault Clio	92-82-DB
17/VIAT/RA/CA/18	Peugeot 406	86-48-HL
44/VIAT/OD/18	Ford Fiesta	45-48-JM
6/VIAT/PO/FA/18	Seat Ibiza	39-84-VR
19/VIAT/OD/18	Peugeot Boxer	13-96-NQ
15/VIAT/RA/CA/18	Fiat Uno	06-71-BQ
17/VIAT/PO/FA/18	Peugeot 306	12-17-EA
13/VIAT/OD/18	Citroen Berlingo	09-80-NI
9/VIAT/RA/CA/18	Vw Polo	06-44-JL
18/VIAT/OD/18	Ford Transit	UB-59-23
3/VIAT/PO/FA/18	Ford Fiesta	17-96-QR
1/VIAT/PV/OL/18	Vw Passat	30-33-AL
11/VIAT/OD/18	Rover	05-90-RC
8/VIAT/RA/CA/18	Vw Polo	96-85-IJ
15/VIAT/PO/FA/18	Fiat Stilo	85-37-UG
3/VIAT/PV/OL/18	BMW	90-JL-44
260/VIAT/OD/17	Rover	87-64-HI
20/VIAT/OD/18	Vw Caddy	40-93-VN
4/VIAT/PV/OL/18	Opel Corsa	44-75-CS
10/VIAT/RA/CA/18	Lancia Y 10	46-55-GR
11/VIAT/RA/CA/18	Audi A3	17-27-QG
13/VIAT/RA/CA/18	Audi 80	85-30-OE
22/VIAT/OD/18	Fiat Punto	99-67-ST
164/VIAT/OD/17	Fiat Bravo	50-47-IU
1/VIAT/OD/18	Vw Polo	17-57-LB
7/VIAT/OD/18	Fiat Palio	43-25-SX
26/VIAT/PO/FA/18	Renault Megane	00-46-NU
100/VIAT/RA/CA/17	Vw Polo	46-08-TF
30/VIAT/PV/OL/18	Seat Ibiza	47-37-EJ
41/VIAT/PV/OL/18	Rover 414	71-33-MM
5/VIAT/OD/18	Nissan Almera	08-86-HU
36/VIAT/OD/18	Fiat Punto	61-39-EV

130/VIAT/PO/FA/17	Fiat Punto	73-99-FI
1331/VIAT/OD/10	Nissan Sunny	AQ-55-53
87/VIAT/RA/CA/17	Fiat Doblo	11-91-UB
76/VIAT/PV/OL/17	Fiat Punto	73-41-FI
116/VIAT/PO/FA/17	Seat Ibiza	RF-97-14
132/VIAT/PO/FA/17	Citroen Xantia	13-27-DU
240/VIAT/OD/17	Hyundai Accent	96-83-OH
263/VIAT/OD/17	Opel Corsa	34-97-IQ
2/VIAT/PV/OL/18	Opel Corsa	11-58-BL
47/VIAT/PO/FA/18	Vw Polo	78-29-BX
5/VIAT/RA/CA/17	Peugeot 206	54-33-LS
7/VIAT/RA/CA/18	Vw Golf	s/matricula
9/VIAT/PO/FA/18	Peugeot 206	79-30-ZS
19/VIAT/PV/OL/18	Citroen Xantia	97-49-HX
54/VIAT/PO/FA/18	Saab	50-60-HV
233/VIAT/OD/18	Mercedes 190	SG-47-92
74/VIAT/PO/FA/18	Mercedes A 140	96-29-SG
67/VIAT/PO/FA/18	Opel Tigra	88-47-HX
51/VIAT/PO/FA/18	Fiat Uno	37-61-AC
33/VIAT/PV/OL/18	Fiat Punto	37-77-DQ
56/VIAT/OD/18	Vw Golf	06-83-BX
83/VIAT/PO/FA/18	Ople Combo	65-14-EL
25/VIAT/RA/CA/18	Renault Clio	49-80-EQ
38/VIAT/PV/OL/18	Seat Cordoba	96-01-DN
67/VIAT/OD/18	Vw Polo	58-37-LH
63/VIAT/PO/FA/18	Vw Golf	68-38-FT
23/VIAT/OD/18	Honda (motociclo)	06-97-CM
22/VIAT/RA/CA/18	Ford Transit	13-36-GI
38/VIAT/OD/18	Renault Clio	37-75-NP
12/VIAT/RA/CA/18	Opel Astra	36-83-CJ
25/VIAT/OD/18	Citroen Bx	GX-48-33
20/VIAT/RA/CA/18	Mitsubishi	72-17-ZV
54/VIAT/OD/18	Renault Clio	67-42-AT
39/VIAT/PO/FA/18	Vw Polo	26-48-LZ
29/VIAT/RA/CA/18	Rover	02-47-GD
57/VIAT/PO/FA/18	Seat Cordoba	43-20-IL
48/VIAT/OD/18	Citroen Jumper	38-IP-13



45/VIAT/PO/FA/18	Vw Polo	39-69-IR
3/VIAT/RA/CA/18	Nissan	81-74-VL
73/VIAT/OD/18	Citroen Saxo	59-61-IN
36/VIAT/RA/CA/18	Fiat Punto	90-89-NQ
64/VIAT/PO/FA/18	Ford Mondeo	81-28-FH
21/VIAT/PO/FA/18	Renault Clio	XV-16-73
27/VIAT/OD/18	Ford Escort	26-05-RN
56/VIAT/PO/FA/18	Ford Escort	JÁ-24-71
53/VIAT/PO/FA/18	Citroen C3	38-74-VC
57/VIAT/OD/18	Peugeot 206	28-13-UJ
105/VIAT/PO/FA/17	Mitsubishi	21-71-ON
27/VIAT/PO/FA/18	Mazda 323	33-96-RT
41/VIAT/PO/FA/18	Mitsubishi Carisma	59-76-MD
6/VIAT/PV/OL/18	Renault Clio	03-10-LG
10/VIAT/PO/FA/18	Renault 19	20-16-DZ
30/VIAT/PO/FA/18	Fiat Punto	42-10-HS
57/VIAT/OD/17	Rover 200	34-52-JN
4/VIAT/PO/FA/18	Renault Clio	99-49-BT
37/VIAT/PO/FA/18	Seat Ibiza	54-90-EV
18/VIAT/RA/CA/18	Vw Golf	VJ-70-22
30/VIAT/OD/18	Peugeot 305	BO-03-79
29/VIAT/OD/18	Fiat Punto	40-53-LE
68/VIAT/PO/FA/18	Renault Megane	88-87-HC
37/VIAT/OD/18	Ford Fiesta	17-36-NS
33/VIAT/PO/FA/18	Renault Laguna	67-37-EM
44/VIAT/PO/FA/18	Vw Polo	04-85-HG
7/VIAT/PV/OL/18	Citroen Saxo	90-85-QJ
65/VIAT/PO/FA/18	Renault 19	SG-77-75

(Aprovado por unanimidade)

SUBSÍDIOS E COMPARTICIPAÇÕES

PROGRAMA DE APOIO AO MOVIMENTO ASSOCIATIVO DE PAIS E ENCARGADOS DE EDUCAÇÃO DA REDE PÚBLICA DO CONCELHO DE ODIVELAS PARA O ANO 2018 ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO (MEDIDA I)

Atribuição de apoio financeiro, a dezasseis Associações de Pais e Encarregados de Educação (APEE) que submeteram as suas candidaturas ao Programa de Apoio ao Movimento Associativo de Pais e Encarregados de Educação da Rede Pública do Concelho de Odivelas, medida de apoio 1, para o ano de 2018 e cujos requisitos foram todos cumpridos, às quais será atribuído o apoio financeiro no valor fixo de € 150,00 (cento e cinquenta euros), perfazendo o montante total de € 2.400,00 (dois mil e quatrocentos euros). Atribuição à Federação das Associações de Pais e Encarregados de Educação do Concelho de Odivelas (FAPODIVEL), do apoio financeiro no valor fixo de €500,00 (quinhentos euros), no âmbito do mesmo programa, perfazendo o montante total de €2.900,00 (dois mil e novecentos euros), de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2018/8012 de 2018.07.03,

Associações de Pais e Encarregados de Educação (APEE) Atribuição de apoio financeiro no valor fixo de €150,00 (cento e cinquenta euros) a cada, perfazendo o montante total de €2.400 (dois mil e quatrocentos euros), conforme quadro que se segue:

Agrupamento de Escolas/ Escolas não Agrupadas/Escolas	Entidade Recetora do Apoio
Escola Profissional Agrícola D. Dinis – Paia	Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Profissional Agrícola D. Dinis – Paia
Agrupamento de Escolas Adelaide Cabette	Associação de Pais e Encarregados de Educação da EB Maria Máxima Vaz
Agrupamento de Escolas Adelaide Cabette	Associação de Pais e Encarregados de Educação do JI Roque Gameiro
Agrupamento de Escolas D. Dinis	Associação de Pais e Encarregados de Educação da EB 2,3 D. Dinis – Pombais
Agrupamento de Escolas Adelaide Cabette	Associação de Pais e Encarregados de Educação da EB1/JI n.º 2 de Odivelas (D. Dinis)
Agrupamento de Escolas Vasco Santana	APER2 - Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola n.º 2 da Ramada (Amoreira)
Agrupamento de Escolas Vasco Santana	Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Vasco Santana
Agrupamento de Escolas Vasco	Associação de Pais e



Santana	Encarregados de Educação da Escola Eça de Queirós
Agrupamento de Escolas de Caneças	Associação de Pais e Encarregados de Educação da EB 2,3 dos Castanheiros
Agrupamento de Escolas Pedro Alexandrino	Associação de Pais e Encarregados de Educação dos Alunos da Escola Preparatória da Póvoa Sto. Adrião (Carlos Paredes)
Agrupamento de Escolas Pedro Alexandrino	Associação de Pais e Encarregados de Educação da EB1/JI Quinta de São José
Agrupamento de Escolas de Caneças	Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Maria Costa
Agrupamento de Escolas a Sudoeste de Odivelas	Associação de Pais e Encarregados de Educação da EB Quinta das Dálias
Agrupamento de Escolas D. Dinis	Associação de Pais e Encarregados de Educação da EB1 Rainha Santa
Agrupamento de Escolas de Caneças	Associação de Pais e Encarregados de Educação da EB1/JI Cesário Verde
Agrupamento de Escolas a Sudoeste de Odivelas	Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica Casais de Trigache

Atribuição à Federação das Associações de Pais e Encarregados de Educação do Concelho de Odivelas (FAPODIVEL) do apoio financeiro no valor fixo de €500,00 (quinhentos euros).

(Aprovado por unanimidade)

**PROGRAMA DE APOIO MUNICIPAL DE ODIVELAS
ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS 2018
MEDIDAS I, II E III EIXO SOCIAL**

Atribuição dos apoios financeiros, no âmbito do Programa de Apoio Municipal de Odivelas (PAMO), para as Medidas I, II e III - Eixo Social, para o ano de 2018, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2018/8022 de 2018.07.03,

Medida I, no valor de €32.287,50 (trinta e dois mil, duzentos e oitenta e sete euros e cinquenta cêntimos)

a) Medida I – Atividade Regular

Entidades	Total do Apoio Variável + Apoio Fixo
Cruz Vermelha Portuguesa	1.480,00
AMOVALFLOR	840,00
CEDEMA	840,00

Espaço Nova Vida	500,00
CURPIO	1.715,00
Centro Social Paroquial da Póvoa de Santo Adrião	1.690,00
Instituto Português de Pedagogia Infantil - IPPI	2.280,00
Associação Comunitária Infantil e Juvenil da Ramada	1.880,00
Irmandade da Misericórdia da Póvoa Sto. Adrião	800,00
Associação RUTE	500,00
Associação Comunitária de Saúde Mental de Odivelas	625,00
O Cantinho do Idoso	500,00
Centro Comunitário Paroquial de Famões	3.000,00
Casa de Repouso da Enfermagem Portuguesa e Profissões Auxiliares de Saúde	2.190,00
AOASSVP - centro de Dia da Sagrada Família	1.522,50
Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos do Bairro Santo Eloy	500,00
Lar Nossa Senhora Aparecida	770,00
Jardim Infantil e Popular da Pontinha	2.185,00
Comissão de Reformados, Pensionistas e Idosos da Póvoa de Santo Adrião	1.065,00
Associação de Paralisia Cerebral de Lisboa	1.780,00
Centro Comunitário Paroquial da Ramada	2.595,00
Comissão Unitária de Reformados, Pensionistas e Idosos de Caneças	1.020,00
Psicomindcare - Associação de Psicologia	500,00
Associação de Jardins Escolas João de Deus	1.510,00
Total	32.287,50

Valores em euros

Medida II, no valor de € 35.554,29 (trinta e cinco mil, quinhentos e cinquenta e quatro euros e vinte e nove cêntimos)

b) Medida II - Aquisição de Bens, Serviços, Equipamentos e Viaturas

Entidades	Total Geral
CEDEMA	882,09
Espaço Nova Vida	2.500,00
Centro Unitário de Reformados, Pensionistas e Idosos de Odivelas – CURPIO	5.297,50
Centro Social Paroquial da Póvoa de Santo Adrião	1.500,00
Instituto Português de Pedagogia Infantil – IPPI	2.500,00
Associação Comunitária Infantil e Juvenil da Ramada – ACIJR	2.293,35
Associação O Cantinho do Idoso da Pontinha	1.330,71
Centro Comunitário Paroquial de Famões	7.142,90



Associação Casa de Repouso da Enfermagem Portuguesa	1.500,00
Associação das Obras Assistenciais da Sociedade de S. Vicente de Paulo - Centro de dia da Sagrada Família da Pontinha	2.429,44
Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos do Bairro de Santo Eloy	112,50
Lar Nossa Senhora Aparecida	432,13
Jardim Infantil e Popular da Pontinha	1.679,95
Comissão de Reformados, Pensionistas e Idosos da Póvoa de Santo Adrião – CRPI	1.819,25
Centro Comunitário Paroquial da Ramada	1.500,00
Comissão Unitária de Reformados, Pensionistas e Idosos de Caneças – CURPIC	675,89
Psicomindcare - Associação de Psicologia	1.958,58
TOTAL	35.554,29

Valores em euros

Medida III, no valor de € 103.787,50 (cento e três mil, setecentos e oitenta e sete euros e cinquenta cêntimos)

c) Medida III – Beneficiação de Instalações

Entidades	Total Geral
Espaço Nova Vida	49.200,00
Centro Comunitário Paroquial da Ramada	54.587,50
Total	103.787,50

Valores em euros

(Aprovado por unanimidade)

**PROGRAMA DE APOIO MUNICIPAL DE ODIVELAS
ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS 2018
MEDIDA I, II E III EIXO DA JUVENTUDE**

Atribuição dos apoios financeiros, no âmbito do Programa de Apoio Municipal de Odivelas (PAMO), para as Medidas I, II e III do Eixo da Juventude para o ano de 2018. De acordo com o constante na informação n.º Interno/2018/7995 de 2018.07.03, é proposto a atribuição das seguintes verbas: Medida I, Atividade Regular, no valor de €9.235,00 (nove mil, duzentos e trinta e cinco euros); Medida II, Aquisição de Bens, Serviços, Equipamentos e Viaturas, no valor de €4.561,36 (quatro mil, quinhentos e sessenta e um euros, e trinta e seis cêntimos) com IVA incluído; Medida III, Beneficiação de instalações, no valor de €4.643,25 (quatro mil, seiscentos e quarenta e três euros, e vinte e cinco cêntimos) com IVA incluído. Os valores atribuídos para as medidas mencionadas perfazem o montante de € 18.439,61 (dezoito mil, quatrocentos e trinta e nove euros, e sessenta e um cêntimos) a atribuir às associações candidatas nos seguintes termos:

1. Medida I - Atividade Regular

a) AEP - Grupo 9 Olival Basto e Póvoa de Santo Adrião – Atribuição de uma verba financeira no valor total de €645,00 (seiscentos e quarenta e cinco euros);

b) AGP - 1ª Companhia de Odivelas – Atribuição de uma verba financeira no valor total de €745,00 (setecentos e quarenta e cinco euros);

c) AEP - Grupo 19 Pontinha – Atribuição de uma verba financeira no valor total de €780,00 (setecentos e oitenta euros);

d) AEP - Grupo 11 Odivelas – Atribuição de uma verba financeira no valor total de €925,00 (novecentos e vinte e cinco euros);

e) CNE – Agrupamento 1242 Ramada - Atribuição de uma verba financeira no valor total de €1.000,00 (mil euros);

f) CNE - Agrupamento 879 Póvoa Santo Adrião – Atribuição de uma verba financeira no valor total de €1.000,00 (mil euros);

g) AGEEP – Escuteiros e Guias de Caneças – Atribuição de uma verba financeira no valor total de €750,00 (setecentos e cinquenta euros);

h) CNE – Agrupamento 1177 Famões – Atribuição de uma verba financeira no valor total de 1.000,00€ (mil euros);

i) CNE – Agrupamento 69 Odivelas – Atribuição de uma verba financeira no valor total de €1.000,00 (mil euros);

j) Associação da Juventude Adventista – Núcleo dos Desbravadores de Odivelas – Atribuição de uma verba financeira no valor total de €755,00 (setecentos e cinquenta e cinco euros);

k) WIZARDSMILE – Associação de Apoio a Crianças e Jovens – Atribuição de uma verba financeira no valor total de €635,00€ (seiscentos e trinta e cinco euros).

Medida II – Aquisição de Bens, Serviços, Equipamentos e Viaturas

a) AEP - Grupo 9 Olival Basto e Póvoa de Santo Adrião – atribuição de uma comparticipação financeira no valor total de €84,99 (oitenta e quatro euros, e noventa e nove cêntimos);

b) AGP - 1ª Companhia de Odivelas – atribuição de uma comparticipação financeira no valor total de €212,29 (duzentos e doze euros, e vinte e nove cêntimos);



c) AEP - Grupo 19 Pontinha – atribuição de uma comparticipação financeira no valor total de €1.000,00 (mil euros);

d) AEP - Grupo 11 Odivelas – atribuição de uma comparticipação financeira no valor total de €860,08 (oitocentos e sessenta euros, e zero oito cêntimos);

e) CNE – Agrupamento 1242 Ramada – atribuição de uma comparticipação financeira no valor total de €780,00 (setecentos e oitenta euros);

f) CNE - Agrupamento 879 Póvoa Santo Adrião – atribuição de uma comparticipação financeira no valor total de €624,00 (seiscentos e vinte e quatro euros);

g) CNE – Agrupamento 69 Odivelas – atribuição de uma comparticipação financeira no valor total de €1.000,00 (mil euros).

3. Medida III – Beneficiação de Instalações

a) CNE – Agrupamento 1242 Ramada – atribuição de uma comparticipação financeira no valor total de €2.367,75 (dois mil trezentos e sessenta e sete euros, e setenta e cinco cêntimos);

b) CNE - Agrupamento 879 Póvoa Santo Adrião – atribuição de uma comparticipação financeira no valor total de 2.275,50€ (dois mil duzentos e setenta e cinco euros, e cinquenta cêntimos).

(Aprovado por unanimidade)

PROGRAMA DE APOIO MUNICIPAL DE ODIVELAS ATRIBUIÇÃO DOS APOIOS FINANCEIROS 2018 MEDIDA I II E III EIXO DA CULTURA

Atribuição dos apoios financeiros, no âmbito do Programa de Apoio Municipal de Odivelas (PAMO), para as Medidas I, II e III do Eixo da Cultura para o ano de 2018. De acordo com o constante na informação n.º Interno/2018/7823 de 2018.06.29 é proposto a atribuição das seguintes verbas: para a Medida I, Atividade Regular, o valor total de €10.500,00 (dez mil e quinhentos euros); para a Medida II, Aquisição de Bens e Serviços, o valor total de €9.582,02 (nove mil, quinhentos e oitenta e dois euros e dois cêntimos). Relativamente à medida III não se verificou atribuição de qualquer verba dentro desta medida. Os valores atribuídos para as medidas mencionadas perfazem o montante global de €20.082,02 (vinte mil e oitenta e dois euros e dois cêntimos), a atribuir às associações candidatas nos seguintes termos:

PAMO 2018 – Eixo da Cultura Proposta de Subsídios a Atribuir

Associação	Medida I Atividade Regular	Medida II Aquisição de Bens e Serviços	Medida II Aquisição de Equipamentos	Total
Associação de Artesãos D. Dinis	500,00 €		64,99 €	564,99 €
Grupo Desportivo e Recreativo do Pomarinho	500,00 €			500,00 €
Sociedade Musical Odivelense	500,00 €	354,99 €	1.500,00 €	2.354,99 €
Grupo de Danças e Cantares do Casal do Rato	500,00 €	1.000,00 €		1.500,00 €
CulturFACE – Assoc. Cultural para o Desenvolvimento	500,00 €			500,00 €
POVARTE – Assoc. de Artes e Artesanato da Póvoa de Santo Adrião	500,00 €			500,00 €
Grupo Coral dos Pequenos Cantores da Pontinha	500,00 €		44,75 €	544,75 €
Esquerda Alta – Ass. Cultural, Desp. e Recr. de Odivelas	500,00 €			500,00 €
Associação Recreativa e Cultural Indo-Portuguesa	500,00 €			500,00 €
Ass. Humanitária de Bombeiros Voluntários de Caneças	500,00 €	221,81 €	359,85 €	1.081,66 €
Sociedade Musical e Desportiva de Caneças	500,00 €	483,50 €	369,10 €	1.352,60 €
Associação Sócio Cultural do Vale Grande	500,00 €			500,00 €
Rancho Folclórico “Os Camponeses de Odivelas”	500,00 €		252,48 €	752,48 €
ACUPARTE Associação Cultural	500,00 €		1.024,49 €	1.524,49 €
Associação Cultural Casa Cheia	500,00 €	231,47 €	362,00 €	1.093,47 €
Associação Coral de Odivelas	500,00 €		818,85 €	1.318,85 €
Associação Cultural Cepa Torta	500,00 €	65,20 €	414,50 €	979,70 €
Associação de Veículos Antigos Motorizados de Odivelas	500,00 €	92,50 €	439,98 €	1.032,48 €
Associação da Comunidade Marroquina em Portugal	500,00 €			500,00 €



Associação Cultural Rancho Folclórico "Os Aguadeiros de Odivelas"	500,00 €	1.000,00 €		1.500,00 €
Associação dos Amigos de Caneças	500,00 €	406,57 €	74,99 €	981,56 €
Total	10.500,00 €	3.856,04 €	5.725,98 €	20.082,02 €

(Aprovado por unanimidade)

**ACEITAÇÃO DE DOAÇÃO DE UMA PINTURA INTITULADA
"BARCOS"**

Aceitação da doação de uma Pintura do Artista Paulo Ossião, intitulada "Barcos", com as dimensões de 50x70 cm, no valor total de €2.400,00 (dois mil e quatrocentos euros), a fim de a mesma passar a pertencer ao acervo municipal do Centro de Exposições de Odivelas, de acordo com o proposto na Informação n.º Interno/2018/7617 de 2018.06.26.

(Aprovado por unanimidade)

**CEDÊNCIA DE TRANSPORTE MUNICIPAL
AO PROJETO CLDS 3 G – ODIVELAS**

Cedência de transporte municipal ao Contrato Local de Desenvolvimento Social, 3ª Geração – Odivelas (CLDS 3G-Odivelas), para transporte de 12 crianças/jovens, no dia 16 de junho de 2018, para a participação num campo de Férias a ter lugar na Quinta da Fonte Santa, em Caneças, no âmbito do Projeto CLDS 3 G - Odivelas, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2018/7999 de 2018.07.03.

(Aprovado por unanimidade)

PROCESSOS PARTICULARES

**DETERMINAÇÃO DA EXECUÇÃO COERCIVA DAS OBRAS DE
URBANIZAÇÃO EM FALTA, BAIRRO MONTE VERDE
UNIÃO DE FREGUESIAS DE RAMADA E CANEÇAS
ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 02/2002 DE 04/02/2002
PROCESSO N.º 1404/LO/GI**

De acordo com o proposto na informação n.º 1404/LO/GI de 2018.07.03, constante a folhas 2132 do processo n.º 1404/LO/GI, referente ao Alvará de loteamento n.º 2/2002 de 04/02, em nome de Comissão de Administração Conjunta do Bairro Monte Verde, inserido no Bairro Monte Verde, na União das Freguesias de Ramada e Caneças, e tendo em consideração as

condições constantes na informação técnica n.º 45/AV/DRRU/ DGOU/17, constante de folhas 2126 a 2127 do processo, é proposto:

- A execução coerciva das obras de urbanização em falta, ao abrigo do disposto pelo artigo 50º da Lei n.º 91/95, com as alterações em vigor;
- Desencadear os procedimentos necessários à execução coerciva das obras, nos termos do previsto no artigo n.º 107º e 108º do "Regime Jurídico da Urbanização e Edificação" (RJUE), acionando a caução prestada, ao abrigo do disposto pelo n.º 3 do art.º 27º da Lei n.º 91/95, conjugado com o artigo 54º do (RJUE) com as respetivas alterações em vigor.

(Aprovado por unanimidade)

**DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DO PROCEDIMENTO DE
LICENÇA ADMINISTRATIVA DE ALTERAÇÃO AO
ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 7/2001,
BAIRRO DOS PEDERNAIS, LOTES B 37 E C 50
UNIÃO DE FREGUESIAS DE RAMADA E CANEÇAS
PROCESSO N.º 33688-LO-GI**

Declaração da caducidade do procedimento de licença administrativa de alteração ao alvará de loteamento n.º 7/2001, inserido no Bairro dos Pedernais, para os lotes B 37 e C 50, em nome de Maria da Piedade Conceição dos Santos e Outros, na União de Freguesias de Ramada e Caneças, nas condições constantes na informação técnica n.º 61/RD/DGOU/DRRU/18 de 2018.06.29, que consta do processo n.º 33688/LO/GI, e de acordo com o proposto na informação n.º 33688/LO/GI de 2018.06.29, constante a folhas 8372 do processo.

(Aprovado por unanimidade)

**ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 03/2009
UNIÃO DE FREGUESIAS DE PONTINHA E FAMÕES
BAIRRO NOVO DE STÓ. ELOY LOTE 28
PROCESSO N.º 47251-RC**

Alteração ao alvará de loteamento n.º 3/2009, em nome de José Mota da Costa, no Bairro Novo de Sto. Eloy, lote 28, na União de Freguesias de Pontinha e Famões. A alteração compreende a variação de parâmetros urbanísticos, por forma a viabilizar a legalização da construção existente no lote, nas condições constantes na informação técnica n.º 55/RD/DGOU/DRRU/18 de 2018.06.19, e de acordo com o proposto na informação n.º 47251/RC de 2018.06.26, constante a folhas 3787 do processo, nas seguintes condições:

- Aplicação dos critérios definidos no art.º 99º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização (RMEU) para o dimensionamento das cedências em Área Urbana de Génese Ilegal (AUGI), podendo ainda a



Câmara Municipal prescindir da compensação devida à área de espaços verdes e de utilização coletiva, prevista no n.º 4 do art.º 44.º do Decreto-lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redação atual e no art.º 49º e n.º 2 do art.º 99º do RMEU, de acordo com os fundamentos e nos termos e condições da informação técnica respetiva;

- Aceitação do valor de €5.257,68, como compensação pela área de cedência para equipamento de utilização coletiva em falta (35,00m²), prevista no n.º 4 do art.º 44.º do Decreto-lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redação atual e no art.º 49º e n.º 2 do art.º 99º do RMEU, de acordo com os fundamentos e nos termos e condições da informação técnica respetiva.

(Aprovado por unanimidade)

**INDEFERIMENTO DA ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO
N.º 11/2001, BAIRRO CASAL DOS APRÉSTIMOS, LOTE 161
UNIÃO DE FREGUESIAS DE RAMADA E CANEÇAS
PROCESSO N.º 44813-RC**

Indeferimento da alteração ao alvará de loteamento n.º 11/2001, inserido no Bairro Casal dos Apréstimos, para o lote 161, em nome de António Matias Monteiro, na União de Freguesias de Ramada e Caneças, nas condições constantes na informação técnica n.º 85/MS/DGOU/DRRU/18 de 2018.06.22, e de acordo com o proposto na informação n.º 44813-RC de 2018.07.02, constante a folhas 2023 do processo.

(Aprovado por unanimidade)

**SUBSTITUIÇÃO DE HIPOTECA LEGAL POR DEPÓSITO CAUÇÃO
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PONTINHA E FAMÕES
BAIRRO DOS QUATRO LOTE 661
ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 4/2011**

Substituição do meio de garantia da caução prestada por hipoteca legal, constituída sobre o lote 661, da Travessa José Águas, no Bairro dos Quatro (São Sebastião Norte), na União das Freguesias de Pontinha e Famões, pelo depósito caução n.º 10972 de 2018.06.15, do Banco Caixa Geral de Depósitos S.A., no valor de € 9.721,47 (nove mil, setecentos e vinte e um euros e quarenta e sete centimos), em nome de António Coelho Branco, para garantir a boa execução das obras de urbanização referentes ao Alvará de Loteamento n.º 4/2011, de 13 de setembro, nos termos da informação técnica n.º 20/DIST/AB/DGOU/DRRU/2018 de 2018.06.21, e de acordo com o proposto na informação n.º 66.2018 de 2018.06.22.

(Aprovado por unanimidade)

**SUBSTITUIÇÃO DE HIPOTECA LEGAL POR DEPÓSITO CAUÇÃO
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PONTINHA E FAMÕES
BAIRRO DOS QUATRO LOTE 678
ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 4/2011**

Substituição do meio de garantia da caução prestada por hipoteca legal, constituída sobre o lote 678, da Rua Octávio Ferreira das Neves, no Bairro dos Quatro (São Sebastião Norte), na União das Freguesias de Pontinha e Famões, pelo depósito caução n.º 12161 de 2018.06.28, do Banco Caixa Geral de Depósitos S.A., no valor de €6.480,98 (seis mil, quatrocentos e oitenta euros e noventa e oito centimos), em nome de Manuel Gilberto Ferreira, para garantir a boa execução das obras de urbanização referentes ao Alvará de Loteamento n.º 4/2011, de 13 de setembro, nos termos da informação técnica n.º 21/DIST/AB/DGOU/DRRU/2018 de 2018.07.02, e de acordo com o proposto na informação n.º 71.2018 de 2018.07.02.

(Aprovado por unanimidade)



UNIDADES ORGÂNICAS

DESPACHOS

PRESIDÊNCIA

DESPACHO N.º 32/PRES/2018

Assunto: Designação, em regime de substituição, do Eng.º Luís Manuel da Conceição Jorge, no cargo de Diretor do Departamento de Obras Municipais, Habitação e Transportes

O Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Odivelas, aprovado na 3.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, de 13 de dezembro de 2017 e na 5ª sessão extraordinária do quadriénio 2017-2021 da Assembleia Municipal, de 27 de dezembro de 2017, prevê o cargo de Diretor do Departamento de Obras Municipais, Habitação e Transportes, posto de trabalho que se encontra vago.

Assim sendo, **designo**, em regime de substituição, ao abrigo do artigo 27.º, n.º 1 da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, adaptada à Administração Local pela Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, com as necessárias adaptações, **Luís Manuel da Conceição Jorge**, Técnico Superior, do Mapa de Pessoal desta Câmara Municipal, no cargo de Diretor de Obras Municipais, Habitação e Transportes, com efeitos a partir da data do presente despacho.

Odivelas, 13 de julho de 2018

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)

DESPACHO N.º 33/PRES/2018

Assunto: Designação, em regime de substituição, do Dr. Gabriel Davide Lopes Caetano, no cargo de Chefe da Divisão de Educação

O Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Odivelas, aprovado na 3.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, de 13 de dezembro de 2017 e na 5ª sessão extraordinária do quadriénio 2017-2021 da Assembleia Municipal, de 27 de dezembro de 2017, prevê o cargo de Chefe da Divisão de Educação, posto de trabalho que se encontra vago.

Assim sendo, **designo**, em regime de substituição, ao abrigo do artigo 27.º, n.º 1 da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, adaptada à Administração Local pela Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, com as necessárias adaptações, **Gabriel Davide Lopes Caetano** Técnico Superior, do Mapa de Pessoal desta Câmara Municipal, no cargo de Chefe da Divisão de Educação, com efeitos a partir da data do presente despacho.

Odivelas, 13 de julho de 2018

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)

DESPACHO N.º 34/PRES/2018

Assunto: Delegação e Subdelegação de Competências do Presidente da Câmara Municipal de Odivelas no Diretor de Departamento de Obras Municipais, Habitação e Transportes, Eng.º Luís Manuel da Conceição Jorge

Nos termos, do artigo 44.º e seguintes Código do Procedimento Administrativo, aprovado em Anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, do artigo 38.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e em conjugação com os artigos 35.º, 36.º e 37.º, do Código do Procedimento Administrativo, do artigo 16.º da Lei 49/2012, de 29 de agosto, **delego** no **Diretor de Departamento de Obras Municipais, Habitação e Transportes, Eng.º Luís Manuel da Conceição Jorge**, com a faculdade de subdelegar, as competências abaixo discriminadas, no âmbito desta Unidade Orgânica, com exceção da Divisão de Habitação e da Divisão de Transportes e Oficinas:

1. Assinar documentos de mero expediente e correspondência, com exceção da dirigida a organismos ou entidades públicas;



2. Autorizar férias dos trabalhadores afetos a esta Unidade Orgânica, em conformidade com os respetivos mapas e requerimentos apresentados pelos trabalhadores, sem prejuízo pelo regular funcionamento do serviço e da salvaguarda do interesse público;
3. Justificar e injustificar faltas no âmbito do serviço, com exceção das mencionadas no n.º 3 do artigo 206.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, na sua redação atual;
4. Autorizar a prestação de trabalho suplementar, dentro dos limites previstos no artigo 120.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas;
5. Autorizar a passagem de certidões ou fotocópias autenticadas aos interessados, relativas a processos ou documentos constantes de processos arquivados e que careçam de despacho ou deliberação dos eleitos locais, bem como a restituição aos interessados de documentos juntos a processos, com respeito pelas salvaguardas estabelecidas por lei;
6. Colaborar com o Gabinete de Gestão Patrimonial e Administração Geral nas medidas de gestão patrimonial para a execução de obras municipais, face às necessidades de expropriação de terrenos;
7. Promover e controlar os atos administrativos previstos na lei para os processos de empreitadas e fornecimentos de obras públicas, a partir do ato de celebração dos respetivos contratos iniciais;
8. Assegurar o cumprimento, pelos adjudicatários, dos contratos de empreitadas e fornecimentos, em representação do dono de obra, desenvolvendo os necessários procedimentos administrativos e técnicos previstos nas atribuições da função de fiscalização;
9. Assegurar por administração direta, a conservação e manutenção das instalações e equipamentos municipais, ou sob responsabilidade municipal;
10. Assegurar a gestão dos contratos de manutenção dos diversos equipamentos existentes nas instalações municipais, nomeadamente aparelhos de ar condicionado, elevadores;
11. Programar e lançar empreitadas necessárias à prossecução dos seus objetivos, fiscalizar as obras e garantir o respetivo controlo de qualidade;
12. Promover a aquisição de materiais equipamentos e ferramentas necessários para o desenvolvimento de trabalhos por Administração Direta;
13. Promover o acompanhamento das ações delegadas nas Juntas de Freguesia;
14. Promover e controlar os atos administrativos previstos na lei para os processos de empreitadas e fornecimentos de obras públicas que sejam da sua responsabilidade;
15. Assegurar o cumprimento, pelos adjudicatários, dos contratos de empreitadas e fornecimentos, em representação do dono de obra, desenvolvendo os necessários procedimentos administrativos e técnicos previstos nas atribuições da função de fiscalização;
16. Promover a participação nas vistorias de receções provisórias e definitivas de obras de Urbanização;
17. Assegurar a construção, manutenção e conservação da rede viária, nomeadamente: vias, estacionamento, passeios, pontes e caminhos;
18. Assegurar a construção, manutenção e conservação de espaços urbanos;
19. Assegurar a colocação de mobiliário urbano;
20. Emitir pareceres sobre a oportunidade das ligações das urbanizações à rede viária existente;
21. Promover a emissão de pareceres sobre os pedidos de licenciamento apresentados pelos operadores de subsolo em áreas urbanas consolidadas;
22. Assegurar, diretamente ou através de terceiros, os trabalhos relativos a infraestruturas de iluminação pública;
23. Promover a emissão de pareceres sobre os projetos de iluminação pública e decorativa;
24. Assegurar a realização das vistorias às instalações elétricas de iluminação pública;
25. Assegurar o controlo dos trabalhos de iluminação pública realizados pela EDP;
26. Promover a elaboração de estudos e projetos relativos às acessibilidades municipais e intermunicipais, visando o desenvolvimento e consolidação da estrutura viária prevista no Plano Diretor de Acessibilidades Municipais (P.D.A.M./P.D.R.V.M.);
27. Promover a elaboração de estudos e projetos relativos às acessibilidades municipais e intermunicipais, visando o desenvolvimento e consolidação da estrutura viária prevista no Plano Diretor de Acessibilidades Municipais (P.D.A.M./P.D.R.V.M.);
28. Promover a elaboração de planos de circulação de apoio às acessibilidades municipais, às atividades de planeamento do Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico, com vista à permanente articulação e melhoria das condições de funcionalidade do meio face à dinâmica social económica;



29. Promover a elaboração e implementação de estudos de trânsito e circulação;

30. Promover a realização do estudo, implementação, manutenção e conservação da sinalização semafórica e painéis dinâmicos;

31. Assegurar a conservação e manutenção de sinalização vertical e horizontal;

32. Assegurar a análise e implementação da sinalização necessária ao melhoramento das condições de circulação e estacionamento;

33. Promover a elaboração de estudos e a implementação, manutenção e conservação da sinalização direcional;

34. Assegurar a execução de obras, de forma a criar condições de circulação e utilização dos transportes públicos;

35. Assegurar a cadastração da sinalização;

36. Promover a emissão de parecer e apoiar outros serviços municipais na sinalização e desvios provisórios de trânsito na rede viária municipal, aquando da realização de obras particulares e eventos;

37. Assegurar a aquisição de materiais e ferramentas para obras por administração direta;

38. A competência prevista nos n.ºs 1 e 2 do artigo 6.º do decreto-lei 44/2006, de 23 de fevereiro, para a sinalização de vias municipais;

39. A competência para a realização de audiência prévia nas empreitadas por ajuste direto;

40. A competência prevista na alínea k) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para enviar ao Tribunal de Contas os documentos que devam ser submetidos à sua apreciação, sem prejuízo do disposto na alínea ww) do n.º 1 do artigo 33.º, no campo das matérias ora delegadas;

41. Autorizar a realização das despesas orçamentadas com empreitadas até ao limite de **€ 2.500,00 (dois mil e quinhentos euros)**, sempre com respeito pela disciplina de execução orçamental estabelecida nas alíneas d), e) e f) do Ponto 2.3.4 do POCAL (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais), aprovado pela Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, alterada pela Lei n.º 162/99, de 14 de setembro e pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de dezembro, nos termos do artigo 109.º, do Código dos Contratos Públicos, publicado em Anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual; bem como as demais competências para a decisão de contratar referidas no artigo 109.º, n.º 3, do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-

Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, sempre com respeito pela disciplina de execução orçamental estabelecida nas alíneas d), e) e f) do Ponto 2.3.4 do POCAL (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais), aprovado pela Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, alterada pela Lei n.º 162/99, de 14 de setembro e pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de dezembro e no cumprimento do disposto no artigo 16.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, que se mantém em vigor por força do artigo 14.º, n.º 1, alínea f), do já referido Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, que aprovou o Código dos Contratos Públicos;

42. Autorizar a realização de despesas orçamentadas com a locação e aquisição de bens e serviços até ao limite de **€ 2.500,00 (dois mil e quinhentos euros)**, bem como as demais competências para a decisão de contratar referidas no artigo 109.º, n.º 3, do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, sempre com respeito pela disciplina de execução orçamental estabelecida nas alíneas d), e) e f) do Ponto 2.3.4 do POCAL (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais), aprovado pela Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, alterada pela Lei n.º 162/99, de 14 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de abril, e pela Lei n.º 60-A/2005, de 30 de dezembro, e no cumprimento do disposto no artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, que se mantém em vigor por força do artigo 14.º, n.º 1, alínea f), do já referido Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, que aprovou o Código dos Contratos Públicos;

43. Autorizar o pagamento das despesas até ao limite de **€ 2.500,00 (dois mil e quinhentos euros)**, ainda que não tenha sido o agora delegado a autorizá-la.

II

1. O delegante pode emitir diretivas ou instruções vinculativas para o delegado sobre o modo como devem ser exercidos os poderes delegados, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 49.º do CPA;

2. A delegação de competências ora efetuada, bem como as eventuais subdelegações delas decorrentes poderão ser objeto de revogação total ou parcial por razões de mérito, conveniência ou oportunidade, ou anuladas administrativamente, com fundamento em invalidade, ao abrigo do disposto nos artigos 165.º e 169.º do CPA;

3. O delegante tem ainda o poder de avocar, ao abrigo da delegação, em conformidade com o disposto na 1.ª parte do n.º 2 do artigo 49.º do CPA;

4. Em tais casos, e enquanto o processo ou assunto não for remetido ao delegante, o delegado abster-se-á de praticar quaisquer ações ou iniciativas que, por qualquer forma, sejam suscetíveis de alterar a situação existente;



5. Do exercício das competências delegadas, deverá o delegado prestar ao delegante todas as informações solicitadas, independentemente do dever genérico de informar.

O presente despacho produz efeitos a partir de 13 de julho de 2018.

Odivelas, 13 de Julho de 2018

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)

VEREAÇÃO

DESPACHO N.º 07/VSS/2018

Assunto: Subdelegação de Competências da Vereadora Ana Susana Oliveira dos Santos no Chefe de Divisão de Educação, Dr. Gabriel Davide Lopes Caetano

Considerando que a delegação e a subdelegação de competências são o instrumento jurídico que tem como escopo promover a desconcentração administrativa, cujo princípio encontra consagração constitucional no artigo 267.º da CRP, o qual permite às Autoridades Administrativas conferir maior celeridade, economia e eficiência às suas decisões.

Assim, ao abrigo do disposto no artigo 38.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a qual estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais (doravante designado por RJAL), conjugado com os artigos 44.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo (abreviadamente designado por CPA), aprovado em Anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, e ao abrigo do disposto no Despacho n.º 33/PRES/2018, de 13 de julho de 2018, referente à Delegação e Subdelegação de Competências do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas na ora signatária, **subdelego**, pelo presente Despacho, **no Senhor Chefe de Divisão de Educação, Dr. GABRIEL DAVIDE LOPES CAETANO**, as competências abaixo discriminadas que serão exercidas no âmbito da **Divisão de Educação**, bem como no **Setor Educativo e Pedagógico** e no **Setor de Intervenção e Sucesso Educativo, da Divisão de Inovação Social e Projetos Educativos**:

I

1. Assinar documentos de mero expediente e correspondência inerentes ao exercício da competência prevista na alínea l) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I ao RJAL, com exceção da dirigida a entidades ou organismos públicos, bem como a que constituir por si, informação, proposta ou decisão vinculativa para o Município ou constitutiva de direitos de terceiros ou que verse, de forma inovadora, matérias sobre as quais o Município se deva pronunciar;
2. Autorizar o gozo de férias, mediante os respetivos mapas e requerimentos, e ausências ao serviço por pequenos períodos;
3. Controlar a assiduidade, mediante informações, mapas e relatórios de assiduidade;
4. Justificar e injustificar faltas no âmbito do serviço, com exceção das referidas no n.º 3 do artigo 206.º da Lei Geral



do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual;

5. Autorizar a prestação de trabalho suplementar;
6. Visar boletins de horas de trabalho suplementar e de ajudas de custo, confirmando a informação neles constante e a sua conformidade com os limites legalmente estabelecidos;
7. Propor a instauração de procedimentos disciplinares;
8. Praticar atos e formalidades de carácter instrumental necessários ao exercício da minha competência decisória.

II

1. A subdelegante pode emitir diretivas ou instruções vinculativas para o subdelegado sobre o modo como devem ser exercidos os poderes subdelegados, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 49.º do CPA;
2. A subdelegação de competências ora efetuada, bem como as eventuais subdelegações delas decorrentes poderão ser objeto de revogação total ou parcial por razões de mérito, conveniência ou oportunidade, ou anuladas administrativamente, com fundamento em invalidade, ao abrigo do disposto nos artigos 165.º e 169.º do CPA;
3. A subdelegante tem ainda o poder de avocar, ao abrigo da subdelegação, em conformidade com o disposto na 1.ª parte do n.º 2 do artigo 49.º do CPA;
4. Em tais casos, e enquanto o processo ou assunto não for remetido à subdelegante, o subdelegado abster-se-á de praticar quaisquer ações ou iniciativas que, por qualquer forma, sejam suscetíveis de alterar a situação existente.

O presente despacho produz efeitos a partir da presente data e revoga o Despacho n.º 05/VSS/2018 de 19 de junho de 2018.

Odivelas, 13 de julho de 2018

A Vereadora
Por Delegação e Subdelegação de Competências
do Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, através do
Despacho N.º 07/PRES/2018, de 12.jan

(Susana Santos)

OUTROS DESPACHOS

DESPACHO N.º 01/DOMHT/DH/2018

Assunto: Subdelegação de assinatura de correspondência e expediente no âmbito da Divisão de Habitação

Nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 16.º, da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua atual redação, diploma que procede à adaptação à Administração Local da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com as alterações subsequentes, subdelego, **no período de 16 de julho a 20 de julho de 2018**, na Coordenadora do Setor de Intervenção na Habitação Social, **Dra. Adelina Freire**, a assinatura da correspondência e do expediente necessário à instrução dos processos no âmbito da Divisão de Habitação.

Odivelas, 12 de julho de 2018

A Chefe da Divisão de Habitação
(Por Subdelegação de Competências da Vereadora Susana Santos,
nos termos do Despacho n.º 03/VSS/2018, de 05 de fevereiro)

(Inês Fradique)

DESPACHO N.º 02/DISPE/2018

Assunto: Subdelegação de assinatura de correspondência e expediente no âmbito das competências subdelegadas na Chefe de Divisão de Inovação Social e Projetos Educativos, com a exceção do Setor Educativo e Pedagógico e do Setor de Intervenção e Sucesso Educativo

Nos termos do n.º 3 do artigo 16º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua redação atual, diploma que procede à adaptação à Administração Local da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, subdelego, na Técnica Superior, Dra. Magda Isabel Borges Simões, durante o meu período de férias, de 16 a 23 de julho, o exercício da competência abaixo discriminada:

A assinatura da correspondência e do expediente necessário à instrução dos processos no âmbito das competências subdelegadas na Chefe de Divisão de Inovação Social e Projetos Educativos, com a exceção do Setor Educativo e Pedagógico e do Setor de Intervenção e Sucesso Educativo.

Odivelas, 10 de julho de 2018

A Chefe da Divisão de Inovação Social
e Projetos Educativos
Por Subdelegação de Competências
da Vereadora Susana Santos, através do Despacho n.º 02/VSS/2018,
de 05/02/2018

(Lúcia Santos)



DESPACHO N.º 7/DGOU/2018

Assunto: Subdelegação de competências do Diretor do Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico, Arq.º António Henrique Moreira de Sousa, na Chefe da Divisão de Reabilitação e Reconversão Urbana, Arq.ª Lizete da Conceição Brito Coelho Cunha

Nos termos do artigo 44.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo e demais legislação habilitante, e ao abrigo do Despacho de Subdelegação de Competências n.º 2/VPCT/2017, de 31 de outubro, subdelego, na Chefe da Divisão de Reabilitação e Reconversão Urbana, **Arq.ª Lizete da Conceição Brito Coelho Cunha**, nos dias 16 a 30 de julho de 2018, as competências que me foram subdelegadas e que constam do supra citado Despacho, que serão exercidas no âmbito do Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico, durante o meu período de férias.

As competências subdelegadas poderão ser revogadas a todo o tempo desde que as circunstâncias o justifiquem, bem como poderão ser revogados quaisquer actos praticados pelo subdelegado nos termos legalmente previstos.

Poderá ainda o subdelegante, independentemente da revogação do presente despacho, avocar qualquer competência subdelegada relativa a determinado processo ou assunto, devendo, neste caso, o subdelegado abster-se da prática de quaisquer actos ou iniciativas susceptíveis de alterar a situação existente, enquanto o processo ou assunto não lhe for devolvido.

Do exercício das competências subdelegadas deverá o subdelegado prestar ao subdelegante todas as informações solicitadas, independentemente do dever genérico de informar.

Odivelas, 10 de julho de 2018

O Diretor do Departamento de Gestão
e Ordenamento Urbanístico
No uso da competência que me foi subdelegada
pelo Sr. Vereador Paulo César Prata Teixeira,
através do Despacho n.º 2/VPCT/2017, de 31 de outubro

António de Sousa, Arq.º

DESPACHO N.º 8/DGOU/2018

Assunto: Delegação de assinatura de correspondência e expediente no âmbito da Divisão de Planeamento Urbanístico e Projetos Estruturantes

Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 16.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, diploma que procede à adaptação à Administração Local da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, **delego** no Técnico Superior, Arq.º **David Álvares Monteiro Gil**, no período de 16 a 27 de julho de 2018, por ausência (férias) da respetiva Chefe de Divisão, a assinatura da correspondência e expediente necessários à instrução dos processos no âmbito da **Divisão de Planeamento Urbanístico e Projetos Estruturantes**.

Odivelas, 10 de julho de 2018

O Diretor do Departamento de Gestão
e Ordenamento Urbanístico
No uso da competência que me foi subdelegada
pelo Sr. Vereador Paulo César Prata Teixeira,
através do Despacho n.º 2/VPCT/2017, de 31 de outubro

António de Sousa, Arq.º

DESPACHO N.º 9/DGOU/2018

Assunto: Delegação de assinatura de correspondência e expediente no âmbito da Divisão de Licenciamento de Obras Particulares

Nos termos do artigo 44.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, do artigo 38.º do Regime Jurídico das Autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do artigo 16.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação em vigor, **delego** no Técnico Superior, Arq.º **Sérgio Alexandre Tomás Resão**, no período de 23 a 27 de julho de 2018, por ausência (férias) da respetiva Chefe de Divisão, a assinatura da correspondência e expediente necessários à instrução dos processos no âmbito da **Divisão de Licenciamento de Obras Particulares**.

Odivelas, 13 de julho de 2018

O Diretor do Departamento de
Gestão e Ordenamento Urbanístico
No uso da competência que me foi subdelegada pelo
Sr. Vereador Paulo César Prata Teixeira, através do
Despacho 2/VPCT/2017, de 31 de outubro

António de Sousa, Arq.º



DESPACHO N.º 10/DGOU/2018

Assunto: Subdelegação de assinatura de correspondência e expediente do Setor de Reconversão Urbana de Áreas Críticas

Nos termos do artigo 44.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, do artigo 38.º do Regime Jurídico das Autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do artigo 16.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação em vigor, e ao abrigo do Despacho n.º 2/VPCT/2017, de 31 de outubro, referente à subdelegação de competências do Sr. Vereador Paulo César Prata Teixeira no signatário, subdelego no Técnico Superior, Eng.º **Luis Manuel Bento**, durante o período compreendido entre os dias 23 de julho a 03 de agosto de 2018, por ausência (férias) do respetivo Coordenador, a assinatura da correspondência e expediente necessários à instrução dos processos no âmbito do **Setor de Reconversão Urbana de Áreas Críticas**

Odivelas, 13 de julho de 2018

O Diretor do Departamento de
Gestão e Ordenamento Urbanístico

No uso da competência que me foi subdelegada pelo
Sr. Vereador Paulo César Prata Teixeira, através do
Despacho 2/VPCT/2017, de 31 de outubro

António de Sousa, Arq.º

DESPACHO N.º 01/GVM/2018

Assunto: Subdelegação de Competências da Coordenadora do Gabinete Veterinário Municipal na Técnica Superior Ana Isabel Gomes Rufino

Nos termos do n.º 3 do artigo 16.º da Lei 49/2012, de 29 de Agosto, diploma que procedeu à adaptação na Administração Local da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação em vigor, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da Administração Central, Regional e Local do Estado, conjugado com os artigos 46º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, subdelego, durante o meu período de férias, de 25 de Julho a 14 de Agosto, na Técnica Superior Ana Isabel Gomes Rufino o exercício das competências abaixo discriminadas que serão exercidas no âmbito da atividade do Gabinete Veterinário Municipal:

1. A assinatura da correspondência e do expediente necessário à instrução dos processos no âmbito das

competências subdelegadas na coordenadora de gabinete que não impliquem decisões no âmbito das competências da Autoridade Sanitária Veterinária de Odivelas;

2. Gestão do Funcionamento do CORACO;

3. Controlar a assiduidade, mediante informações, mapas e fichas de assiduidade dos funcionários do GVM;

4. Visar boletins de horas extraordinárias, confirmando a informação neles constantes.

Odivelas, de 6 julho de 2018

A Coordenadora

Do Gabinete Veterinário Municipal

Por Subdelegação de competências do Sr. Vereador João Paulo António,
Despacho n.º 02/VJPA/2017, de 2/11/2017

Maria João Nabais



AVISOS

AVISO

Alvará de Loteamento n.º 4/2011 – B.º dos Quatro- Pontinha/Famões

3.º ADITAMENTO

Hugo Martins, Presidente da Câmara Municipal de Odívetas, ao abrigo do disposto nos artigos 27.º e 78.º n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua redação atual, fundamentando-se na deliberação tomada em sede da 6.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odívetas datada de 21 de março de 2018, onde foi deliberada por maioria a aprovação da alteração ao alvará de loteamento n.º 4/2011 referente ao lote 473 descrito na Conservatória do Registo Predial de Odívetas sob o número 4362/20120319, determina que se emita o presente aditamento ao Alvará de Licença de Loteamento identificado em epígrafe em nome de Augusto Miguel Damião Martins, portador do número de contribuinte 210674741.

As alterações às especificações do mencionado alvará constam da Planta de Síntese Geral e Planta de Síntese do Trigache Norte em anexo.

1. Parâmetros urbanísticos alterados

1.1. Parâmetros Urbanísticos do Lote:

Lote	Área Implantação (m²)	Área Habitação (m²)	Área Construção (m²)	Área Implantação (m²)	Área Habitação (m²)	Área Construção (m²)
	Aprovado			Proposta		
473	140,00	280,00	280,00	224,00	312,00	312,00
Diferença				+84,00	+32,00	+32,00

Os valores alterados foram representados a negrito.

1.2. Parâmetros Urbanísticos Totais do Bairro:

Parâmetros do Loteamento	Alteração ao Alvará 4/2011
Área de Implantação de Construções	48.462,00m²
Área Total de Implantações	57.303,50m²
Área de Construção para Habitação	96.033,00m²
Área Total de Construção	98.729,00m²

Os valores alterados foram representados a negrito.

2. Cedências ao Domínio Público e Estacionamento

Não se verifica a necessidade de cedência de área para equipamentos ou espaços verdes de utilização pública. Deverá ser garantido estacionamento privado de acordo com o previsto no artigo 101.º do RMEU, devendo no âmbito da legalização ser cumprido o regulamento do loteamento.

Todas as restantes especificações constantes do aludido alvará de loteamento não sofrem qualquer alteração.

Paços do Concelho, 06 de julho de 2018

O Presidente da Câmara Municipal

(Hugo Martins)



DECISÕES COM EFICÁCIA EXTERNA

FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL

Listagem dos atos com eficácia externa praticados pelo Vereador Edgar Valles, no uso das competências delegadas e subdelegadas pelo Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, através do despacho n.º 06/PRES/2018, de 12 de janeiro, no âmbito da Divisão Jurídica e de Fiscalização Municipal, no período compreendido entre 1 e 30 de junho de 2018, nos termos da informação n.º Interno/2018/7886, de 2018.07.13:

NOTIFICAÇÕES PARA LIMPEZA DE TERRENOS

Decisões tomadas ao abrigo das competências delegadas e subdelegadas (Despacho n.º 06/PRES/2018, de 12 de janeiro)

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado no Bairro da Bela vista, art.º 107, Secção D, Arroja Velha, Odivelas, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Maria Isabel Figueiredo Carmona Abreu Lopes Mota)

(Processo 58/DFM/17)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo, Notifique-se – Data: 2018-05-23

Data da notificação: 2018.06.01

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Cidade da Feira, lote 116 e Rua Cidade de Évora, lote 103, Bairro Casal de S. Sebastião, Famões, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Edviges Maria Domingos Martins Gabriel)

(Processo 57/DFM/15)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo, Notifique-se – Data: 2018-05-23

Data da notificação: 2018.06.01

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Cidade de Sines, Lote 190, Bairro Vale Grande, Pontinha, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Luís Miguel Ambrósio Caeiro)

(Processo 43/DFM/18)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo, Notifique-se – Data: 2018-05-23

Data da notificação: 2018.06.01

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Praceta Sara Afonso entre os lotes 6 e 8, Ramada, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Construções Técni-Valérios, Lda.)

(Processo 324/DFM/08)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo, Notifique-se – Data: 2018-05-23

Data da notificação: 2018.06.01

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Praceta Sara Afonso entre os lotes 6 e 8, Ramada, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Construções Técni-Valérios, Lda.)

(Processo 324/DFM/08)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo, Notifique-se – Data: 2018-05-23

Data da notificação: 2018.06.01

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Maria da Fonte, lote 192, Bairro da Milharada, Pontinha, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Amadeu Garcia)

(Processo 82/DFM/11)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo, Notifique-se – Data: 2018-05-23

Data da notificação: 2018.06.01

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Maria da Fonte, lote 189 D, Bairro da Milharada, Pontinha, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Manuel Augusto Cabral Luís)

(Processo 81/DFM/11)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo, Notifique-se – Data: 2018-05-23

Data da notificação: 2018.06.01

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Cidade de Portimão, lote 375, Bairro S. Sebastião, Famões, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Lídia Moreira dos Reis)

(Processo 29/DFM/16)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo, Notifique-se – Data: 2018-05-23

Data da notificação: 2018.06.01

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Vasco Santana, lote 8, Bairro da Condessa, Pontinha, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Maria de Lurdes de Almeida e Silva Chendo)

(Processo 19/DFM/11)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo, Notifique-se – Data: 2018-05-23

Data da notificação: 2018.06.01

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Nova do Mirante, lote 17, Bairro das Fontainha das Pias, Caneças nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Manuel Rodrigues da Cunha)

(Processo 324/DFM/08)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo, Notifique-se – Data: 2018-05-23

Data da notificação: 2018.06.01

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Natália Correia, lote 208, D, Bairro da Milharada, Pontinha, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Sérgio Sousa)

(Processo 59/DFM/16)



Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-23
Data da notificação: 2018.06.01

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua 5 de Outubro, lote 244, Bairro Vale Grande, Pontinha, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.
(Proprietário: Emílio Carlos Vaz de Moura)
(Processo 42/DFM/18)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-23
Data da notificação: 2018.06.01

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Ator Ribeirinho, Lotes 1021, 1022 e 1023, Bairro Casal Novo, Famões, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.
(Proprietário: Manuel Sordo)
(Processo 46/DFM/18)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-23
Data da notificação: 2018.06.01

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Ator Ribeirinho, Lotes 1021, 1022 e 1023, Bairro Casal Novo, Famões, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.
(Proprietário: Manuel Sordo)
(Processo 46/DFM/18)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-23
Data da notificação: 2018.06.01

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Ator Ribeirinho, Lotes 1021, 1022 e 1023, Bairro Casal Novo, Famões, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.
(Proprietário: Manuel Sordo)
(Processo 46/DFM/18)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-23
Data da notificação: 2018.06.01

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Ator Ribeirinho, Lotes 1021, 1022 e 1023, Bairro Casal Novo, Famões, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.
(Proprietário: Manuel Sordo)
(Processo 46/DFM/18)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-23
Data da notificação: 2018.06.01

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Ator Ribeirinho, Lotes 1021, 1022 e 1023, Bairro Casal Novo, Famões, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.
(Proprietário: Manuel Sordo)
(Processo 46/DFM/18)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-23
Data da notificação: 2018.06.01

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado entre a Rua da Constituição, Rua das Oliveiras e Largo do Chafariz, Olival Basto, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.
(Proprietário: Miguel Alexandre Ribeiro Albuquerque)
(Processo 46/DFM/18)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-23
Data da notificação: 2018.06.01

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Maria da Fonte, Lote 189 C, Bairro da Milharada, Pontinha, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.
(Proprietário: Maria Flor Guerreiro)
(Processo 80/DFM/11)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-23
Data da notificação: 2018.06.01

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado no final da Rua Palmira Bastos, artigo 4.º, Secção E, junto ao LIDL, Odívelas, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.
(Proprietário: António Seone Vidal)
(Processo 192/DFM/09)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-23
Data da notificação: 2018.06.01

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado no Bairro da Bela Vista, Arroja Velha, artigo 107, Secção D, Odívelas, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.
(Proprietário: José António Carmona de Abreu Lopes)
(Processo 58/DFM/17)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-23
Data da notificação: 2018.06.01

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado no Bairro da Bela Vista, Arroja Velha, artigo 107, Secção D, Odívelas, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.
(Proprietário: José António Carmona de Abreu Lopes)
(Processo 58/DFM/17)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-23
Data da notificação: 2018.06.01

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado no Bairro da Bela Vista, Arroja Velha, artigo 107, Secção D, Odívelas, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.
(Proprietário: José António Carmona de Abreu Lopes)
(Processo 58/DFM/17)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-23
Data da notificação: 2018.06.01

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado no Bairro da Bela Vista, Arroja Velha, artigo 107, Secção D, Odívelas, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.
(Proprietário: José António Carmona de Abreu Lopes)
(Processo 58/DFM/17)



Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-23
Data da notificação: 2018.06.01

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado no Bairro da Bela Vista, Arroja Velha, artigo 107, Seção D, Odívelas, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.
(Proprietário: José Antônio Carmona de Abreu Lopes)
(Processo 58/DFM/17)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-23
Data da notificação: 2018.06.01

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado no Bairro da Bela Vista, Arroja Velha, artigo 107, Seção D, Odívelas, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.
(Proprietário: Maria Teresa Carmona Abreu Lopes)
(Processo 58/DFM/17)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-23
Data da notificação: 2018.06.01

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado no Bairro da Bela Vista, Arroja Velha, artigo 107, Seção D, Odívelas, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.
(Proprietário: Maria Helena F. Carmona Abreu Lopes de Azevedo Malheiro)
(Processo 58/DFM/17)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-23
Data da notificação: 2018.06.01

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Manuel Teixeira, lote 32, Bairro Tomada da Amoreira, Ramada, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.
(Proprietário: Adrião José Pilar Lagartinho)
(Processo 47/DFM/18)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-23
Data da notificação: 2018.06.01

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua José Antônio de Carvalho, junto ao nº 1 B, Famões, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.
(Proprietário: Aires Simões Marques)
(Processo 49/DFM/18)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-23
Data da notificação: 2018.06.01

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Alfredo Paisana, Lote 24, Bairro Arco Maria Teresa, Caneças, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.
(Proprietário: Antero Ferreira Cardoso)
(Processo 331/DFM/08)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-23
Data da notificação: 2018.06.04

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Cidade Figueira da Foz, Lote 575, Bairro Vale Grande, Pontinha, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Teotônio Oliveira Pimenta)

(Processo 41/DFM/18)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-23
Data da notificação: 2018.06.04

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Principal, lote B 9, Bairro dos Pedernais, Ramada, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Benvinda Alves Pereira Carvalho)

(Processo 87/DFM/16)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-23
Data da notificação: 2018.06.04

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Principal, lote B 9, Bairro dos Pedernais, Ramada, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Pedro Jesus Alves)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-23
Data da notificação: 2018.06.04

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Cova dos Barros, junto à Escola Primária, Ramada, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Manuel Caneira da Silva e outros)

(Processo 27/DFM/18)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-23
Data da notificação: 2018.06.04

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Quintinha da Arroja, lote 16, Odívelas, Ramada, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Manuel dos Santos Cordeiro da Cruz)

(Processo 06/DFM/15)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-23
Data da notificação: 2018.06.04

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Idade do Ferro, lote 5, Serra da Amoreira, Ramada, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: João Pires Martins)

(Processo 140/DFM/17)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-23
Data da notificação: 2018.06.04

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Cidade de Sines, lote 191, Bairro Vale Grande, Pontinha, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Salvador Alberto Alves)



Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-23
Data da notificação: 2018.06.04

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Antônio Silva, Lote 95, Bairro do Girassol, Ramada, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.
(Proprietário: Carlos Jorge da Fonseca Fernandes)
(Processo 154/DFM/17)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-23
Data da notificação: 2018.06.04

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Natália Correia, lote 208 C, Bairro da Milharada, Pontinha, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.
(Proprietário: Herdeiros de Aníbal Assunção Vaz)
(Processo 54/DFM/16)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-23
Data da notificação: 2018.06.04

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Júlio Bairrão da Silva, art.º 49, Secção E, Caneças, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.
(Proprietário: Confortável – Empresa de Construções Civas, Lda.)
(Processo 56/DFM/11)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-23
Data da notificação: 2018.06.04

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado entre a Rua do Carvalheiro, Lote 56, Bairro do Carvalheiro, Ramada, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.
(Proprietário: Antônio de Almeida)
(Processo 42/DFM/09)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-23
Data da notificação: 2018.06.04

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado entre a Rua dos Pinheiros, Lote 120, Quinta da Várzea, Olival Basto, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.
(Proprietário: Manuel Rodrigues da Silva)
(Processo 187/DFM/16)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-23
Data da notificação: 2018.06.04

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado entre a Rua Fernandes, Lote 50, 51, e 52, Bairro Casal Novo, Caneças, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.
(Proprietário: Antônio Sousa)
(Processo 143/DFM/11 – 144/DFM/11 – 145/DFM/11)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-23
Data da notificação: 2018.06.04

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado entre a Rua da Carochia, lote 111, Bairro Casal dos Apréstimos, Ramada, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.
(Proprietário: José Fernando dos Santos Henriques)
(Processo 02/DFM/11)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-23
Data da notificação: 2018.06.04

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua da Urze, lotes 35 e 36, Bairro do Pinhal Verde, Caneças, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.
(Proprietário: João Rui Rodrigues da Fonte)
(Processo 214/DFM/08 e 215/DFM/08)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-23
Data da notificação: 2018.06.04

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua da Constituição, Lote 137, Bairro Quinta da Várzea, Olival Basto, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.
(Proprietário: Miguel Alexandre Ribeiro Albuquerque)
(Processo 186/DFM/16)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-23
Data da notificação: 2018.06.04

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua do Poço, Lote 20, Quinta da Serra, Olival Basto, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.
(Proprietário: Eduardo Manuel Mendes Rodrigues)
(Processo 559/DFM/08)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-23
Data da notificação: 2018.06.04

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Cidade de Aveiro, Lote 540, Bairro Vale Grande, Pontinha, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.
(Proprietário: João Fernando Alves Lopes)
(Processo 04/DFM/14)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-23
Data da notificação: 2018.06.04

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua do Ribeirinho, Lote 46, Bairro Quinta das Canoas, Pontinha, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.
(Proprietário: Francisco José Martins)
(Processo 126/DFM/12)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-23
Data da notificação: 2018.06.04

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Antônio Feliciano Castilho, art.º 63, Secção L, Odívelas, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.
(Proprietário: João Tiago)
(Processo 113/DFM/09)



Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-23
Data da notificação: 2018.06.04

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Cidade de Viseu, lote 53, Bairro Casalinho da Azenha, Pontinha, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.
(Proprietário: Álvaro Correia)
(Processo 45/DFM/18)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-23
Data da notificação: 2018.06.04

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Cidade de Viseu, lote 53, Bairro Casalinho da Azenha, Pontinha, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.
(Proprietário: Eduarda Santos Costa Correia)
(Processo 45/DFM/18)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-23
Data da notificação: 2018.06.06

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Francisco de Holanda, Lote 53, Bairro Casal dos Apréstimos, Ramada, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.
(Proprietário: Aníbal Filipe Teixeira Rodrigues)
(Processo 50/DFM/18)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-23
Data da notificação: 2018.06.06

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Principal, Lote B-13, Bairro dos Pedernais, Ramada, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.
(Proprietário: Mavilde Diniz Coelho de Sousa)
(Processo 91/DFM/16)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-23
Data da notificação: 2018.06.06

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua de Portugal, ao lado do Lote 60 E, Vale do Forno, Odivelas, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.
(Proprietário: Maria Isabel Fernandes)
(Processo 104/DFM/17)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-23
Data da notificação: 2018.06.04

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua das Arroteias, Lote 1 A 26, Bairro dos CTT, Caneças, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.
(Proprietário: Carla Filomena Sordo Botelho)
(Processo 75/DFM/10)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-30
Data da notificação: 2018.06.06

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua da Liberdade, lotes 11 e 12, Bairro Casalinho da Azenha, Pontinha, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Ramiro Domingues Lourenço)

(Processo 76/DFM/16)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-30

Data da notificação: 2018.06.04

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua da Associação, Lote 107, Bairro do Girassol, Ramada, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: António de Jesus Costa)

(Processo 131/DFM/16)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-30

Data da notificação: 2018.06.06

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Quinta do Pomar, artigo 25.º, Secção E, Caneças, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Manuel Alberto Correia Leite)

(Processo 43/DFM/15)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-30

Data da notificação: 2018.06.08

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua do Comércio, Lote 184, Encosta da Luz, Odivelas, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Alcides Augusto Murta Vilela)

(Processo 40/DFM/11)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-30

Data da notificação: 2018.06.08

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua de S. Miguel, Lote 109, Bairro Trigache Sul, Famões, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Teresa Maria de Sousa Fernandes Mendonça)

(Processo 57/DFM/18)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-30

Data da notificação: 2018.06.08

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua de S. Miguel, Lote 109, Bairro Trigache Sul, Famões, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Florentino Miguel Fernandes de Mendonça)

(Processo 57/DFM/18)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-30

Data da notificação: 2018.06.08

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Henrique Medina, Lote 14, Bairro Trigache Norte, Famões, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Francisco José Pires Moreira)

(Processo 55/DFM/18)



Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-30
Data da notificação: 2018.06.08

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Henrique Medina, Lote 17, Bairro Trigache Norte, Famões, nos termos do n° 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.
(Proprietário: Antônio Jesus Magoito Charrua)
(Processo 56/DFM/18)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-30
Data da notificação: 2018.06.08

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua da Esperança, Lote 4, Caneças, nos termos do n° 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.
(Proprietário: Firma Plastialves, Lda.)
(Processo 176/DFM/11)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-30
Data da notificação: 2018.06.08

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado nas traseiras do Lote 67, Rua 25 de Abril, Olival Basto, nos termos do n° 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.
(Proprietário: Amadeu Cardoso)
(Processo 149/DFM/17)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-30
Data da notificação: 2018.06.08

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Central, Lotes 52 e 53, Bairro das Mimosas, Odívelas, nos termos do n° 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.
(Proprietário: Manuel Bernardo Conceição Calado)
(Processo 47/DFM/17)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-30
Data da notificação: 2018.06.08

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Natália Correia, Lote 235, Bairro da Milharada, Pontinha, nos termos do n° 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.
(Proprietário: Joaquim Caldeira Simões)
(Processo 90/DFM/11)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-30
Data da notificação: 2018.06.08

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Natália Correia, Lote 208 F, Bairro da Milharada, Pontinha, nos termos do n° 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.
(Proprietário: José Fernandes Sequeira)
(Processo 57/DFM/16)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-30
Data da notificação: 2018.06.08

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua General Alves Roçadas, Odívelas, nos termos do n° 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Firma Concha de Ouro Imobiliária, S.A.)
(Processo 50/DFM/13)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-30
Data da notificação: 2018.06.08

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Natália Correia, Lote 228 A, Bairro da Milharada, Pontinha, nos termos do n° 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.
(Proprietário: José Helder Gomes Soares)
(Processo 114/DFM/16)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-30
Data da notificação: 2018.06.08

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado nas traseiras da Rua 8 de junho, Bairro da Mimosas, Odívelas, nos termos do n° 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.
(Proprietário: Firma Odível Lar Sociedade de Construções, Lda.)
(Processo 58/DFM/15)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-30
Data da notificação: 2018.06.08

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Enfermeiro Calheiros ao lado do Lote 13, Caneças, nos termos do n° 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.
(Proprietário: Mnina Camacho)
(Processo 107/DFM/11)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-30
Data da notificação: 2018.06.08

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua José Malhoa, Lotes 1001 e 1002, Famões, nos termos do n° 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: José Joaquim Robalo Moiteiro)
(Processo 158/DFM/16)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-30
Data da notificação: 2018.06.08

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Maria da Fonte, Lote 198 A, Bairro da Milharada, Pontinha, nos termos do n° 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Manuel Dias Fernandes)
(Processo 78/DFM/11)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-30
Data da notificação: 2018.06.08

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua do Comércio, traseiras do lote 185, Encosta da Luz, Odívelas, nos termos do n° 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.
(Proprietário: Administração do Bairro Encosta da Luz)
(Processo 41/DFM/11)



Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-30
Data da notificação: 2018.06.08

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Dr. Sidónio Pais, n.º 56, 58 e 60, Patameiras, Odivelas, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.
(Proprietário: Firma Purple Horse, Investimentos Unipessoal, Lda.)
(Processo 39/DFM/15)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-30
Data da notificação: 2018.06.08

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Borges de Freitas, Bairro da Cova de Barros, em frente ao n.º 9, Ponte da Bica, Ramada, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.
(Proprietário: Maria do Carmo Cabral)
(Processo 139/DFM/10)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-30
Data da notificação: 2018.06.08

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Natália Correia, Lote 228, Bairro da Milharada, Pontinha, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.
(Proprietário: Augusto José Nunes)
(Processo 25/DFM/17)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-30
Data da notificação: 2018.06.08

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Heróis de Chaimite, artigo 29.º, Secção F, Bairro das Mimosas, Odivelas, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.
(Proprietário: Raul José dos Reis Moreira)
(Processo 74/DFM/10)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-30
Data da notificação: 2018.06.08

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Natália Correia, Lote 227, Bairro da Milharada, Pontinha, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.
(Proprietário: Manuel Mendes B. Palheta)
(Processo 26/DFM/17)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-30
Data da notificação: 2018.06.08

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Elina Guimarães, Lote 149, Bairro da Milharada, Pontinha, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.
(Proprietário: José Coelho dos Santos)
(Processo 07/DFM/09)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-30
Data da notificação: 2018.06.08

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua José Ary dos Santos, n.º 49, Bairro Monte Verde, Caneças, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.
(Proprietário: Telma Alda Monteiro do Carmo)
(Processo 43/DFM/09)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-30
Data da notificação: 2018.06.08

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Marquesa de Alorna, lote 286, e traseiras da Rua Marquesa de Alorna, do Lote 326 ao 337, Bairro Trigache Norte, Famões, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.
(Proprietário: Firma Sociedade Pedernais, Lda.)
(Processo 54/DFM/18)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-30
Data da notificação: 2018.06.08

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Fernão Lopes, Famões, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.
(Proprietário: Comissão de Administração Conjunta do Bairro Alto de Famões)
(Processo 53/DFM/18)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-30
Data da notificação: 2018.06.08

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Maria da Fonte, Lote 189 D, Bairro da Milharada, Pontinha, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.
(Proprietário: António Manuel Dionísio Vieira)
(Processo 79/DFM/11)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-30
Data da notificação: 2018.06.08

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua José Ary dos Santos, n.º 44, Bairro Quinta das Pretas, Famões, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.
(Proprietário: Alcino Alves Neves Simões)
(Processo 175/DFM/16)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-30
Data da notificação: 2018.06.08

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua dos Pinheiros, Lote 121, Quinta da Várzea, Olival Basto, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.
(Proprietário: José Afonso Matos Carrapato)
(Processo 188/DFM/16)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-30
Data da notificação: 2018.06.08

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua da Liberdade, lote 121, Quinta da Várzea, Olival Basto, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.
(Proprietário: Maria Lúcia Farinha Lourenço)



(Processo 76/DFM/16)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,

Notifique-se – Data: 2018-05-30

Data da notificação: 2018.06.08

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Travessa dos Artistas, Lote 109, Bairro Moinho do Baeta, Caneças, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: José Alves Nunes Marques)

(Processo 69/DFM/10)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,

Notifique-se – Data: 2018-05-30

Data da notificação: 2018.06.08

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Cidade de Estremoz, Lote 163, Bairro Casal S. Sebastião, Famões, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Firma Iqbal & Jevant – Actividades Imobiliárias e Turísticas, Lda.)

(Processo 23/DFM/16)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,

Notifique-se – Data: 2018-05-30

Data da notificação: 2018.06.08

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Maria da Fonte, Lote 189 D, Bairro da Milharada, Pontinha, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Manuel Augusto Cabral Luís)

(Processo 81/DFM/11)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,

Notifique-se – Data: 2018-05-30

Data da notificação: 2018.06.08

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Maria da Fonte, Lote 173 A, Bairro da Milharada, Pontinha, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Maria do Pranto Gaspar da Silva)

(Processo 84/DFM/11)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,

Notifique-se – Data: 2018-05-30

Data da notificação: 2018.06.08

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Elina Guimarães, Lote 103 A, Bairro da Milharada, Pontinha, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Ana Luísa Silva Inácio)

(Processo 108/DFM/11)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,

Notifique-se – Data: 2018-05-30

Data da notificação: 2018.06.08

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua António Freitas, Lote 1, Bairro Quinta da Fonte, Odivelas, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Paulo Jorge Martins de Azevedo)

(Processo 98/DFM/10)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,

Notifique-se – Data: 2018-05-30

Data da notificação: 2018.06.08

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Cercado das Pedras Altas, traseiras do n.º 3 e 4 - Caneças, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Daniel Diogo Pedroso Alves)

(Processo 471/DFM/08)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,

Notifique-se – Data: 2018-05-30

Data da notificação: 2018.06.08

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua do Comércio, lote 183, Encosta da Luz, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Belarmino do Nascimento Rodrigues)

(Processo 39/DFM/11)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,

Notifique-se – Data: 2018-05-30

Data da notificação: 2018.06.11

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua do Castelinho, traseiras da Clínica Primavera, Odivelas, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Maria Isabel Figueiredo de Abreu)

(Processo 4/DFM/11)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,

Notifique-se – Data: 2018-05-30

Data da notificação: 2018.06.11

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Cidade de Lagos, Lotes 55, 56 e 57, Bairro S. Sebastião, Famões, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Dionilde Furtado da Luz Santos)

(Processo 29/DFM/13)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,

Notifique-se – Data: 2018-05-30

Data da notificação: 2018.06.11

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Gama Pinto, Lote 3, Colinas do Cruzeiro, Odivelas, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Firma “Forma Planos- Planeamento e Construção, Lda.”)

(Processo 189/DFM/09)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,

Notifique-se – Data: 2018-05-30

Data da notificação: 2018.06.11

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua do Chafariz, Lote 138, Bairro Quinta da Várzea, Olival Basto, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Maria Manuela Fonte dos Santos Correia)

(Processo 190/DFM/16)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,

Notifique-se – Data: 2018-05-30

Data da notificação: 2018.06.11

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua das Fontainhas, Lote 43, Bairro das Fontainhas, Famões, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Maria Helena S. Morgado)



(Processo 107/DFM/15)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-30
Data da notificação: 2018.06.11

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Avenida Luís de Camões, Lote 23, Bairro Quinta das Pretas, Famões, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Vitalino Jesus Pedroso)

(Processo 173/DFM/16)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-30
Data da notificação: 2018.06.11

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Alexandre, Lote 2, Bairro Quinta das Pretas, Famões, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Arlindo Manuel Lourenço Gonçalves)

(Processo 174/DFM/16)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-30
Data da notificação: 2018.06.11

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Maria da Fonte, Lote 189 D, Bairro da Milharada, Pontinha, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Paulo Jorge Fernandes Lourenço e Ana Rita Lopes da Silva Lourenço)

(Processo 81/DFM/11)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-30
Data da notificação: 2018.06.11

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Cidade de Portimão, Lote 360, Bairro S. Sebastião, Famões, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: António Silva)

(Processo 146/DFM/10)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-30
Data da notificação: 2018.06.11

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua 1 de Agosto, Lote 19, Bairro Casal Novo, Caneças, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Miguel Costa Pinto)

(Processo 153/DFM/08)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-30
Data da notificação: 2018.06.11

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Irene Lisboa, Bairro Granjas Novas, Ramada, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Sociedade de Construções Caracol & filhos, Lda.)

(Processo 170/DFM/16)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-30
Data da notificação: 2018.06.11

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Elina Guimarães, Lote 148, Bairro da Milharada, Pontinha, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Maria Albertina Silva Sequeira)

(Processo 06/DFM/09)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-30
Data da notificação: 2018.06.11

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Cidade de Rio Maior, Lote 259, Bairro Casal S. Sebastião, Famões, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Artur César de Sousa)

(Processo 25/DFM/13)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-30
Data da notificação: 2018.06.11

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Columbano Bordalo Pinheiro, Lote 169, Bairro Casal dos Apréstimos, Pontinha, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Sandra Sofia de Almeida Matos Gonçalves)

(Processo 43/DFM/17)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-30
Data da notificação: 2018.06.11

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Elina Guimarães, Lote 130 B, Bairro da Milharada, Pontinha, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: António Cruz Caldeira Vieira)

(Processo 55/DFM/16)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-30
Data da notificação: 2018.06.12

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Cidade de Elvas, Lote 53, Bairro S. Sebastião, Famões, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Aurélio Augusto Saraiva Garcia)

(Processo 25/DFM/16)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-30
Data da notificação: 2018.06.12

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Columbano Bordalo Pinheiro, Lote 169, Bairro Casal dos Apréstimos, Pontinha, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Sandra Sofia de Almeida Matos Gonçalves)

(Processo 43/DFM/17)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-30
Data da notificação: 2018.06.11

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Cidade da Guarda, Lote 443, Bairro Casal S. Sebastião, Famões, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.



(Proprietário: Associação de Moradores e Proprietários do Casal de S. Sebastião)
(Processo 166/DFM/16)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-30
Data da notificação: 2018.06.13

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua do Castelinho, traseiras da Clínica Primavera, Odívelas, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.
(Proprietário: José António Carmona de Abreu Lopes)
(Processo 4/DFM/11)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-30
Data da notificação: 2018.06.13

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Cidade da Guarda, Lote 443, Bairro Casal S. Sebastião, Famões, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.
(Proprietário: Associação de Moradores e Proprietários do Casal de S. Sebastião)
(Processo 166/DFM/16)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-30
Data da notificação: 2018.06.13

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado no entroncamento da Rua Sidónio Pais, com a Rua da Paiã, Odívelas, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.
(Proprietário: Firma Comafil – Construções José Manuel & Filhos, Lda.)
(Processo 142/DFM/16)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-30
Data da notificação: 2018.06.13

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Cidade da Guarda, Lote 447, Bairro Casal S. Sebastião, Famões, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.
(Proprietário: José Conceição M. R. Gonçalves Afonso)
(Processo 165/DFM/16)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-30
Data da notificação: 2018.06.14

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Columbano Bordalo Pinheiro, Lote 187, Bairro Casal dos Apréstimos, Pontinha, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.
(Proprietário: José Miguel Delgado da Silva Ferreira)
(Processo 95/DFM/12)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-30
Data da notificação: 2018.06.14

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Columbano Bordalo Pinheiro, Lote 187, Bairro Casal dos Apréstimos, Pontinha, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.
(Proprietário: Maria Helena João Ferreira da Silva)

(Processo 95/DFM/12)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-30
Data da notificação: 2018.06.14

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Borges de Freitas, frente ao nº 9, confinante com a Rua Soldado Joaquim Manuel Lagarto, Ramada, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.
(Proprietário: Giromaq – Comércio de Máquinas e Imóveis, Construção Civil e Obras Públicas, S.A.)
(Processo 139/DFM/10)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-30
Data da notificação: 2018.06.19

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua dos Amieiros, Lote 78, Bairro Alto das Arroteias, Caneças, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.
(Proprietário: Maria Isabel Baeta Moreira)
(Processo 127/DFM/10)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-30
Data da notificação: 2018.06.20

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua dos Amieiros, Lote 78, Bairro Alto das Arroteias, Caneças, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.
(Proprietário: Lurdes da Conceição Alves Moreira)
(Processo 127/DFM/10)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-30
Data da notificação: 2018.06.20

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua dos Amieiros, Lote 77, Bairro Alto das Arroteias, Caneças, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.
(Proprietário: Alcino Almeida)
(Processo 80/DFM/07)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-30
Data da notificação: 2018.06.20

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua dos Amieiros, Lote 77, Bairro Alto das Arroteias, Caneças, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.
(Proprietário: César Loureiro Alves Moreira)
(Processo 80/DFM/07)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-30
Data da notificação: 2018.06.20

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua dos Amieiros, Lote 78, Bairro Alto das Arroteias, Caneças, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.
(Proprietário: Maria Isabel Baeta Moreira)
(Processo 127/DFM/10)
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-05-30
Data da notificação: 2018.06.20



Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua dos Amieiros, Lote 77, Bairro Alto das Arroteias, Caneças, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Maria Isabel Bacta Moreira)

(Processo 80/DFM/07)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo, Notifique-se – Data: 2018-05-30

Data da notificação: 2018.06.20

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua dos Amieiros, Lote 77, Bairro Alto das Arroteias, Caneças, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Lurdes da Conceição Alves Moreira)

(Processo 127/DFM/10)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo, Notifique-se – Data: 2018-05-30

Data da notificação: 2018.06.20

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Cidade da Guarda, Lote 366, Bairro Casal S. Sebastião, Famões, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Maria do Carmo Filipe Gomes Cardoso)

(Processo 167/DFM/16)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo, Notifique-se – Data: 2018-05-30

Data da notificação: 2018.06.21

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua dos Amieiros, Lote 77, Bairro Alto das Arroteias, Caneças, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Lurdes da Conceição Alves Moreira)

(Processo 127/DFM/10)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo, Notifique-se – Data: 2018-05-30

Data da notificação: 2018.06.20

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Cidade de Rio Maior, Lote 257, Bairro Casal S. Sebastião, Famões, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: José Pedro Salvado Bernardino)

(Processo 22/DFM/13)

Decisão do Senhor Presidente – Hugo Martins: Concordo, Notifique-se – Data: 2018-05-30

Data da notificação: 2018.06.21

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Cidade da Régua, Lote 216, Bairro Casal S. Sebastião, Famões, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Manuel da Costa Pereira)

(Processo 64/DFM/15)

Decisão do Senhor Presidente – Hugo Martins: Concordo, Notifique-se – Data: 2018-05-30

Data da notificação: 2018.06.21

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Cidade de Rio Maior, Lote 258, Bairro Casal S. Sebastião, Famões, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Maria da Conceição Salvado Coelho)

(Processo 23/DFM/13)

Decisão do Senhor Presidente – Hugo Martins: Concordo, Notifique-se – Data: 2018-05-30

Data da notificação: 2018.06.21

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Cidade de Silves, Lote 273, Bairro Casal de S. Sebastião, Famões, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Maria da Assunção Dias T. Pereira)

(Processo 94/DFM/15)

Decisão do Senhor Presidente – Hugo Martins: Concordo, Notifique-se – Data: 2018-05-30

Data da notificação: 2018.06.21

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Cidade de Silves, Lote 277, Bairro Casal S. Sebastião, Famões, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Manuel Pereira das Neves)

(Processo 20/DFM/13)

Decisão do Senhor Presidente – Hugo Martins: Concordo, Notifique-se – Data: 2018-05-30

Data da notificação: 2018.06.21

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua 16 de Fevereiro, Lote 73, Bairro das Fontainhas, Famões, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Mário Cirilo Viegas)

(Processo 26/DFM/06)

Decisão do Senhor Presidente – Hugo Martins: Concordo, Notifique-se – Data: 2018-05-30

Data da notificação: 2018.06.21

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua 16 de Fevereiro, Lote 73, Bairro das Fontainhas, Famões, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Irondina Gomes Matias Viegas)

(Processo 26/DFM/06)

Decisão do Senhor Presidente – Hugo Martins: Concordo, Notifique-se – Data: 2018-05-30

Data da notificação: 2018.06.21

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Elina Guimarães, Lote 129, Bairro da Milharada, Pontinha, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Francisco Ró Ró Gancinho)

(Processo 61/DFM/16)

Decisão do Senhor Presidente – Hugo Martins: Concordo, Notifique-se – Data: 2018-06-13

Data da notificação: 2018.06.25

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua do Poder Local, nº 53, Serra da Amoreira, Ramada, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Maria José Pereira Cortez)

(Processo 06/DFM/17)

Decisão do Senhor Presidente – Hugo Martins: Concordo, Notifique-se – Data: 2018-06-19

Data da notificação: 2018.06.28



Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua dos Moinhos, Lote 36, Bairro Alto de Famões, Famões, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Rosa Maria Conceição Sintrão)

(Processo 103/DFM/16)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo, Notifique-se – Data: 2018-06-19

Data da notificação: 2018.06.28

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Natália Correia, Lote 208 E, Bairro da Milharada, Pontinha, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Célia Conceição Gonçalves Salazar)

(Processo 56/DFM/16)

Decisão do Senhor Presidente – Hugo Martins: Concordo, Notifique-se – Data: 2018-06-19

Data da notificação: 2018.06.28

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Carlos Reis, Lote 61, Bairro Alto de Famões, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Manuel da Graça Joaquim)

(Processo 112/DFM/16)

Decisão do Senhor Presidente – Hugo Martins: Concordo, Notifique-se – Data: 2018-06-19

Data da notificação: 2018.06.28

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Carlos Oliveira, Lote 83, Bairro Alto de Famões, Famões, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Albino de Matos)

(Processo 104/DFM/16)

Decisão do Senhor Presidente – Hugo Martins: Concordo, Notifique-se – Data: 2018-06-19

Data da notificação: 2018.06.28

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Carlos Oliveira, Lote 67, Bairro Alto de Famões, Famões, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: José Maria Seca)

(Processo 98/DFM/16)

Decisão do Senhor Presidente – Hugo Martins: Concordo, Notifique-se – Data: 2018-06-19

Data da notificação: 2018.06.28

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua António Feliciano Castilho e Avenida D. Dinis, traseiras dos lotes 10, 11, 12 e 13, Odivelas, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Américo Ferreira Nunes)

(Processo 87/DFM/15)

Decisão do Senhor Presidente – Hugo Martins: Concordo, Notifique-se – Data: 2018-06-19

Data da notificação: 2018.06.28

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Fontainha das Pias e Rua António Silva, Lote 5, Bairro das Fontainhas, Caneças, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Orlando Domingos Mena)

(Processo 313/DFM/08)

Decisão do Senhor Presidente – Hugo Martins: Concordo,

Notifique-se – Data: 2018-06-19

Data da notificação: 2018.06.28

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Júlio Bairrão da Silva, artigo 47, Secção E, Caneças, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Jaime Joaquim de Freitas)

(Processo 57/DFM/11)

Decisão do Senhor Presidente – Hugo Martins: Concordo, Notifique-se – Data: 2018-06-19

Data da notificação: 2018.06.28

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Natália Correia, lote 208, 208 A e 208 B, Bairro da Milharada, Pontinha, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: João Batista Regueiro Gonçalves)

(Processo 58/DFM/16 – 66/DFM/16 e 67/DFM/16)

Decisão do Senhor Presidente – Hugo Martins: Concordo, Notifique-se – Data: 2018-06-19

Data da notificação: 2018.06.28

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado junto à Escola EB 2/3, dos Castanheiros e junto à Rua Júlio Bairrão da Silva, art.º 48, Secção E, Caneças, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Jaime Joaquim de Freitas)

(Processo 109/DFM/11)

Decisão do Senhor Presidente – Hugo Martins: Concordo, Notifique-se – Data: 2018-06-19

Data da notificação: 2018.06.28

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Elina Guimarães, lote 126, Bairro da Milharada, Pontinha, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: António Nogueira Rebelo)

(Processo 31/DFM/17)

Martins: Concordo, Notifique-se – Data: 2018-06-19

Data da notificação: 2018.06.28

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Natália Correia, Lote 205, Bairro da Milharada, Pontinha, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Augusto Silva Mourão)

(Processo 89/DFM/11)

Decisão do Senhor Presidente – Hugo Martins: Concordo, Notifique-se – Data: 2018-06-19

Data da notificação: 2018.06.28

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Aires de Ornelas, junto à Lisneves, Odivelas, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: António Ferreira Alves)

(Processo 24/DFM/07)

Decisão do Senhor Presidente – Hugo Martins: Concordo, Notifique-se – Data: 2018-06-19

Data da notificação: 2018.06.28



Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado junto à Escola EB 2/3, dos Castanheiros, junto à Rua Júlio Bairrão da Silva, Caneças, artigo 48, Secção E, Caneças, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Jaime Joaquim Freitas)

(Processo 109/DFM/11)

Decisão do Senhor Presidente – Hugo Martins: Concordo, Notifique-se – Data: 2018-06-19

Data da notificação: 2018.06.28

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Elina Guimarães, Lote 126, Bairro da Milharada, Pontinha, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: António Nogueira Rebelo)

(Processo 31/DFM/17)

Decisão do Senhor Presidente – Hugo Martins: Concordo, Notifique-se – Data: 2018-06-19

Data da notificação: 2018.06.28

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Natália Correia, Lote 230, Bairro da Milharada, Pontinha, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Virgílio Alberto Pires)

(Processo 24/DFM/17)

Decisão do Senhor Presidente – Hugo Martins: Concordo, Notifique-se – Data: 2018-06-19

Data da notificação: 2018.06.28

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Travessa da Fonte, Lote 615, Bairro Casal da Silveira, Famões, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Felisberto Pereira da Fonseca)

(Processo 44/DFM/13)

Decisão do Senhor Presidente – Hugo Martins: Concordo, Notifique-se – Data: 2018-06-19

Data da notificação: 2018.06.28

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Cidade da Horta, Lote 405, Bairro S. Sebastião, Famões, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Epifânio Miguel Maurício Miranda)

(Processo 162/DFM/16)

Decisão do Senhor Presidente – Hugo Martins: Concordo, Notifique-se – Data: 2018-06-19

Data da notificação: 2018.06.28

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Avelar Brotero, Lote 85, Bairro do Castelo Poente, Ramada, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Maria da Conceição Libério)

(Processo 143/DFM/06)

Decisão do Senhor Presidente – Hugo Martins: Concordo, Notifique-se – Data: 2018-06-19

Data da notificação: 2018.06.28

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Alexandre Herculano do Lote 18 ao 26, Bairro S. Jorge, Ramada, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Novo Banco, Departamento de Gestão Imobiliária)

(Processo 60/DFM/18)

Decisão do Senhor Presidente – Hugo Martins: Concordo, Notifique-se – Data: 2018-06-19

Data da notificação: 2018.06.28

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua de São Cristóvão, traseiras do Lote 258, Bairro Casal da Silveira, Famões, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Fábrica da Igreja Paroquial Nossa Senhora do Rosário)

(Processo 22/DFM/15)

Decisão do Senhor Presidente – Hugo Martins: Concordo, Notifique-se – Data: 2018-06-19

Data da notificação: 2018.06.28

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua de São Cristóvão, traseiras do Lote 258, Bairro Casal da Silveira, Famões, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Fábrica da Igreja Paroquial Nossa Senhora do Rosário)

(Processo 22/DFM/15)

Decisão do Senhor Presidente – Hugo Martins: Concordo, Notifique-se – Data: 2018-06-19

Data da notificação: 2018.06.28

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, Lote 63, Bairro Casal da Silveira, Famões, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Carlos Mendes Cordeiro)

(Processo 36/DFM/16)

Decisão do Senhor Presidente – Hugo Martins: Concordo, Notifique-se – Data: 2018-06-19

Data da notificação: 2018.06.28

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua de São Cristóvão, traseiras do Lote 258, Bairro Casal da Silveira, Famões, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Fábrica da Igreja Paroquial Nossa Senhora do Rosário)

(Processo 24/DFM/16)

Decisão do Senhor Presidente – Hugo Martins: Concordo, Notifique-se – Data: 2018-06-19

Data da notificação: 2018.06.28

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado nas traseiras da Rua Flor do Minho, Lote 50, Caneças, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: João Manuel da Silva Rodrigues)

(Processo 61/DFM/18)

Decisão do Senhor Presidente – Hugo Martins: Concordo, Notifique-se – Data: 2018-06-19

Data da notificação: 2018.06.28

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Fernando Lopes, Lote 223, Granjas Novas, Ramada, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Firma Inovacil – Sociedade de Construção Civil, Lda.)



(Processo 10/DFM/13)

Decisão do Senhor Presidente – Hugo Martins: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-06-19
Data da notificação: 2018.06.28

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Cidade de Estremoz, lotes 151 e 152, Bairro S. Sebastião, Famões, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: José Costa dos Santos)

(Processo 180/DFM/16)

Decisão do Senhor Presidente – Hugo Martins: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-06-19
Data da notificação: 2018.06.28

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Praceta Carolina Beatriz Ângelo, Famões, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Firma Ambimobiliária – Investimentos e Negócios, S.A.)

(Processo 64/DFM/18)

Decisão do Senhor Presidente – Hugo Martins: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-06-19
Data da notificação: 2018.06.28

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Manuel da Fonseca, Lote 226, Bairro Granjas Novas, Ramada, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Firma B.S.L. Build Sand & Land Sociedade Imobiliária, S.A.)

(Processo 43/DFM/12)

Decisão do Senhor Presidente – Hugo Martins: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-06-19
Data da notificação: 2018.06.28

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Aquilino Ribeiro, Lote 94, Famões, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Manuel João Marreiros)

(Processo 85/DFM/17)

Decisão do Senhor Presidente – Hugo Martins: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-06-19
Data da notificação: 2018.06.28

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua da Estremadura, Lote 95, Bairro das Fontainhas, Famões, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: António Almeida Morgado)

(Processo 106/DFM/15)

Decisão do Senhor Presidente – Hugo Martins: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-06-19
Data da notificação: 2018.06.28

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Cidade de Rio Maior, Lote 260, Bairro Casal de S. Sebastião, Famões, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: António da Silva Fernandes)

(Processo 24/DFM/13)

Decisão da Senhora Vereadora – Susana Santos: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-06-14
Data da notificação: 2018.06.28

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Idade da Pedra, Lote 69, Serra da Amoreira, Pontinha, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Luís Jorge Pereira Gameiro)

(Processo 164/DFM/09)

Decisão do Senhor Presidente – Hugo Martins: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-06-19
Data da notificação: 2018.06.28

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Fernando Lopes, Lote 223, Granjas Novas, Ramada, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Firma Inovacil – Sociedade de Construção Civil, Lda.)

(Processo 10/DFM/13)

Decisão do Senhor Presidente – Hugo Martins: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-06-19
Data da notificação: 2018.06.28

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua da Liberdade, Lotes 190 e 191, Casal da Silveira, Famões, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Francisco Joaquim)

(Processo 126/DFM/06)

Decisão do Senhor Presidente – Hugo Martins: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-06-19
Data da notificação: 2018.06.28

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua da Fonte Velha, artigo 9.º, Secção B, Caneças, Famões, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Novo Banco, S.A.)

(Processo 64/DFM/07)

Decisão do Senhor Presidente – Hugo Martins: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-06-19
Data da notificação: 2018.06.28

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Teófilo Braga, Lote 490, Bairro dos 4, Famões, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Maria de Lurdes Farinha Marçal)

(Processo 86/DFM/12)

Decisão do Senhor Presidente – Hugo Martins: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-06-19
Data da notificação: 2018.06.28

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua dos Moinhos, Lote 12, Bairro Alto de Famões, Famões, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Faustino Augusto Costa)

(Processo 105/DFM/16)

Decisão do Senhor Presidente – Hugo Martins: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-06-19
Data da notificação: 2018.06.28

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua de S. Domingos, Lote 44, Bairro Trigache Sul, Famões, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Luis Miguel Roque Garcia)



(Processo 119/DFM/12)

Decisão do Senhor Presidente – Hugo Martins: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-06-19
Data da notificação: 2018.06.28

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua de S. Domingos, Lote 44, Bairro Trigache Sul, Famões, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Rita do Carmo Rodrigues)

(Processo 31/DFM/13)

Decisão do Senhor Presidente – Hugo Martins: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-06-19
Data da notificação: 2018.06.28

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua José Carlos Ary dos Santos, Lote 47, Bairro Monte Verde, Caneças, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Alexandre Cardoso)

(Processo 131/DFM/11)

Decisão do Senhor Presidente – Hugo Martins: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-06-19
Data da notificação: 2018.06.28

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado entre a Rua Fonte Pereira e os Pedernais, Ramada, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: António Caetano Martins)

(Processo 67/DFM/18)

Decisão do Senhor Presidente – Hugo Martins: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-06-19
Data da notificação: 2018.06.28

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua João Villaret, junto à Escola EB1/JI, Bons Dias, Ramada, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Emílio Augusto de Andrade Júnior)

(Processo 175/DFM/10)

Decisão do Senhor Presidente – Hugo Martins: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-06-19
Data da notificação: 2018.06.28

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Duque de Saldanha, Lote 13, Bairro Quinta das Dálias, Famões, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Amândio de Jesus Pacheco)

(Processo 56/DFM/17)

Decisão do Senhor Presidente – Hugo Martins: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-06-19
Data da notificação: 2018.06.28

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua D. Dinis, Lote 99, Bairro das Queimadas, Famões, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: António Manuel Ferreira Valentim)

(Processo 75/DFM/15)

Decisão do Senhor Presidente – Hugo Martins: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-06-19
Data da notificação: 2018.06.28

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua S. Domingos, Lote 62, Bairro Trigache Sul, Famões, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Leonel Carvalho Fernandes)

(Processo 131/DFM/10)

Decisão do Senhor Presidente – Hugo Martins: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-06-19
Data da notificação: 2018.06.28

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Padre António Vieira, Lote 614, Bairro dos 4, Famões, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Maria de Lurdes Fernandes)

(Processo 58/DFM/14)

Decisão do Senhor Presidente – Hugo Martins: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-06-19
Data da notificação: 2018.06.28

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Terra da Fonte, Lotes 625 e 626, Bairro Casal da Silveira, Famões, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Sociedade de Construções & Pereira, Lda.)

(Processo 41/DFM/13 e 45/DFM/13)

Decisão do Senhor Presidente – Hugo Martins: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-06-19
Data da notificação: 2018.06.28

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Rafael Bordalo Pinheiro, Lote 122, Bairro Encosta do Mourigo, Famões, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Maria Helena Pires Freire de Sousa)

(Processo 62/DFM/13)

Decisão do Senhor Presidente – Hugo Martins: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-06-19
Data da notificação: 2018.06.29

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua S. Benedito, lote 31, Bairro Trigache Sul, Famões, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Maria Branca Torrado)

(Processo 55/DFM/13)

Decisão do Senhor Presidente – Hugo Martins: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-06-19
Data da notificação: 2018.06.29

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua da Fonte Velha, n.º 33, Lugar D'Além, Caneças, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Paulo Manuel Brites Caracoleiro)

(Processo 193/DFM/16)

Decisão do Senhor Presidente – Hugo Martins: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-06-19
Data da notificação: 2018.06.29

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua da Fonte Velha, n.º 33, Lugar D'Além, Caneças, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Luís Manuel Brites Caracoleiro)

(Processo 193/DFM/16)



Decisão do Senhor Presidente – Hugo Martins: Concordo,
Notifique-se – Data: 2018-06-19
Data da notificação: 2018.06.29

VIATURAS REMOVIDAS DA VIA PÚBLICA

01/06/2018 a 30/06/2018

Decisões tomadas ao abrigo das competências delegadas e subdelegadas (Despacho n.º 06/PRES/2018, de 12 de janeiro)

Assunto: Remoção de um veículo Nissan Primera, com a matrícula 10-41-AE, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo n.º 62/VIAT/OD/18).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2018.06.04
Data da remoção: 2018.06.05

Assunto: Remoção de um veículo Fiat Punto, com a matrícula 20-73-MQ, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo n.º 39/VIAT/RA/CA/18).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2018.05.15
Data da remoção: 2018.06.06

Assunto: Remoção de um veículo Ford Mondeo, com a matrícula 06-60-HQ, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo n.º 38/VIAT/RA/CA/18).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2018.05.15
Data da remoção: 2018.06.06

Assunto: Remoção de um veículo Rover 414, com a matrícula 71-33-MM, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo n.º 41/VIAT/PV/OL/18).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2018.05.14
Data da remoção: 2018.06.06

Assunto: Remoção de um veículo Renault Express, com a matrícula 22-42-GD, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo n.º 40/VIAT/PV/OL/18).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do

Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2018.05.14
Data da remoção: 2018.06.06

Assunto: Remoção de um veículo Mercedes, com a matrícula 84-31-HM, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo n.º 63/VIAT/OD/18).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2018.05.15
Data da remoção: 2018.06.07

Assunto: Remoção de um veículo Renault Laguna, com a matrícula 48-70-SP, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo n.º 42/VIAT/PV/OL/18).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2018.05.14
Data da remoção: 2018.06.07

Assunto: Remoção de um veículo Mercedes, com a matrícula 50-68-FR, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo n.º 43/VIAT/PV/OL/18).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2018.05.14
Data da remoção: 2018.06.07

Assunto: Remoção de um veículo Nissan Almera, com a matrícula 35-44-GR, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo n.º 84/VIAT/PO/FA/18).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2018.03.16
Data da remoção: 2018.06.07

Assunto: Remoção de um veículo Renault Clio, com a matrícula 96-50-PF, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo n.º 85/VIAT/PO/FA/18).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2018.05.21
Data da remoção: 2018.06.07



Assunto: Remoção de um veículo Fiat Punto, com a matrícula 74-94-GJ, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 86/VIAT/PO/FA/18).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2018.06.08

Data da remoção: 2018.06.08

Assunto: Remoção de um veículo Opel Astra, com a matrícula 83-30-FC, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 87/VIAT/PO/FA/18).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2018.05.22

Data da remoção: 2018.06.08

Assunto: Remoção de um veículo Fiat Seicento, com a matrícula 21-15-UM, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 88/VIAT/PO/FA/18).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2018.05.22

Data da remoção: 2018.06.08

Assunto: Remoção de um veículo Ford Fiesta, com a matrícula 77-59-FS, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 89/VIAT/PO/FA/18).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2018.03.16

Data da remoção: 2018.06.08

Assunto: Remoção de um veículo Renault Clio, com a matrícula 15-23-GR, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 64/VIAT/OD/18).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2018.05.22

Data da remoção: 2018.06.08

Assunto: Remoção de um veículo Volkswagen Lupo, com a matrícula 63-39-NA, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 65/VIAT/OD/18).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do

Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2018.05.21

Data da remoção: 2018.06.08

Assunto: Remoção de um veículo Fiat Brava, com a matrícula 11-14-NI, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 66/VIAT/OD/18).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2018.05.25

Data da remoção: 2018.06.08

Assunto: Remoção de um veículo Peugeot 406, com a matrícula 62-10-XV, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 40/VIAT/RA/CA/18).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2018.05.15

Data da remoção: 2018.06.08

Assunto: Remoção de um veículo Vw Polo, com a matrícula 58-37-LH, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 67/VIAT/OD/18).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2018.06.11

Data da remoção: 2018.06.11

Assunto: Remoção de um veículo Citroen Saxo, com a matrícula 81-30-SG, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 41/VIAT/RA/CA/18).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2018.06.11

Data da remoção: 2018.06.11

Assunto: Remoção de um veículo Toyota Yaris, com a matrícula 95-63-RT, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 68/VIAT/OD/18).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2018.05.21

Data da remoção: 2018.06.11

Assunto: Remoção de um veículo Vw Golf, com a matrícula UC-46-96, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 69/VIAT/OD/18).



Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2018.05.21
Data da remoção: 2018.06.11

Assunto: Remoção de um veículo Peugeot 106, com a matrícula 67-14-FQ, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 43/VIAT/RA/CA/18).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2018.05.14
Data da remoção: 2018.06.13

Assunto: Remoção de um veículo Citroen Ax, com a matrícula 56-68-FN, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 42/VIAT/RA/CA/18).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2018.05.15
Data da remoção: 2018.06.13

Assunto: Remoção de um veículo Renault Twingo, com a matrícula 45-51-MT, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 46/VIAT/PV/OL/18).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2018.05.14
Data da remoção: 2018.06.13

Assunto: Remoção de um veículo Ford Transit, com a matrícula 94-DM-39, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 47/VIAT/PV/OL/18).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2018.06.07
Data da remoção: 2018.06.13

Assunto: Remoção de um veículo Mitsubishi Colt, com a matrícula 10-88-GU, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 70/VIAT/OD/18).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2018.05.25
Data da remoção: 2018.06.13

Assunto: Remoção de um veículo Opel Corsa, com a matrícula 94-16-FV, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 44/VIAT/PV/OL/18).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2018.05.14
Data da remoção: 2018.06.13

Assunto: Remoção de um veículo Renault 19, com a matrícula XB-52-95, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 44/VIAT/RA/CA/18).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2018.05.25
Data da remoção: 2018.06.13

Assunto: Remoção de um veículo Renault Velsatis, com a matrícula 45-34-TN, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 45/VIAT/RA/CA/18).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2018.05.25
Data da remoção: 2018.06.13

Assunto: Remoção de um veículo Volkswagen, com a matrícula 72-32-EP, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 45/VIAT/PV/OL/18).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2018.05.25
Data da remoção: 2018.06.13

Assunto: Remoção de um veículo Volkswagen Caddy, com a matrícula 95-JU-06, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 72/VIAT/OD/18).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2018.05.25
Data da remoção: 2018.06.14

Assunto: Remoção de um veículo Citroen Saxo, com a matrícula 59-61-IN, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 73/VIAT/OD/18).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do



Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2018.05.25
Data da remoção: 2018.06.14

Assunto: Remoção de um veículo Citroen Saxo, com a matrícula 70-53-RQ, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 74/VIAT/OD/18).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2018.05.22
Data da remoção: 2018.06.14

Assunto: Remoção de um veículo Honda Civic, com a matrícula 60-45-FO, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 75/VIAT/OD/18).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2018.05.15
Data da remoção: 2018.06.14

Assunto: Remoção de um veículo Ford Focus, com a matrícula 83-25-XH, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 76/VIAT/OD/18).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2018.05.25
Data da remoção: 2018.06.14

Assunto: Remoção de um veículo Opel Corsa, com a matrícula 25-55-RT, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 90/VIAT/PO/FA/18).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2018.05.25
Data da remoção: 2018.06.14

Assunto: Remoção de um veículo Fiat Tipo, com a matrícula 46-91-BM, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 91/VIAT/PO/FA/18).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2018.02.26
Data da remoção: 2018.06.14

Assunto: Remoção de um veículo Peugeot 205, com a matrícula 01-96-CA, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 48/VIAT/PV/OL/18).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2018.05.14
Data da remoção: 2018.06.14

Assunto: Remoção de um veículo Chryler Voyager, com a matrícula 44-59-RA, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 49/VIAT/PV/OL/18).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2018.05.15
Data da remoção: 2018.06.14

Assunto: Remoção de um veículo Ford Puma, com a matrícula 86-60-JE, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 50/VIAT/PV/OL/18).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2018.05.25
Data da remoção: 2018.06.14

Assunto: Remoção de um veículo Mitsubishi Lancer, com a matrícula 21-10-IT, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 51/VIAT/PV/OL/18).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2018.05.21
Data da remoção: 2018.06.15

Assunto: Remoção de um veículo Mercedes A 140, com a matrícula 29-65-SP, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 52/VIAT/PV/OL/18).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2018.05.21
Data da remoção: 2018.06.15

Assunto: Remoção de um veículo Citroen Saxo, com a matrícula 71-95-IV, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 92/VIAT/PO/FA/18).



Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2018.05.25
Data da remoção: 2018.06.15

Assunto: Remoção de um veículo Renault Clio, com a matrícula 98-02-NA, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 93/VIAT/PO/FA/18).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2018.05.14
Data da remoção: 2018.06.15

Assunto: Remoção de um veículo Citroen Berlingo, com a matrícula 66-19-TX, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 77/VIAT/OD/18).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2018.05.25
Data da remoção: 2018.06.15

Assunto: Remoção de um veículo Ford Focus, com a matrícula 37-06-RC, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 53/VIAT/PV/OL/18).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2018.05.25
Data da remoção: 2018.06.18

Assunto: Remoção de um veículo Audi A4, com a matrícula 95-49-OG, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 78/VIAT/OD/18).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2018.05.25
Data da remoção: 2018.06.18

Assunto: Remoção de um veículo Opel Astra, com a matrícula 60-25-ZU, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 79/VIAT/OD/18).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2018.05.25
Data da remoção: 2018.06.18

Assunto: Remoção de um veículo Rover, com a matrícula 55-31-IE, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 94/VIAT/PO/FA/18).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2018.05.25
Data da remoção: 2018.06.19

Assunto: Remoção de um veículo Renault Clio, com a matrícula 53-33-EE, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 95/VIAT/PO/FA/18).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2018.05.25
Data da remoção: 2018.06.20

Assunto: Remoção de um veículo Peugeot 405, com a matrícula 60-62-BR, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 96/VIAT/PO/FA/18).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2018.05.25
Data da remoção: 2018.06.20

Assunto: Remoção de um veículo Opel Vectra, com a matrícula 75-61-HD, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 54/VIAT/PV/OL/18).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2018.05.25
Data da remoção: 2018.06.20

Assunto: Remoção de um veículo Renault Clio, com a matrícula 44-66-DD, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 80/VIAT/OD/18).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2018.05.15
Data da remoção: 2018.06.21

Assunto: Remoção de um veículo Peugeot Partner, com a matrícula 09-80-VR, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 97/VIAT/PO/FA/18).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do



Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2018.05.14
Data da remoção: 2018.06.21

Assunto: Remoção de um veículo Mercedes Benz, com a matrícula 00-81-OH, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 98/VIAT/PO/FA/18).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2018.05.14
Data da remoção: 2018.06.21

Assunto: Remoção de um veículo Fiat Seicento, com a matrícula 40-84-NM, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 99/VIAT/PO/FA/18).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2018.05.14
Data da remoção: 2018.06.21

Assunto: Remoção de um veículo Mitsubishi, com a matrícula 13-35-MG, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 100/VIAT/PO/FA/18).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2018.05.14
Data da remoção: 2018.06.21

Assunto: Remoção de um veículo Renault Kangoo, com a matrícula 92-34-NJ, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 101/VIAT/PO/FA/18).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2018.05.25
Data da remoção: 2018.06.22

Assunto: Remoção de um veículo Ford Fiesta, com a matrícula 82-52-DQ, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 102/VIAT/PO/FA/18).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2018.05.25
Data da remoção: 2018.06.22

Assunto: Remoção de um veículo Nissan Micra, com a matrícula 72-45-EV, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 103/VIAT/PO/FA/18).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2018.05.14
Data da remoção: 2018.06.22

Assunto: Remoção de um veículo Peugeot 206, com a matrícula 95-69-MC, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 104/VIAT/PO/FA/18).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2018.05.25
Data da remoção: 2018.06.22

Assunto: Remoção de um veículo Hyundai, com a matrícula 95-17-MM, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 105/VIAT/PO/FA/18).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2018.03.07
Data da remoção: 2018.06.22

Assunto: Remoção de um veículo Smart, com a matrícula 11-CV-45, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 46/VIAT/RA/CA/18).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2018.01.15
Data da remoção: 2018.06.25

Assunto: Remoção de um veículo Rover 214, com a matrícula XA-42-76, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 106/VIAT/PO/FA/18).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2018.05.25
Data da remoção: 2018.06.25

Assunto: Remoção de um veículo Fiat Uno, com a matrícula 46-00-BJ, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 55/VIAT/PV/OL/18).



Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2018.05.14
Data da remoção: 2018.06.25

Assunto: Remoção de um veículo Mitsubishi, sem matrícula, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 56/VIAT/PV/OL/18).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2018.03.15
Data da remoção: 2018.06.26

Assunto: Remoção de um veículo Renault Megane, com a matrícula 82-55-OQ, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 107/VIAT/PO/FA/18).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2018.04.11
Data da remoção: 2018.06.26

Assunto: Remoção de um veículo Renault Master, com a matrícula 13-47-SZ, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 47/VIAT/RA/CA/18).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2018.05.15
Data da remoção: 2018.06.28

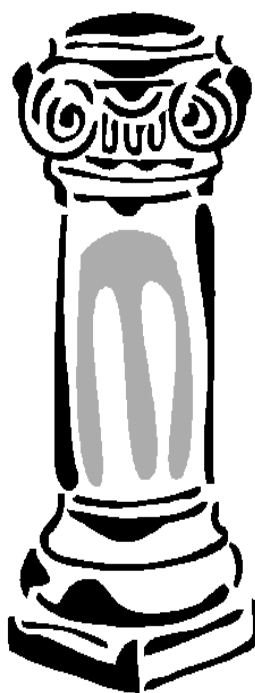
Assunto: Remoção de um veículo Caravelair A 3701, com a matrícula P-63854, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 48/VIAT/RA/CA/18).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2018.05.25
Data da remoção: 2018.06.28

Assunto: Remoção de um veículo Citroen Xantia, com a matrícula s/matricula, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 108/VIAT/PO/FA/18).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2018.03.07
Data da remoção: 2018.06.28

Assunto: Remoção de um veículo Renault Master, com a matrícula 00-08-NC, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 81/VIAT/OD/18).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2018.05.15
Data da remoção: 2018.06.28



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODIVELAS





ASSEMBLEIA MUNICIPAL

12.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Realizada em 19 de julho de 2018

DELIBERAÇÕES

MOÇÕES

MOÇÃO

“SAUDAÇÃO À LUTA DAS E DOS TRABALHADORES DA RYANAIR”

Pela bancada do BE, foi apresentada uma Moção, com o título “Saudação à luta das e dos trabalhadores da Ryanair”, (documento n.º 1)”, que será transcrita na ata da presente sessão. O texto referente à moção em causa será publicado logo que o mesmo esteja disponível para publicação.

(Aprovado por Maioria)

MOÇÃO

“DECLARAR ODIVELAS MUNICÍPIO LIVRE DE CRUELDADE CONTRA OS ANIMAIS”

Pela bancada do PAN, foi apresentada uma Moção, com o título “Declarar Odivelas Município Livre de Crueldade Contra os Animais”, (documento n.º 8)”, que será transcrita em ata da presente sessão. Colocada à votação foi a moção rejeitada por maioria, com os votos a favor das bancadas do PAN e do BE, com a abstenção do deputado Rodrigo Ferreira, e com os votos contra das bancadas do PS, do PPD/PSD, do CDS/PP e dos restantes membros da bancada da CDU.

(Rejeitada por maioria)

RECOMENDAÇÕES

PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO

“POR UMA CAMPANHA DE RECOLHA DE DEJETOS CANINOS EFICAZ E PERSISTENTE”

Pela bancada do BE foi apresentada uma proposta de recomendação, com o título “Por uma campanha de recolha de dejetos caninos eficaz e persistente”, (documento n.º 2)”, que será transcrita em ata da presente sessão. Colocada à votação foi a proposta de recomendação rejeitada por maioria, com os votos a favor da bancada da CDU, do BE, do PAN e do PPD/PSD e com os votos contra da bancada do PS e com a abstenção da bancada do CDS/PP.

(Rejeitada por maioria)

PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO

“PELA UTILIZAÇÃO DE COPOS ECOLÓGICOS E REUTILIZÁVEIS”

Pela bancada do BE foi apresentada uma proposta de recomendação, com o título “Pela utilização de copos ecológicos e reutilizáveis” (documento n.º 3)”, que será transcrita na ata da presente sessão. O texto referente à proposta de recomendação em causa será publicado logo que o mesmo esteja disponível para publicação.

(Aprovado por unanimidade)

PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO

“REPARAÇÃO DOS PASSEIOS DA RUA ALFREDO RUAS NA RAMADA”

Pela bancada do BE foi apresentada uma proposta de recomendação com o título “Reparação dos passeios da Rua Alfredo Ruas na Ramada”, (documento n.º 4)”, que será transcrito em ata. Colocada à votação foi a proposta de recomendação rejeitada por maioria com os votos a favor da bancada do PAN, CDU PPD/PSD e o BE, e com os votos contra das bancadas do PS e do CDS/PP.

(Rejeitada por maioria)



PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO

**“TRANSMISSÃO VÍDEO/ÁUDIO EM DIRETO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODIVELAS”**

Pela bancada do PAN e do BE foi apresentada uma proposta de recomendação, com o título “Transmissão Vídeo/Áudio em Direto Assembleia Municipal de Odivelas”, (documento n.º 9)”, que será transcrita em ata da presente sessão. O texto referente à proposta de recomendação em causa será publicado logo que o mesmo esteja disponível para publicação.

(Aprovado por maioria)

PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO

**“POR UM PROGRAMA DE CONTROLO DA
POPULAÇÃO DE CANÍDEOS ERRANTES”**

Pela bancada do PAN foi apresentada uma Proposta de Recomendação, com o título “Por um programa de controlo da população de canídeos errantes”, (documento n.º 10)”, que será transcrito em ata. Colocada à votação foi a proposta de recomendação rejeitada por maioria, com os votos a favor da bancada do PAN, da CDU, do BE e do PPD/PSD e com os votos Contra das bancadas do CDS/PP e do PS.

(Rejeitada por maioria)

VOTOS DE PESAR

VOTO DE PESAR

“PELO FALECIMENTO DE JOSÉ AUGUSTO ROCHA”

Pela bancada do BE foi apresentado um voto de pesar, com o título “Pelo falecimento de José Augusto Rocha” (documento n.º 5)”, que será transcrito em ata da presente sessão. O texto referente ao voto de pesar em causa será publicado logo que o mesmo esteja disponível para publicação.

(Aprovado por maioria)

VOTO DE PESAR

“PELO FALECIMENTO DE RICARDO CAMACHO”

Pela bancada do BE foi apresentado um voto de pesar, com o título “Pelo falecimento de Ricardo Camacho” (documento n.º 6)”, que será transcrito em ata da presente

sessão. O texto referente ao voto de pesar em causa será publicado logo que o mesmo esteja disponível para publicação.

(Aprovado por maioria)

VOTO DE PESAR

“PELO FALECIMENTO DE JOÃO SEMEDO”

Pela bancada do BE foi apresentado um voto de pesar, com o título “Pelo falecimento de João Semedo” (documento n.º 7)”, que será transcrito em ata da presente sessão. O texto referente ao voto de pesar em causa será publicado logo que o mesmo esteja disponível para publicação.

(Aprovado por maioria)

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

“PELOS 44 ANOS DO CDS/PP”

Pela bancada do CDS/PP foi apresentado um voto de congratulação, com o título “Pelos 44 anos do CDS/PP” (documento n.º 11)”, que será transcrito em ata da presente sessão. O texto referente ao voto de congratulação em causa será publicado logo que o mesmo esteja disponível para publicação.

(Aprovado por maioria)

ORDEM DE TRABALHOS

ALTERAÇÃO

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas propôs ao plenário a alteração da posição dos pontos 1 e 2 da “Ordem de Trabalhos”, de modo a deliberar-se em primeiro lugar o “Ponto 2” da ordem de trabalhos.

(Aprovado por unanimidade)



EDUCAÇÃO

PLANO DE AÇÃO SOCIAL E TRANSPORTES ESCOLARES

Proposta de “Plano de Ação Social e Transportes Escolares” (PASTE), para o ano letivo de 2018/2019, após a sua aprovação inicial na 9.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, de 7 de maio de 2018, e após procedimento de consulta pública do seu projeto, por um período de 30 dias, de 15 de maio a 15 de junho de 2018, publicitado através do Edital n.º 53/PRES/2018, de 10 de maio, sem que tenham sido apresentados quaisquer contributos, (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 9/2018*, de 15 de maio, pág. 14 e pág. 17).

O “Plano de Ação Social e Transportes Escolares” estabelece e enquadra os critérios e as condições de acesso e de atribuição dos apoios sociais, a implementar pela Câmara Municipal de Odivelas, nesta matéria. Este plano tem por base um conjunto de preceitos legais definidos pela legislação em vigor para esta matéria, bem como determinações decorrentes de opções tomadas pela Câmara Municipal, e surge da necessidade de uniformizar os critérios e os procedimentos a adotar no âmbito da atribuição dos diferentes apoios socioeducativos aos alunos que frequentam as escolas da rede pública do concelho de Odivelas, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2018/7207, de 2018.06.18, aprovada na 13.ª reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada em 27 de julho de 2018, (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 13 de 2018*, página 11), e remetida pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal à Assembleia Municipal de Odivelas para deliberação.

[Publica-se em anexo no final do presente Boletim o *Plano de Ação Social e Transportes Escolares (PASTE)*]

(Aprovado por maioria)

SEGUROS

ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL

Proposta de Abertura de procedimento concursal para aquisição de serviços de seguros de ramos diversos para o Município de Odivelas (2018/2021), a saber: Seguro de Grupo de Acidentes Pessoais Autarcas; Seguro de Grupo de Acidentes Pessoais Instalações Desportivas; Seguro de Grupo de Acidentes Pessoais Atividades Temporárias; Seguro de Grupo de Acidentes Pessoais Voluntariado; Seguro de Frota Automóvel; Seguro de Responsabilidade Civil Exploração; Seguro de Multirriscos e Seguro de

Máquinas Casco. Proposto também que o referido contrato de prestação de serviços produza efeitos a partir de 1 de outubro de 2018 e vigore pelo período inicial de 12 meses, com possibilidade de renovação por mais dois períodos iguais e sucessivos, sendo que o referido procedimento concursal tem por base o valor de €600.000,00 (seiscentos mil euros), conforme o aprovado na 13.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada em 27 de junho de 2018, (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 13 de 2018*, página 8), e remetida pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal à Assembleia Municipal para deliberação, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2018/6758, de 2018.06.20, nos seguintes termos:

“(…) B – DA PROPOSTA

Face ao exposto, coloca-se à consideração superior:

6. A abertura de novo concurso público que garanta a aquisição das seguintes apólices: Seguro de Grupo de Acidentes Pessoais Autarcas; Seguro de Grupo de Acidentes Pessoais Instalações Desportivas; Seguro de Grupo de Acidentes Pessoais Atividades Temporárias; Seguro de Grupo de Acidentes Pessoais Voluntariado; Seguro de Frota Automóvel; Seguro de Responsabilidade Civil Exploração; Seguro de Multirriscos e Seguro de Máquinas Casco;

7. Que o contrato de prestação de serviços inerente ao concurso público proposto deverá produzir efeitos a partir de 1 de outubro de 2018, e estipule que vigora pelo período inicial de 12 meses, com possibilidade de renovação por mais dois períodos iguais e sucessivos;

8. Que o procedimento concursal tenha como preço base € 600.000,00 (seiscentos mil euros), sendo que o fracionamento da despesa por ano, até ao término do contrato deverá ser feito da seguinte forma:

a) A despesa anual é estimada em € 200.000,00 (duzentos mil euros);

b) Pelo orçamento de 2018 deverá ser considerado o valor de € 142.500,00 (cento e quarenta e dois mil e quinhentos euros), já que no início do contrato será pago o primeiro semestre da apólice multirriscos e a anuidade das restantes apólices – de salientar que todas as apólices de seguro devem ser anuais, sem fracionamentos de prémio de seguro, à exceção da apólice multirriscos que deverá ter o fracionamento semestral;

c) Na elaboração do orçamento de 2019, deverá ser considerado o montante de € 200.000,00 (duzentos mil euros);

d) Na elaboração do orçamento de 2020, deverá ser considerado o montante de € 200.000,00€ (duzentos mil euros);



e) Na elaboração do orçamento de 2021, deverá ser considerado o montante de € 57.500,00€ (cinquenta e sete mil e quinhentos euros).

9. Conforme disposto no n.º 3, do artigo 61.º da Lei do Orçamento de Estado para o ano 2018, que se autorize a dispensa do cumprimento dos limites estabelecidos no n.º 1 do mesmo artigo, tendo em consideração que ao longo da execução do contrato ainda em vigor houve a necessidade de estender as coberturas de riscos não previstos anteriormente, nomeadamente devido à:

- a) Aquisição de novas viaturas para a frota municipal;
- b) Inclusão de equipamentos municipais na apólice multirriscos;
- c) Criação de nova apólice do ramo Máquinas Casco, para cobertura dos riscos em laboração da retroescavadora e viatura de limpeza urbana. (...)” (Informação n.º Interno/2018/6758, de 2018.06.20)

(Aprovado por maioria)

ENRIQUECIMENTO CURRICULAR 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO

IMPLEMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR NO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO ANO LETIVO 2018/2019

Programa de implementação das Atividades de Enriquecimento Curricular nas escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico, da rede pública do concelho de Odivelas, para o ano letivo 2018/2019, programa que tem como enquadramento a Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto. O Programa de Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) traduz-se numa oferta educativa e formativa gratuita, de inscrição facultativa, que se desenvolve ao longo do ano letivo, garantindo uma diversidade de atividades de cariz cultural e lúdico, de complemento ao currículo e de ocupação útil e adequada dos tempos não letivos.

A oferta das Atividades de Enriquecimento Curricular em cada escola será planificada pelos agrupamentos de escolas em parceria com a Câmara Municipal de Odivelas e com as entidades gestoras parceiras, tendo por base os domínios das atividades a definir de acordo com o Projeto Educativo de agrupamento, procurando o equilíbrio entre os interesses dos alunos, a formação e perfil dos profissionais que as asseguram, o regime de funcionamento dos estabelecimentos de ensino, os espaços disponíveis para o funcionamento das atividades e o número estimado de alunos para o ano letivo

2018/2019. De acordo com o proposto na Informação n.º Interno/2018/7686 de 2018.07.04, aprovada na 14.ª reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada em 11 de julho de 2018, (Presente *Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 14 de 2018*, página 10), e remetida pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal à Assembleia Municipal de Odivelas para deliberação.

“(…)III – Planificação das Atividades

A oferta das AEC em cada escola será planificada pelos agrupamentos de escolas em parceria com a Câmara Municipal e com as entidades gestoras parceiras, tendo por base os domínios das atividades a definir de acordo com o Projeto Educativo de agrupamento, procurando o equilíbrio entre os interesses dos alunos, a formação e perfil dos profissionais que as asseguram, o regime de funcionamento dos estabelecimentos de ensino, os espaços disponíveis para o funcionamento das atividades e o número estimado de alunos para o Ano Letivo 2018/2019.

IV – Parcerias

Considerando que a avaliação conjunta realizada pela CMO, agrupamentos de escolas e entidades gestoras parceiras da forma como decorreram as parcerias no ano letivo 2017/2018 é positiva, propõe-se que para o Ano Letivo 2018/2019 seja dada continuidade à opção metodológica de gestão em parceria em todos os estabelecimentos de educação e ensino do 1º ciclo, sendo mantidas as mesmas parcerias de acordo com o indicado no Quadro 1:

Quadro 1 - Parcerias das AEC por agrupamento de escolas e estabelecimento de ensino

Agrupamento de Escolas	Entidade Gestora Parceira	Estabelecimento de ensino
AE Adelaide Cabette	Instituto Português de Pedagogia Infantil	EB António Maria Bravo EB Maria Máxima Vaz EB Bernardim Ribeiro
	APEE EB D. Dinis N.º 1	EB D. Dinis N.º 1
AE Braamcamp Freire	Jardim Infantil Popular da Pontinha	EB da Serra da Luz EB Dr. Mário Madeira EB Mello Falcão
	Centro Comunitário Paroquial de Famões	EB da Quinta da Paúl
	APEE EB Ota, da Condessa	EB da Quinta da Condessa
	APEE EB Casal da Serra	EB do Casal da Serra
AE Caneças	Centro Comunitário Paroquial da Ramada	EB Cesário Verde EB Francisco Vieira Caldas EB Artur Alves Cardoso EB Prof.ª Maria Costa
		EB Rainha Santa EB Maria Lamas
AE D. Dinis	Instituto Português de Pedagogia Infantil	EB Rainha Santa EB Maria Lamas
AE Moinhos Arroja	Centro Comunitário Paroquial de Famões	EB Manuel Cocco EB de Porto Pinheiro
AE Sudoeste de Odivelas	Centro Comunitário Paroquial de Famões	EB Casais de Trigache EB Sophia de Mello B. Andresen EB da Quinta das Dólias
		APEE EB Veiga Ferreira EB Veiga Ferreira
AE Pedro Alexandrino	Instituto Português de Pedagogia Infantil	EB Barbosa Du Bocage EB da Quinta São José EB de Olival Basto EB Carlos Paredes
		EB Eça de Queirós EB de Casal dos Apóstolos EB João Villaret EB da Amoreira
AE Vasco Santana	Centro Comunitário Paroquial da Ramada	EB Eça de Queirós EB de Casal dos Apóstolos EB João Villaret EB da Amoreira

Conforme previsto nos Artigos 14.º e 15.º da Portaria n.º 644-A/20015, os termos das parcerias a estabelecer



constarão de Acordos de Colaboração e Cooperação a celebrar entre as entidades parceiras, após aprovação prévia das respetivas minutas em sede de reunião de Câmara.

V – Modalidades de Pagamento

O cálculo dos custos para a implementação do Programa de AEC para 2018/2019, resultante dos montantes a transferir para as entidades gestoras parceiras, baseia-se no valor do financiamento previsto no número 3, do artigo 20º, da Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto, a saber:

- 150,00€ - valor máximo de comparticipação financeira anual, por aluno, para cinco horas semanais do 1º e 2º anos de escolaridade;
- 90,00€ - valor máximo de comparticipação financeira anual, por aluno, para três horas semanais do 3º e 4º anos de escolaridade (integração da disciplina de inglês na componente curricular - mínimo de 2 horas semanais).

O Município transferirá as verbas correspondentes ao financiamento por parte do Ministério da Educação para as entidades envolvidas na gestão das AEC, em três tranches, que deverão ocorrer em setembro de 2018

(relativa ao 1º período), dezembro de 2018 (relativa ao 2º período), e abril de 2019 (relativa ao 3º período).

VI – Orçamento Previsto

A estimativa do montante global referente às transferências para as entidades gestoras do programa, tem por base o número de alunos previsto para a frequência do programa das AEC no Ano Letivo 2018/2019 e o custo aluno/ano acima referido, conforme Quadro 2 com a estimativa de custos.

De realçar que o número de alunos apresentado resulta da previsão dos agrupamentos de escolas para o próximo ano letivo, e que por esse motivo poderão ocorrer oscilações com consequentes flutuações no valor das transferências a efetuar para as entidades gestoras parceiras.

O valor global previsto destinado à transferência das verbas para as entidades gestoras parceiras fazerem face às despesas com a implementação do Programa no Ano Letivo 2018/2019 perfaz um total de € 683.970,00 (seiscentos e oitenta e três mil, novecentos e setenta euros).

Quadro 2 - Estimativa de custos do Programa das AEC para o Ano Letivo 2018/2019						
Estabelecimentos de Educação e Ensino	Previsão de alunos		Regime de Fundonamento	Previsão Custos Aluno/AEC		Total Custos Ano Letivo
	1º e 2º	3º e 4º		1º e 2º x 150,00€	3º e 4º x 90,00€	
Agrupamento de Escolas A Sudoeste de Odivelas						
EB Quinta das Dalias	38	14	Normal	5.700,00€	1.260,00€	6.960,00€
EB Veiga Ferreira	99	104	Normal	14.850,00€	9.360,00€	24.210,00€
EB Casais de Trigache	69	130	Normal	10.350,00€	11.700,00€	22.050,00€
EB Sophia Mello B. Andresen	27	49	Normal	4.050,00€	4.410,00€	8.460,00€
Sub-Total	233	297		34.950,00€	26.730,00€	61.680,00€
Agrupamento de Escolas Adelaide Cabette						
EB António Maria Bravo	100	104	Normal	15.000,00€	9.360,00€	24.360,00€
EB D. Dinis n.º 1	176	154	Normal	26.400,00€	13.860,00€	40.260,00€
EB Bernardim Ribeiro	50	124	Normal	7.500,00€	11.160,00€	18.660,00€
EB Maria Máxima Vaz	126	104	Normal	18.900,00€	9.360,00€	28.260,00€
Sub-Total	452	486		67.800,00€	43.740,00€	111.540,00€
Agrupamento de Escolas de Caneças						
EB Francisco Vieira Caldas	50	78	Normal	7.500,00€	7.020,00€	14.520,00€
EB Artur Alves Cardoso	50	78	Normal	7.500,00€	7.020,00€	14.520,00€
EB Cesário Verde	112	91	Normal	16.800,00€	8.190,00€	24.990,00€
EB Professora Maria Costa	74	52	Normal	11.100,00€	4.680,00€	15.780,00€
Sub-Total	286	299		42.900,00€	26.910,00€	69.810,00€
Agrupamento de Escolas da Póvoa de Santo Adrião						
EB Quinta S. José	50	78	Normal	7.500,00€	7.020,00€	14.520,00€
EB Barbosa du Bocage	94	113	Normal	14.100,00€	10.170,00€	24.270,00€
EB Olival Basto	92	106	Normal	13.800,00€	9.540,00€	23.340,00€
EB Carlos Paredes	122	29	Normal	18.300,00€	2.610,00€	20.910,00€
Sub-Total	358	326		53.700,00€	29.340,00€	83.040,00€
Agrupamento de Escolas da Pontinha						
EB Casal da Serra	70	72	Normal	10.500,00€	6.480,00€	16.980,00€
EB Quinta da Condessa	80	77	Normal	12.000,00€	6.930,00€	18.930,00€
EB Dr. Mário Madeira	24	26	Normal	3.600,00€	2.340,00€	5.940,00€
EB Mello Falcão	100	104	Normal	15.000,00€	9.360,00€	24.360,00€
EB Quinta da Palha	78	98	Normal	11.700,00€	8.820,00€	20.520,00€
EB Serra da Luz	50	52	Normal	7.500,00€	4.680,00€	12.180,00€
EB Vale Grande	50	52	Normal	7.500,00€	4.680,00€	12.180,00€
Sub-Total	452	481		67.800,00€	43.290,00€	111.090,00€
Agrupamento de Escolas D. Dinis						
EB Maria Lamas	146	176	Normal	21.900,00€	15.840,00€	37.740,00€
EB Rainha Santa	124	130	Normal	18.600,00€	11.700,00€	30.300,00€
Sub-Total	270	306		40.500,00€	27.540,00€	68.040,00€
Agrupamento de Escolas Moinhos da Arroja						
EB Manuel Coco	192	176	Normal	28.800,00€	15.840,00€	44.640,00€
EB de Porto Pinheiro	148	150	Normal	22.200,00€	13.500,00€	35.700,00€
Sub-Total	340	326		51.000,00€	29.340,00€	80.340,00€
Agrupamento de Escolas Vasco Santana						
EB Amoreira	120	128	Normal	18.000,00€	11.520,00€	29.520,00€
EB João Villaret	89	90	Normal	13.350,00€	8.100,00€	21.450,00€
EB Eça de Queirós	37	65	Normal	5.550,00€	5.850,00€	11.400,00€
EB Casal dos Apréstimos	148	154	Normal	22.200,00€	13.860,00€	36.060,00€
Sub-Total	394	437		59.100,00€	39.330,00€	98.430,00€
Total	2785	2958		417.750,00€	266.220,00€	683.970,00€



O valor a cabimentar no presente ano económico de 2018 é de € 455.980,00 (quatrocentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e oitenta euros), correspondendo à 1ª e 2ª tranche a transferir para as entidades gestoras parceiras fazerem face às despesas com a gestão do programa no 1º e 2º períodos letivos, sendo o montante por período no valor de € 227.990,00 (duzentos e vinte e sete mil, novecentos e noventa euros).

Propõe-se ainda, que o valor remanescente de € 227.990,00 (duzentos e vinte e sete mil, novecentos e noventa euros), correspondente à tranche do 3º período letivo, seja inscrito no Plano de Atividades e Orçamento para 2019. (...)” (*Informação n.º Interno/2018/7686 de 2018.07.04*)

(Aprovado por maioria)



ANEXO

PLANO DE AÇÃO SOCIAL E TRANSPORTES ESCOLARES (PASTE)



PLANO DE AÇÃO SOCIAL E TRANSPORTES ESCOLARES (PASTE)



Plano de Ação Social e Transportes Escolares

O Plano de Ação Social e Transportes Escolares estabelece e enquadra os critérios e as condições de acesso e de atribuição dos apoios sociais, a implementar pela Câmara Municipal de Odivelas, nesta matéria.

Este plano tem por base um conjunto de preceitos legais definidos pela legislação em vigor para esta matéria, bem como determinações decorrentes de opções tomadas pela Câmara Municipal, e surge da necessidade de uniformizar os critérios e os procedimentos a adotar no âmbito da atribuição dos diferentes apoios socioeducativos aos alunos que frequentam as escolas da rede pública do concelho de Odivelas.

Considerando:

- O princípio de que o ensino básico é universal, obrigatório e gratuito, nos termos da Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, alterada pelas Leis nº 85/2009, de 27 de agosto, 49/2005, de 30 de agosto, 115/97, de 19 de setembro);
- O desenvolvimento geral da educação pré-escolar, estabelecido na Lei -Quadro n.º 5/97, de 10 de fevereiro, e das regras constantes no Decreto-Lei n.º 147/1997, de 11 de junho;
- O Protocolo de Cooperação celebrado entre o Ministério da Educação, o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, o qual estabelece as condições de financiamento e participação da Câmara Municipal no programa, e que tem por base o Programa de Expansão e Desenvolvimento na Educação Pré-Escolar;
- A transferência de atribuições e competências para os municípios, em matéria de Ação Social e Transportes Escolares, prevista na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e outra legislação específica sobre a matéria;
- O regime de escolaridade obrigatória para as crianças e jovens que se encontram em idade escolar, estabelecido na Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto;
- A definição de apoios especializados a prestar na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário, destinados aos alunos com necessidades educativas especiais, com regulamentação pelo Decreto-Lei nº 3/2008, de 7 de janeiro, na alteração que lhe foi dada por apreciação parlamentar, pela Lei nº 21/2008, de 12 de maio;



- O regime jurídico aplicável à atribuição e ao funcionamento dos apoios no âmbito da ação social escolar, enquanto modalidades de apoio e complemento educativo, previstas no Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de março, e outra legislação subsequente, são de responsabilidade partilhada entre a administração central e os municípios, nos termos do referido Decreto-Lei, e da demais legislação que regula as respetivas áreas de competência;
- O Decreto - Lei nº 176/2012, de 2 de agosto, que regula o regime de matrícula e de frequência no âmbito da escolaridade obrigatória das crianças e jovens e estabelece medidas que devem ser adotadas no âmbito dos percursos escolares dos alunos, procedendo ainda à alteração ao Decreto-Lei nº 299/84, de 5 de setembro, alterado pela Lei nº 13/2006, de 17 de abril, e pelos Decretos-Lei nº 7/2003, de 15 de janeiro, 186/2008, de 19 de setembro, e 29-A/2011, de 1 de março, que regula a transferência para os municípios das novas competências em matéria de organização, financiamento, e funcionamento dos transportes escolares;
- A definição dos escalões de apoio de acordo com o posicionamento do agregado familiar por referência ao abono de família efetuada em regulamento próprio através do Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 41/2006, de 21 de fevereiro, 87/2008, de 28 de maio, 245/2008, de 18 de dezembro, 201/2009, de 28 de agosto, 70/2010, de 16 de junho, 116/2010, de 22 de outubro, 133/2012, de 27 de junho, e alterado pela Lei nº 42/2016, de 28 de dezembro, e pelo Decreto-Lei nº 25/2017, de 3 de março.

Tendo presente os princípios gerais da equidade, da discriminação positiva e da solidariedade social, subjacentes à atribuição dos apoios e ao funcionamento das medidas da ação social escolar, no sentido de criar melhores condições de ensino/aprendizagem e de proporcionar condições de igualdade de oportunidades de acesso e sucesso escolar a todas as crianças e jovens do concelho, a elaboração e implementação de um **Plano de Ação Social e de Transportes Escolares** afigura-se neste contexto, como um instrumento fundamental para proceder à identificação das diferentes modalidades de apoio.

Objetivos das Medidas a Implementar

- Promover medidas de discriminação positiva e de combate à exclusão social;
- Promover a igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolar;
- Promover medidas de integração das crianças e jovens com deficiência;
- Prevenir o insucesso educativo e o abandono escolar precoce;
- Criar condições para assegurar a progressiva gratuitidade da frequência do ensino básico;
- Articular as políticas sociais com as políticas de apoio à família;



- Integrar medidas que uniformizem as medidas de ação social escolar para as crianças que frequentam a educação pré-escolar e para os alunos que frequentam o ensino básico, secundário e profissional.

Modalidades de Apoio

I. Apoios Socioeducativos:

a) Auxílios Económicos – Consiste na atribuição de um apoio financeiro para os alunos que frequentam as escolas básicas do 1.º ciclo do concelho, cuja situação socioeconómica determina a necessidade de comparticipação das despesas com a aquisição de material escolar.

b) Tecnologias de Apoio – Consiste na atribuição de um apoio financeiro para os alunos com necessidades educativas especiais (NEE) que frequentam as escolas básicas do 1.º ciclo do concelho, destinado a comparticipar a aquisição de dispositivos facilitadores de aprendizagem, com vista a melhorar a sua funcionalidade e a reduzir eventuais incapacidades decorrentes da situação em que se encontram.

c) Visitas de Estudo – Consiste na atribuição de um apoio financeiro destinado aos alunos beneficiários do escalão 1 e 2 do abono de família que frequentam as escolas básicas do 1º ciclo do concelho, para comparticipação das visitas de estudo.

II. Refeições Escolares – Traduz-se na oferta do serviço de três refeições diárias (pequeno-almoço, almoço e lanche), saudáveis, equilibradas e adequadas às necessidades da população em idade escolar e, na comparticipação, do custo das refeições de acordo com a situação socioeconómica dos agregados familiares das crianças e alunos que frequentam os estabelecimentos de educação e ensino do pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, da rede pública, do concelho, podendo vir a abranger, total ou parcialmente, todos os alunos abrangidos pela escolaridade obrigatória.

III. Atividade de Animação e de Apoio à Família (AAAF) – Traduz-se na comparticipação do custo da mensalidade paga pelas famílias, de acordo com a situação socioeconómica dos agregados familiares, para que as crianças que frequentam os estabelecimentos de educação pré-escolar, da rede pública, possam frequentar as AAAF, que são atividades complementares às atividades educativas, e a funcionar em horários ajustados às necessidades das famílias.

IV. Transportes Escolares – Consiste na atribuição do passe escolar e/ou na oferta do serviço de transporte escolar, aos alunos que residam no concelho de Odivelas, que frequentam



escolas do ensino básico, secundário e profissional, e que cumpram as normas emanadas pelo Ministério da Educação, no que respeita ao processo de matrícula e seu encaminhamento.

ANEXO I

NORMAS DOS APOIOS SOCIOEDUCATIVOS

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

I

(Do Objeto)

As presentes Normas regulam as condições de atribuição dos subsídios de Auxílios Económicos e de Tecnologias de Apoio, bem como o apoio às visitas de estudo programadas no âmbito das atividades curriculares.

II

(Da Natureza)

1. O apoio em Auxílios Económicos traduz-se na atribuição de um subsídio destinado a comparticipar anualmente a aquisição do material escolar para os alunos carenciados.
2. O apoio em Tecnologias de Apoio traduz-se na atribuição de um subsídio destinado a comparticipar, anualmente, a aquisição de dispositivos facilitadores que se destinam a melhorar a funcionalidade e a reduzir a incapacidade dos alunos, com Necessidades Educativas Especiais (NEE) com programa educativo individual, organizado nos termos do Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro.
3. São considerados para efeitos da atribuição do subsídio para Tecnologias de Apoio, os recursos pedagógicos de apoio complementar, devidamente identificados e justificados no programa educativo individual do aluno, pela Equipa de Educação Especial.
4. No contexto da ação social escolar, são comparticipadas as visitas de estudo programadas no âmbito das atividades curriculares, aos alunos que sejam beneficiários dos escalões 1 e 2 do abono de família, a frequentar as escolas básicas do 1º ciclo do concelho.



III

(Dos Destinatários)

1. São destinatários dos Auxílios Económicos, para aquisição de material escolar, os alunos do 1º ciclo do ensino básico que frequentem as escolas do concelho, e cujos agregados familiares sejam considerados carenciados.
2. São ainda destinatários do subsídio de Auxílios Económicos, os alunos do 1º ciclo do ensino básico das escolas da rede pública do concelho de Odivelas, com necessidades educativas individuais (NEE) e com programa educativo individual, e cujas necessidades educativas especiais permitam a utilização da generalidade dos materiais considerados para efeitos da comparticipação na aquisição do material escolar para os restantes alunos.
3. São destinatários das Tecnologias de Apoio, os alunos do 1º ciclo do ensino básico, com necessidades educativas especiais (NEE) e com programa educativo individual, que frequentem modalidades específicas de educação, e cujas necessidades educativas impliquem a utilização de materiais específicos, facilitadores das aprendizagens individuais.
4. São destinatários do apoio para visitas de estudo os alunos que frequentam as escolas básicas do 1º ciclo do concelho.

CAPÍTULO II

Candidatura e Comparticipação

IV

(Dos Escalões de Apoio)

1. O escalão de apoio para atribuição dos auxílios económicos aos alunos que frequentam as escolas básicas do 1º ciclo é determinado pelo posicionamento nos escalões de rendimento dos agregados familiares para atribuição do abono de família.
 - a. **Escalão A** - Alunos cujos agregados familiares se encontrem no 1º escalão, para efeitos de atribuição de abono de família;
 - b. **Escalão B** – Alunos cujos agregados familiares se encontrem no 2.º escalão para efeitos de atribuição de abono de família.
2. Os alunos com necessidades educativas especiais beneficiam de apoio no escalão mais favorável, independentemente do escalão de abono de família em que o seu agregado familiar se encontra inserido.
 - a. **Auxílios Económicos no Escalão A** - Alunos com necessidades educativas especiais (NEE), cujas necessidades educativas permitam a utilização da generalidade dos materiais considerados para efeitos da comparticipação na aquisição do material escolar para os restantes alunos;
 - b. **Subsídio em Tecnologias de Apoio** - Alunos com necessidades educativas especiais (NEE), cujas necessidades educativas impliquem a utilização de materiais específicos, facilitadores das aprendizagens individuais.



3. O apoio para as visitas de estudo programadas no âmbito das atividades curriculares, aos alunos que frequentam as escolas básicas do 1º ciclo do concelho, é determinado pelo posicionamento nos escalões de rendimento dos agregados familiares para atribuição do abono de família.
 - a. **Escalão A** - Alunos cujos agregados familiares se encontrem no 1º escalão, para efeitos de atribuição de abono de família;
 - b. **Escalão B** – Alunos cujos agregados familiares se encontrem no 2.º escalão, para efeitos de atribuição de abono de família;
 - c. **Escalão C** – Alunos cujos agregados familiares se encontrem no 3.º escalão e seguintes do abono de família.

V

(Das Candidaturas)

1. A candidatura aos apoios sócio educativos é efetuada nos agrupamentos de escolas, a partir da data de início das matrículas nos estabelecimentos de ensino, através do preenchimento e entrega dos Formulários de Candidatura, enviados previamente, pela Câmara Municipal de Odivelas.
2. Os formulários de candidatura encontram-se, igualmente disponíveis, no Site da Câmara Municipal de Odivelas, em **www.cm-odivelas.pt**.
3. Os agrupamentos de escolas responsabilizam-se por efetuar, de forma atempada, a divulgação das condições de candidatura aos potenciais destinatários dos apoios sócio educativos, bem como, informar sobre o resultado do processo de candidatura.
4. Após o devido preenchimento, os Formulários deverão ser entregues nas Secretarias dos agrupamentos de escolas (nos Serviços de Ação Social Escolar - SASE), a quem compete a instrução do processo de candidatura, tendo por base a análise da condição socioeconómica do agregado familiar dos alunos, nos termos da legislação em vigor.
5. Os Formulários de Candidatura, acompanhados dos respetivos documentos comprovativos da situação socioeconómica do agregado familiar (cópia do documento emitido pelo serviço competente da Segurança Social ou, quando se trate de trabalhador da Administração Pública, pelo serviço processador dos vencimentos), constituem parte integrante do processo individual do aluno, pelo que deverão ficar arquivados no SASE, dos respetivos agrupamentos de escolas.
6. As candidaturas ao subsídio em tecnologias de apoio deverão ser acompanhadas por uma justificação formal por parte do Núcleo de Ensino Especial dos agrupamento de escolas, com a indicação expressa dos materiais a utilizar, sem a qual a candidatura será considerada sem efeito.
7. Após receção e validação das candidaturas pelo SASE, os agrupamentos de escolas enviarão à Câmara Municipal de Odivelas, em suporte digital (geral@cm-odivelas.pt), a listagem dos alunos.



8. A receção das candidaturas é precedida pela confirmação das mesmas pelos serviços competentes da Câmara Municipal de Odivelas, após a qual é efetuado o processamento do respetivo apoio, sendo remetida para o agrupamento de escolas, uma listagem dos alunos admitidos, em formato digital, por modalidade de apoio.
9. Considerando as mobilidades que ocorrem no sistema educativo, durante o 1º período letivo, estabelecem-se dois prazos de candidatura distintos:
 - 1ª Fase:** Receção de candidaturas nos agrupamentos de escolas, até 15 de agosto, com data limite para receção das candidaturas na Câmara Municipal de Odivelas – até 31 de agosto;
 - 2ª Fase:** Receção de candidaturas nos agrupamentos de escolas após o fim do prazo definido na 1.ª fase e até ao prazo limite de 31 de outubro, com data limite para receção das candidaturas na Câmara Municipal de Odivelas – até 15 de novembro.
10. No caso do apoio para as visitas de estudo, o processamento do pagamento, pela Câmara Municipal de Odivelas, é efetuado aos agrupamentos de escolas, mediante o envio de listagens nominais dos alunos, de acordo com o seu posicionamento nos diferentes escalões do abono de família, estabelecendo-se dois prazos distintos para o seu envio:
 - 1ª Fase:** Receção das listagens na Câmara Municipal de Odivelas – até 15 de outubro;
 - 2ª Fase:** Receção das listagens na Câmara Municipal de Odivelas - até 15 de novembro.
11. No caso dos alunos que se venham a inscrever nas escolas básicas do 1º ciclo do concelho após os prazos definidos para a 2ª fase (auxílios económicos, tecnologias de apoio e visitas de estudo), por motivos que não lhes sejam imputáveis, os mesmos poderão usufruir dos referidos apoios, mediante pedido fundamentado por escrito, por parte dos diferentes agrupamentos de escolas.

VI

(Das Comparticipações Financeiras)

1. O valor do subsídio de Auxílios Económicos a atribuir aos alunos, destinado à aquisição de material escolar, é definido anualmente por Despacho do Ministério da Educação, de acordo com os escalões de apoio, considerados da seguinte forma:
 - a. Escalão A – comparticipação de 100% sobre o valor fixado anualmente;
 - b. Escalão B – comparticipação de 50% sobre o valor fixado anualmente para o escalão.
2. O valor do subsídio destinado a comparticipar a aquisição de Tecnologias de Apoio, a atribuir aos alunos com NEE, é fixado anualmente pela Câmara Municipal de Odivelas, tendo como referência o cálculo do valor médio despendido com a atribuição de auxílios económicos e manuais escolares.
3. Os montantes dos subsídios relativos aos Auxílios Económicos e Tecnologias de Apoio, após validação e confirmação das candidaturas pela Câmara Municipal de Odivelas, são transferidos para os agrupamentos de escolas, de acordo com o número de alunos considerados e o respetivo escalão de apoio.



4. Anualmente, os agrupamentos de escolas informam a Câmara Municipal de Odivelas, da modalidade utilizada pelos mesmos, para disponibilizarem as verbas destinadas aos subsídios de Auxílios Económicos e às Tecnologias de Apoio, aos encarregados de educação.
5. Após receção da verba destinada a estes subsídios pelos agrupamentos de escolas, estes remeterão cópia dos recibos de entrega de verba e/ou de compra de material, com a assinatura do Encarregado de Educação e do responsável da Secretaria/Tesouraria dos agrupamentos de escolas.
6. Os valores não reclamados pelos encarregados de educação deverão ser devolvidos à Câmara Municipal de Odivelas, ao cuidado do Tesoureiro da Câmara Municipal, com os seguintes elementos: listagem nominal dos alunos que não efetuaram o levantamento da verba; estabelecimento de ensino e ano de escolaridade de frequência dos alunos; escalão de apoio e montante atribuído por aluno.
7. O apoio às visitas de estudo programadas no âmbito das atividades curriculares é definido anualmente por Despacho do Ministério da Educação, de acordo com os escalões de apoio, considerados da seguinte forma:
 - a. Escalão A – comparticipação de 100% sobre o valor fixado anualmente;
 - b. Escalão B – comparticipação de 50% sobre o valor fixado anualmente para o escalão A
 - c. Escalão C e seguintes – a definir anualmente pela Câmara Municipal de Odivelas.

CAPÍTULO III

Disposições Finais e Transitórias

VII

(Situações Omissas)

As situações omissas, não previstas nas presentes Normas, e que necessitem de ser supridas, serão analisadas e resolvidas, caso a caso, pela Câmara Municipal de Odivelas, de acordo com a legislação vigente.



ANEXO II

NORMAS DE FUNCIONAMENTO DO SERVIÇO DE REFEIÇÕES ESCOLARES

I

(Disposição Introdutória)

1. As presentes normas destinam-se a definir o funcionamento do fornecimento do serviço de refeições nos estabelecimentos de educação pré-escolar e das escolas básicas do 1.º ciclo da rede pública, podendo, num futuro próximo, vir a integrar estabelecimentos de ensino de 2.º e 3.º ciclos e ensino secundário, da rede pública do concelho.
2. Caso venha a ocorrer a situação prevista no ponto anterior, as regras de funcionamento do fornecimento do serviço de refeições, serão oportunamente definidas, e submetidas a aprovação dos órgãos competentes do Município, de acordo com a legislação que estiver em vigor.

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

II

(Do Objeto)

As presentes normas identificam as regras e os procedimentos aplicáveis ao fornecimento e funcionamento do serviço de refeições em refeitórios escolares, sob gestão da Câmara Municipal de Odivelas.

III

(Do Objetivo)

O fornecimento de refeições em refeitórios escolares tem como objetivo contribuir para promover o sucesso educativo, combater a exclusão social e escolar, desenvolver hábitos alimentares saudáveis, através do fornecimento de refeições equilibradas e adequadas às necessidades das crianças em idade escolar.

IV

(Da Natureza)

1. O fornecimento de refeições em refeitórios escolares é assegurado pela Câmara Municipal de Odivelas, mediante a contratação do serviço a empresa de restauração coletiva, na observância pela legislação em vigor, e orientações do Ministério da Educação.
2. O fornecimento de refeições, em refeitórios escolares, consiste na distribuição de 3 refeições diárias (pequeno-almoço, almoço e lanche) nos jardins-de- infância e nas escolas do 1.º ciclo do ensino básico, da rede pública, do concelho de Odivelas.



V

(Dos Destinatários)

1. Beneficiam do fornecimento de refeições escolares, nos refeitórios escolares, todos os alunos que frequentam os estabelecimentos de educação e ensino do pré - escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, e da rede pública do concelho, independentemente da condição socioeconómica do seu agregado familiar;
2. Caso o pessoal docente e/ou não docente, dos estabelecimentos de educação e ensino, pretendam usufruir do serviço de refeições, deverão fazer a sua marcação, diretamente com a empresa que presta o serviço, pagando o valor da refeição diretamente à mesma, não auferindo de qualquer comparticipação por parte da Câmara Municipal de Odivelas

VI

(Da Divulgação)

O fornecimento de refeições em refeitórios escolares, implica uma estreita articulação entre os serviços da Câmara Municipal de Odivelas e os agrupamentos de escolas do concelho, sobretudo no que se refere à divulgação das normas de acesso ao serviço, junto dos pais e encarregados de educação, no ato e/ou renovação da matrícula dos alunos.

CAPÍTULO II

Comparticipação das Refeições

VII

(Do Preço das Refeições)

1. A Câmara Municipal de Odivelas comparticipa todas as refeições fornecidas em refeitórios escolares.
2. A comparticipação, a que se refere o número 1, do presente artigo, tem subjacente a diferença entre o valor real da refeição e o preço a pagar pelas famílias.
3. O preço dos almoços a fornecer aos alunos nos refeitórios escolares dos estabelecimentos de ensino é fixado, anualmente, por Despacho do Membro do Governo responsável pela área da educação;
4. O valor a cobrar pela Câmara Municipal de Odivelas, relativamente às restantes refeições (pequeno-almoço e lanche), é definido pelo Executivo Municipal.



VIII (Dos Escalões de Apoio)

1. O acesso ao fornecimento de refeições escolares processa-se de acordo com os apoios previstos no âmbito da ação social escolar, os quais são determinados, em função do escalão de abono de família em que o agregado familiar se insere.
2. A comparticipação das famílias na aquisição de refeições é variável em função do escalão de apoio em que o agregado familiar se posiciona:
 - a. **Escalão A** – Gratuito (1º escalão para efeitos do abono de família);
 - b. **Escalão B** – 50% do valor da refeição (2º escalão para efeitos do abono de família);
 - c. **Escalão C** – 100% do valor da refeição (3º escalão e seguintes para efeitos do abono de família).
3. Para a atribuição do escalão de apoio aos alunos com necessidades educativas especiais (NEE), de acordo com legislação própria, será considerado o escalão de rendimento mais favorável.

CAPÍTULO III Acesso ao Serviço de Refeições Escolares

IX (Do Processo de Candidatura)

1. O acesso ao fornecimento do serviço de refeições escolares, é efetivado pelas famílias junto dos agrupamentos de escolas, no ato da matrícula e/ou renovação de matrícula, através do preenchimento e entrega do Formulário de Candidatura próprio, disponível nos agrupamentos de escolas e no sítio da Câmara Municipal de Odivelas, em **www.cm-odivelas.pt**.
2. O preenchimento e devolução do Formulário de Candidatura referido no ponto anterior é uma das condições base para o acesso ao serviço de refeições escolares, que permitirá a validação de pagamentos, consumos e desmarcações por parte dos encarregados de educação, através da criação de credenciais próprias, pela plataforma eletrónica SIGA - Edubox.
3. Aquando do preenchimento dos formulários, os encarregados de educação deverão mencionar quais as refeições (pequeno-almoço, almoço e lanche) que pretendem que os seus educandos consumam.
4. Os Formulários de candidatura, devidamente preenchidos, são entregues nas Secretarias dos agrupamentos de escolas (nos Serviços de Ação Social Escolar - SASE), e constituem parte integrante do processo individual do aluno.
5. A instrução dos processos de candidatura, a análise da condição socioeconómica dos agregados familiares, nos termos da legislação em vigor, assim como, a validação das candidaturas e a emissão de listagem de alunos apoiados por escalão, são da responsabilidade do SASE.



6. Após verificação das candidaturas, os agrupamentos de escolas, procederão ao envio de uma listagem, para efeitos de inserção na plataforma informática, que remeterão à Câmara Municipal de Odivelas, com os campos preenchidos, no formato a ser definido para o efeito.
7. O acesso ao fornecimento das refeições escolares, pode ser efetuado a todo o tempo, bastando para o efeito, que os pais e/ou encarregados de educação efetuem a inscrição da criança/aluno, nos parâmetros definidos nos números anteriores.

X

(Da Aquisição de Refeições)

1. A aquisição de refeições está condicionada à entrega dos formulários devidamente preenchidos na sede de cada um dos agrupamentos de escolas, sujeito a posterior validação por parte da Câmara Municipal de Odivelas.
2. A aquisição de refeições é efetuada no formato de pré-pagamento, diretamente à Câmara Municipal de Odivelas, através das seguintes modalidades:
 - a. Multibanco;
 - b. Presencialmente, nos postos de atendimento, cujas localizações e horários de funcionamento, serão divulgados no início de cada ano letivo.
3. O valor mensal do pagamento a efetuar, tem em conta o número de dias letivos inscritos no calendário escolar, sendo os acertos efetuados na fatura do mês imediatamente a seguir.
4. O encarregado de educação receberá uma fatura mensal, e o seu envio será efetuado em formato eletrónico ou em papel. Em ambos os casos, deverá constar no formulário referido no nº1, o endereço correto bem como um endereço alternativo.
5. Caso o encarregado de educação não tenha solicitado o acesso ao fornecimento das refeições escolares do seu educando, o mesmo poderá solicitar o consumo de refeições esporádicas, mediante o aviso, por caderneta, até às 16 horas do dia útil anterior ao da refeição.
6. Os estabelecimentos de ensino terão de enviar mensalmente as listagens nominais das refeições consumidas esporadicamente.

XI

(Da Marcação das Refeições)

1. As refeições ficam automaticamente marcadas na plataforma SIGA-Edubox.
2. A ausência de pagamento da refeição não confere ao aluno o direito ao seu consumo, podendo implicar o não fornecimento da mesma, por parte da Câmara Municipal de Odivelas.
3. Sem prejuízo do referido no número anterior, e tendo presente o superior interesse da criança, a Câmara Municipal de Odivelas poderá providenciar, no sentido de garantir o fornecimento do almoço aos alunos que compareçam no refeitório escolar para almoçar, e cujo encarregado de educação não tenha realizado o respetivo pagamento e/ou marcação.



XII

(Da Anulação das Refeições)

1. As refeições marcadas podem ser anuladas através do endereço eletrónico plataformasiga@cm-odivelas.pt, ou mediante atendimento presencial na Divisão de Educação, da Câmara Municipal de Odivelas, de acordo com o previsto nos números seguintes.
2. As anulações de consumos serão consideradas justificadas quando:
 - a. A ausência por doença seja igual ou inferior a 5 dias úteis consecutivos, justificada através da caderneta do aluno e assinado pelo professor titular de turma;
 - b. A ausência por doença seja superior a 5 dias úteis consecutivos, justificados através de apresentação de atestado médico;
 - c. A ausência do consumo ocorra por motivos não imputáveis ao aluno ou à respetiva família, desde que devidamente comprovado.
3. A apresentação da justificação da anulação das refeições deverá ser efetuada até ao último dia útil do mês a que o consumo diz respeito.
4. As refeições não anuladas, no prazo e forma indicados nos anteriores números 2 e 3, são consideradas como consumidas.

XIII

(Da Desistência ou Suspensão)

O pedido de desistência ou de suspensão do serviço de refeições deverá ser comunicado por escrito pelos encarregados de educação, à Câmara Municipal de Odivelas, através do endereço eletrónico plataformasiga@cm-odivelas.pt ou presencialmente na Divisão de Educação, até ao último dia do mês a que respeita. No acerto que daí resultar será considerado o número de refeições já consumidas pelo aluno.

XIV

(Das Dívidas)

1. O pagamento das refeições escolares deve ser garantido pelos encarregados de educação dos alunos, sendo que o incumprimento deste procedimento determina a inexistência de qualquer reserva de refeição escolar para o aluno em causa.
2. Quando exista um incumprimento por parte do encarregado de educação do aluno do dever de efetuar o pagamento da refeição, a Câmara Municipal de Odivelas, em sua substituição, garante o fornecimento do almoço, atendendo ao direito à alimentação, consagrado na Declaração dos Direitos da Criança, subscrita na íntegra por Portugal, tendo o direito legal ao ressarcimento da respetiva verba, por parte dos faltosos.



3. Quando a situação referida no número anterior, constitua um comportamento reiterado por parte do encarregado de educação do aluno, havendo indícios de comprovada negligência, poderá a Câmara Municipal de Odivelas ou o agrupamento de escolas, proceder à comunicação deste facto, junto da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Odivelas.
4. O apuramento da dívida decorrente do consumo de refeições escolares, e do não pagamento das mesmas, determina a identificação do valor da dívida em causa, com emissão de uma fatura, para regularização no prazo de 10 dias.
5. Sem prejuízo dos números anteriores, do presente artigo, o não pagamento da dívida dentro do prazo de pagamento voluntário, implica a extração das respetivas certidões de dívida e o seu envio aos serviços competentes, para efeitos de execução fiscal.

CAPÍTULO IV

Funcionamento do Refeitório Escolar

XV

(Do Funcionamento do Refeitório Escolar)

1. O refeitório escolar funciona nos dias úteis, e em tempo letivo, para todas as crianças do pré-escolar e os alunos do 1.º ciclo do ensino básico, da rede pública, encontrando-se encerrado nas interrupções letivas e férias escolares para os alunos do 1.º ciclo do ensino básico, e para as crianças do pré-escolar que não frequentem as atividades de animação e apoio à família.
2. A monitorização e avaliação do serviço de fornecimento de refeições escolares são da responsabilidade da Câmara Municipal de Odivelas, em colaboração com os órgãos de gestão dos estabelecimentos de educação e ensino.
3. O refeitório escolar é um espaço que está ao serviço de todas as crianças/alunos, mesmo daqueles que, por motivos devidamente justificados, consomem uma refeição confeccionada em casa.
4. O serviço de refeições escolares funciona todos os dias letivos, nos seguintes horários:
 - a. Pequenos-almoços - imediatamente antes do início da atividade letiva;
 - b. Almoços - entre as 11h:30m e as 14h:30m;
 - c. Lanches - a partir das 15h:30m (ou de acordo com o horário dos intervalos estipulado pelo estabelecimento de ensino).
5. A distribuição/fornecimento dos lanches será articulada entre a coordenação do estabelecimento de ensino e a empresa responsável pelo serviço de refeição, por referência aos horários e espaços escolares específicos de cada estabelecimento de ensino, sendo dado conhecimento do mesmo, à Câmara Municipal de Odivelas.



6. No caso de se verificar alguma emergência e/ou falha no abastecimento de água, energia elétrica ou gás, o fornecimento de refeições escolares é assegurado, mediante o recurso a uma ementa composta por alternativas de produtos alimentares à base de conservas (como prato principal), pão, fruta e água engarrafada.
7. O aluno deve entrar no refeitório de forma ordeira, e sentar-se à mesa, acatando as indicações dadas pelos adultos, promovendo um ambiente calmo ao longo da refeição. O aluno deve ser sensibilizado e informado, por parte dos adultos (pessoal docente, pessoal não docente), a experimentar novos alimentos e sabores, presentes nas ementas, para a adoção de comportamentos alimentares mais saudáveis.
8. O espaço do refeitório escolar está interdito a pessoas estranhas ao serviço de fornecimento de refeições, sem prévia autorização da Câmara Municipal de Odivelas/Divisão de Educação, excetuando:
 - a) Trabalhadores da Câmara Municipal de Odivelas/Divisão de Educação;
 - b) Pessoal Não Docente afeto ao respetivo estabelecimento de ensino;
 - c) Pessoal Docente do respetivo estabelecimento de ensino;
 - d) Pessoal dos quadros da empresa prestadora do serviço de refeições.
9. Está interdita a guarda e conservação de alimentos vindos de casa (p.e. bolos de aniversário, entre outros) nos equipamentos de refrigeração da cozinha, pelo que qualquer situação que possa ocorrer com o seu consumo, a empresa prestadora do serviço de refeições e a Câmara Municipal de Odivelas, declinam qualquer responsabilidade.

XVI

(Das Ementas)

1. As ementas das refeições escolares são elaboradas pela Câmara Municipal de Odivelas, por um Técnico de Nutrição, de acordo com as orientações emanadas pelo Ministério da Educação - Direção Geral de Desenvolvimento Curricular, e do Documento “Educação Alimentar em Meio Escolar – referencial para uma oferta alimentar saudável”.
2. De acordo com a Lei nº 11/2017, de 17 de abril, será igualmente disponibilizada a ementa vegetariana.
3. Para ter acesso à opção identificada no ponto 2, e para facilitar a gestão e fornecimento dos pratos vegetarianos, os encarregados de educação deverão preencher uma ficha de sinalização específica, ficando assim assegurado o fornecimento diário da mesma.
4. As ementas serão afixadas no estabelecimento de ensino, em local visível a toda a comunidade educativa, podendo ainda ser consultadas no sítio oficial da Câmara Municipal de Odivelas - **www.cm-odivelas.pt**, bem como através da **Plataforma SIGA - Edubox**.
5. As ementas são semanais, não podendo ser alteradas sem prévia autorização da Câmara Municipal de Odivelas, salvo em situações excecionais e por motivos não imputáveis à entidade adjudicante.



6. A composição das ementas das refeições escolares é variável, de acordo com o tipo de refeição:
- a. A refeição do pequeno-almoço inclui: **sandes** (fiambre de aves ou queijo ou manteiga ou doce); e **leite** simples ou achocolatado em pacote tipo tetrapack ou **iogurte** de aromas líquido;
 - b. A refeição do almoço inclui: sopa de legumes ou leguminosas; **prato** de carne, ou peixe, ou ovos; acompanhamento (batata, ou arroz, ou massa, ou leguminosas); legumes/hortaliças ou salada; **pão**; **sobremesa** (doce ou fruta ao natural); **água** (única bebida permitida);
 - c. A refeição do lanche inclui: **sandes** (fiambre de aves, ou queijo, ou manteiga, ou doce) ou uma dose individual de bolacha Maria/torrada; **leite** simples em pacote tipo tetrapack, ou **iogurte** líquido de aromas, ou iogurte de aromas sólido, ou uma **peça de fruta**.
7. Excecionalmente, e em dias de passeio ou visitas de estudo, poderá ser fornecida a refeição tipo picnic (almoço e/ou lanche), desde que devidamente articulado, entre o órgão de gestão do estabelecimento de ensino e a empresa que fornece as refeições, com uma antecedência mínima, de 15 dias.

XVII

(Das Dietas Personalizadas)

1. Por motivos de saúde e/ou étnicos religiosos, as refeições fornecidas poderão ter uma ementa diferenciada, elaborada a partir de alimentos permitidos e tolerados pelas crianças/alunos, e ajustada às suas necessidades específicas, desde que a empresa adjudicatária do serviço tenha capacidade de fornecimento dos mesmos.
2. Para o efeito do exposto no número anterior, existem regras específicas que se encontram contempladas nas normas dos refeitórios escolares, distribuídas anualmente nos estabelecimentos de educação e ensino, e disponibilizadas através do Site oficial da Câmara Municipal de Odivelas.
3. Apenas nas situações, em que a Câmara Municipal de Odivelas, não possua capacidade de, em conjunto com a empresa adjudicatária do serviço, fornecer alimentação diferenciada, poderá o aluno usufruir de refeição enviada de casa para a escola.
4. Ressalva-se, que a refeição “caseira”, considerada no ponto anterior, terá de ser acondicionada em termos isotérmicos, que garanta a segurança e a integridade dos alimentos, já que está expressamente interdita a utilização dos equipamentos de conservação e aquecimento existentes no refeitório escolar.
5. Dado que o refeitório escolar é um espaço comum a todos os alunos, esta refeição “caseira” poderá ser tomada nesse espaço, no horário em vigor do estabelecimento de ensino, para realização do pequeno-almoço, almoço ou lanche.



CAPÍTULO V

Disposições Finais e Transitórias

XVIII

(Situações Omissas)

As situações omissas, não previstas nas presentes Normas, e que necessitem de ser supridas, serão analisadas e resolvidas, caso a caso, pela Câmara Municipal de Odivelas, de acordo com a legislação vigente.

ANEXO III

NORMAS DE FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E DE APOIO À FAMÍLIA (AAAF) NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

I

(Disposição Introdutória)

1. A educação pré-escolar é considerada a primeira etapa da educação básica no processo de educação ao longo da vida, sendo complementar da ação educativa da família, com a qual deve estabelecer estreita relação, favorecendo a formação e o desenvolvimento equilibrado da criança, tendo em vista a sua plena inserção na sociedade como ser autónomo, livre e solidário.
2. As Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF), na vertente prolongamento de horário, traduzem-se na oferta de atividades de animação e acompanhamento das crianças que frequentam os estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública, antes e depois do período diário das atividades educativas e durante os períodos de interrupção destas atividades, de forma a assegurar um horário adequado às necessidades das famílias.
3. As AAAF são comparticipadas pela administração central e local e pelas famílias, de acordo com as condições socioeconómicas do agregado familiar, com o objetivo de promover a igualdade de oportunidades.
4. Ao longo do tempo, a Câmara Municipal de Odivelas (CMO), tem vindo a dar especial atenção ao aprofundamento das parcerias com os diferentes agentes educativos, no sentido de responder de forma eficaz às necessidades socioeducativas das crianças e das famílias, rentabilizando sinergias e recursos existentes na comunidade.



II

(Do Objeto)

As presentes normas regulam as condições de acesso, bem como o modelo de funcionamento das AAAF, nos estabelecimentos de educação pré-escolar.

III

(Dos Objetivos)

Com as AAAF pretende-se:

1. Adaptar os tempos de permanência das crianças nos estabelecimentos de educação pré-escolar às necessidades das famílias e, simultaneamente, garantir que as mesmas usufruam de atividades com qualidade pedagógica, complementares das atividades educativas.
2. Assegurar o acompanhamento das crianças, antes e depois do período diário de atividades educativas, e durante os períodos de interrupção dessas atividades.

IV

(Dos Destinatários)

São destinatários do serviço das AAAF as crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no 1º ano do 1º ciclo do ensino básico, que frequentem os estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública do Concelho de Odivelas.

CAPÍTULO II

Implementação, Organização e Funcionamento

V

(Da Implementação)

1. A Câmara Municipal de Odivelas constitui-se como entidade promotora do Programa das AAAF, nos termos estabelecidos no Protocolo de Cooperação celebrado entre o Ministério da Educação, o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e a Associação Nacional de Municípios Portugueses.
2. A planificação das AAAF é da responsabilidade dos Agrupamentos de Escolas.
3. Para implementação das AAAF, podem constituir-se como entidades gestoras do Programa, os Agrupamentos de Escolas, as Associações de Pais e Encarregados de Educação, e as Instituições Particulares de Solidariedade Social.
4. Nas situações em que os Agrupamentos de Escolas não se assumam como entidades gestoras, constituem-se obrigatoriamente como entidade parceira das entidades gestoras por si selecionadas.
5. As entidades gestoras poderão prestar diretamente o serviço de AAAF ou estabelecer parcerias com entidades terceiras, para esse fim.



6. As entidades gestoras responsabilizam-se, entre outros, pela implementação e desenvolvimento das AAAF, tendo em conta as necessidades das crianças e das famílias e a capacidade dos espaços escolares, em devida articulação com os órgãos competentes dos Agrupamentos de Escolas.
7. A Câmara Municipal de Odivelas, enquanto entidade promotora do programa, comparticipa financeiramente a frequência das AAAF, leva a cabo o controlo financeiro da sua execução, e assume a monitorização e avaliação do Programa, em estreita colaboração com todos os parceiros envolvidos.
8. O pagamento relativo ao desenvolvimento do Programa das AAAF, apenas será considerado, após assinatura pelas partes, do Acordo de Colaboração Bipartido (entre a Câmara Municipal de Odivelas e o Agrupamento de Escolas) ou Tripartido (entre a Câmara Municipal de Odivelas, o Agrupamento de Escolas e a Entidade Gestora).

VI

(Da Organização e Funcionamento)

1. A oferta das AAAF é de natureza obrigatória pelos estabelecimentos de educação Pré-escolar, mas de frequência facultativa por parte das crianças.
2. As AAAF funcionam num período máximo de 11 meses por ano, entre setembro e julho.
3. Sem prejuízo da normal duração das atividades educativas na educação pré-escolar, as AAAF desenvolvem-se, obrigatoriamente, até às 17h30, podendo a oferta de atividades ser extensível ao período que antecede e precede a realização das atividades educativas no jardim-de-infância.
4. A oferta das AAAF poderá organizar-se durante os períodos de atividades educativas, entre as 7h00/ 9h00 e as 15h30/ 19h30, e nas interrupções dessas atividades, entre as 7h00 e as 19h30.
5. Em caso de necessidade das crianças e das famílias, poderá haver adequação do horário estabelecido no ponto anterior.
6. O horário de funcionamento das AAAF deverá ser comunicado aos encarregados de educação no momento da matrícula ou de renovação da matrícula, devendo ainda ser confirmado no início das atividades educativas.
7. O refeitório escolar encontra-se em funcionamento durante o período da oferta de AAAF, havendo, neste caso, lugar à comparticipação da Câmara Municipal de Odivelas.
8. A planificação das AAAF deverá ter por base as presentes Normas, ter em conta as necessidades das crianças e das famílias, e estar articulada com o Plano Anual de Atividades e com o Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas.
9. As AAAF são planificadas tendo em conta os recursos físicos existentes nos diferentes estabelecimentos de educação e ensino, e decorrem, preferencialmente, em espaços concebidos para estas atividades, sem prejuízo do recurso a outros espaços escolares.



10. As AAAF deverão funcionar com grupos mínimos de 15 crianças, e com grupos máximos de 25 crianças.
11. A abertura, o fecho, a limpeza das instalações e a vigilância dos recreios, são da responsabilidade da entidade gestora das AAAF, em articulação com os Agrupamentos de Escolas, quando estes não se apresentem como entidade gestora.
12. A entidade gestora ficará obrigada à correta utilização dos espaços escolares onde funcionem as AAAF, sendo responsável por garantir as condições de higiene e manutenção dos mesmos, assumindo a reposição ou reparação de qualquer material ou equipamento que se danifique, sempre que tal ocorra no decurso das atividades.
13. Compete à entidade gestora disponibilizar o material didático e de desgaste rápido, necessário à viabilização das atividades a desenvolver no âmbito das AAAF.
14. Compete aos educadores titulares de grupo assegurar a supervisão pedagógica e o acompanhamento da execução das atividades de animação de apoio à família, tendo em vista garantir a qualidade pedagógica das atividades desenvolvidas.
15. A supervisão pedagógica e o acompanhamento da execução das AAAF compreendem a programação das atividades, o acompanhamento das atividades através de reuniões com os respetivos dinamizadores, a avaliação da sua realização, e as reuniões com os encarregados de educação.
16. A monitorização e avaliação do Programa das AAAF são da responsabilidade da Câmara Municipal de Odivelas, em estreita articulação com os Agrupamentos de Escolas, e com as entidades gestoras.

CAPÍTULO III

Comparticipação do Serviço e Inscrições

VII

(Dos Escalões de Apoio)

1. Os escalões de apoio são definidos de acordo com o posicionamento dos agregados familiares para efeitos de atribuição do abono de família:
 - a. **Escalão A** – Crianças cujos agregados familiares se encontrem no 1.º escalão para efeitos de abono de família;
 - b. **Escalão B** – Crianças cujos agregados familiares se encontrem no 2.º escalão para efeitos de abono de família;
 - c. **Escalão C** – Crianças cujos agregados familiares se integrem nos restantes escalões para efeitos de atribuição de abono de família.
2. Para efeitos de atribuição do escalão de apoio aos alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE), bem como a outros alunos que, de acordo com a legislação própria, possam vir a estar incluídos, será considerado o posicionamento do agregado familiar no escalão de rendimento mais favorável.



3. Em caso de dúvida sobre o posicionamento dos agregados familiares nos escalões de rendimentos, cabe ao Agrupamento de Escolas desenvolver as diligências necessárias ao apuramento da condição socioeconómica das famílias, bem como prevenir e corrigir situações de usufruto indevido.
4. Os casos excecionais, e não previstos nestas Normas, deverão ser analisados individualmente no Agrupamento de Escolas, por referência ao enquadramento normativo em vigor, sujeitos a validação por parte dos serviços competentes da Câmara Municipal de Odivelas.

VIII

(Da Comparticipação Financeira)

1. A Câmara Municipal de Odivelas comparticipa o custo da mensalidade das AAAF na educação pré-escolar, a todas as crianças que frequentem os estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública do concelho, sendo os montantes correspondentes, transferidos para as entidades gestoras do Programa.
2. A Câmara Municipal de Odivelas comparticipa a diferença entre o valor máximo de referência mensal que é de € 75,00 por criança, estabelecido pela Câmara Municipal para o custo do serviço, e o valor a pagar pelas crianças em função dos 3 escalões de apoio, definidos em função do posicionamento do agregado familiar para efeitos de atribuição do abono de família.
3. Comparticipação da família (por criança):
 - a. **Escalão A** – comparticipação de 0% do valor máximo de referência;
 - b. **Escalão B** – comparticipação de 35% do valor máximo de referência;
 - c. **Escalão C** – comparticipação de 75% do valor máximo de referência.
4. Comparticipação da Câmara Municipal de Odivelas (por criança):
 - a. **Escalão A**: comparticipação de 100% do valor máximo de referência;
 - b. **Escalão B**: comparticipação de 65% do valor máximo de referência;
 - c. **Escalão C**: comparticipação de 25% do valor máximo de referência.
5. A Câmara Municipal de Odivelas procederá à transferência das verbas para as entidades gestoras, em três tranches, respetivamente em agosto, dezembro e março, tendo por base, a estimativa do número de crianças inscritas nas AAAF e o seu posicionamento nos respetivos escalões de apoio.
6. Sempre que o custo do serviço exceda o valor máximo de referência, definido pela Câmara Municipal de Odivelas, a diferença será integralmente suportada pelas famílias.
7. A entidade gestora efetuará a entrega da listagem das crianças inscritas, com os comprovativos dos valores da comparticipação aos encarregados de educação nas AAAF, até ao final dos meses de janeiro, abril e agosto, a fim de se proceder a eventuais acertos e transferências subsequentes.



8. A entidade gestora deverá arquivar, em processo próprio, toda a documentação respeitante às AAAF, nomeadamente, comprovativos de frequência das crianças, posicionamento das crianças por escalões de apoio, dos pagamentos das famílias, e das respetivas participações.

IX (Das Inscrições)

1. A Câmara Municipal de Odivelas disponibilizará os formulários de candidatura a todos os agrupamentos de escolas, a partir da data oficial de início das matrículas nos estabelecimentos de educação e ensino.
2. Os formulários de candidatura encontram-se igualmente disponíveis, no Site da Câmara Municipal de Odivelas, em www.cm-odivelas.pt.
3. Os agrupamentos de escolas responsabilizam-se por efetuar de forma atempada, a divulgação das condições de inscrição aos potenciais interessados, bem como, o resultado do processo de candidatura.
4. Os encarregados de educação que estejam interessados, em que os seus educandos frequentem as AAAF, deverão formalizar a sua inscrição, através do preenchimento e entrega dos Formulários de Candidatura, que deverão ser solicitados nos Serviços de Ação Social Escolar (SASE), dos Agrupamentos de Escolas ou nos Estabelecimentos de Educação que frequentam, a quem compete a instrução do processo de candidatura, tendo por base a análise da condição socioeconómica do agregado familiar das crianças, nomeadamente o posicionamento do agregado familiar nos escalões de rendimento para a atribuição do abono de família.
5. Os formulários de candidatura acompanhados dos respetivos comprovativos da situação socioeconómica do agregado familiar (cópia do documento emitido pelo serviço competente da Segurança Social ou, quando se trate de trabalhador da Administração Pública, pelo serviço processador dos vencimentos) constituem parte integrante do processo individual do aluno, pelo que deverão ficar arquivados no SASE, do Agrupamento de Escolas.
6. Após receção e validação das candidaturas pelo SASE, os Agrupamentos de Escolas enviarão à Câmara Municipal de Odivelas, em suporte digital (através do e-mail: geral@cm-odivelas.pt), a listagem dos alunos, durante o mês de setembro.
7. A inscrição das crianças nas AAAF poderá ser solicitada no decorrer do ano letivo, sendo para tal obrigatório, que os encarregados de educação procedam à sua inscrição de acordo com as presentes normas.
8. Nas situações previstas no número anterior, os Agrupamentos de Escolas deverão considerar, para efeitos de pagamento, a data em que a criança inicia a frequência das AAAF, e informar de imediato, a Câmara Municipal de Odivelas.
9. Nos casos de mudança do escalão de apoio, os Agrupamentos de Escolas deverão considerar o mês da emissão do respetivo comprovativo da situação socioeconómica do agregado familiar, e comunicar as alterações de escalão à Câmara Municipal de Odivelas.



CAPÍTULO IV

Disposições Finais

X

(Situações Omissas)

As situações omissas, não previstas nas presentes Normas, e que necessitem de ser supridas, serão analisadas e resolvidas, caso a caso, pela Câmara Municipal de Odivelas.

ANEXO IV

NORMAS DOS TRANSPORTES ESCOLARES

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

I

(Disposição Introdutória)

Em cumprimento do disposto no Decreto-Lei nº 299/84, de 5 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 176/2012, de 2 de agosto, é competência das autarquias locais, a oferta do serviço de transporte escolar aos alunos do ensino básico, secundário e profissional, desde que residam a 3 Km ou 4 Km da escola que frequentam, respetivamente, sem ou com refeitório.

Nesse sentido, é objetivo da Câmara Municipal de Odivelas, com a criação das presentes Normas, definir e clarificar procedimentos no âmbito da organização dos processos de candidatura ao transporte escolar, nomeadamente no que diz respeito aos apoios definidos pela legislação em vigor, bem como os apoios concedidos por opção do Município.

II

(Do Âmbito do Serviço de Transporte Escolar)

É da competência da Câmara Municipal de Odivelas a oferta de um serviço de transporte escolar entre o local de residência dos alunos e os estabelecimentos de ensino básico, secundário ou profissional que os alunos frequentam, quando residam a mais de 3km ou 4km dos estabelecimentos de ensino, respetivamente, sem ou com refeitório.



CAPÍTULO II

Modalidades de Apoio

III

(De Acordo com Legislação em Vigor)

1. Comparticipação da totalidade do valor do passe escolar - 100%

- a.** Alunos do ensino básico, menores de 18 anos, sujeitos à escolaridade obrigatória, que residam a mais de 3km ou 4Km do estabelecimento de ensino mais próximo (sem ou com refeitório, respetivamente);
- b.** Alunos com necessidades educativas especiais, de carácter permanente, com currículo específico individual organizado nos termos da alínea e) do n.º 2, do art.º 16.º do Decreto-Lei nº 3/2008, de 7 de janeiro e do Decreto-Lei nº 176/2012, de 2 de agosto que frequentem o ensino básico e secundário;
- c.** O apoio referido na alínea anterior é complementado com o serviço municipal de transporte especial, cujas normas de funcionamento se encontram previstas no Capítulo VI das presentes Normas.

IV

(Por Opção do Município de Odivelas)

1. Comparticipação da totalidade do valor do passe escolar - 100%

- a.** Alunos do ensino básico, secundário e profissional, com idade igual ou inferior a 18 anos, sujeitos à escolaridade obrigatória, desde que residam a mais de 2 Km de distância do estabelecimento de ensino que frequentam, e beneficiem de Ação Social Escolar (A.S.E.);
- b.** Alunos do ensino secundário ou profissional, com idade igual ou inferior a 18 anos, sujeitos à escolaridade obrigatória, e que residam a mais 3km ou 4Km do estabelecimento de ensino mais próximo (sem ou com refeitório, respetivamente);
- c.** Os alunos que se incluam nos casos previstos no ponto 1, alíneas a) e b), e que frequentem ofertas formativas que integrem formação em contexto de trabalho, beneficiarão de apoio em transporte desde o local de residência até ao local de realização do estágio, desde que o mesmo faça parte do Plano Curricular de Curso.

2. Outros Apoios

Crianças que frequentem estabelecimentos de educação pré-escolar e alunos menores a frequentarem o ensino básico, cujo percurso casa/escola não seja acessível a pé em termos de distância, e que não permita a utilização de transportes públicos coletivos, para este efeito.



V

(Da Exceção)

Excetua-se do disposto nos artigos anteriores, as situações em que o estabelecimento de ensino pretendido pelo encarregado de educação ou pelo aluno, não seja aquele que serve a respetiva área de residência e, neste também haja a oferta formativa pretendida, assumindo, nestes casos, a expensas próprias, o encarregado de educação ou o aluno, os encargos com os custos de transporte que daí possam resultar.

CAPÍTULO III

Escolas Dentro do Concelho

VI

(Dos Procedimentos)

1. Para os estabelecimentos de ensino básico, secundário ou profissional, situados dentro do concelho, os processos de candidatura, deverão ser instruídos pelos mesmos, de acordo com os seguintes procedimentos:
 - a. A Câmara Municipal de Odivelas enviará a todos os estabelecimentos de ensino, em formato digital, os boletins de candidatura aos Transportes Escolares para o ano letivo seguinte, bem como as presentes Normas, até ao último dia útil do mês de junho de cada ano;
 - b. O estabelecimento de ensino é responsável, no ato da matrícula e/ou renovação da matrícula, pela divulgação atempada junto dos alunos, das condições de candidatura ao apoio em Transportes Escolares;
 - c. Para renovação do pedido de apoio em transportes escolares, para os alunos em que não se verifique alteração no escalão da Ação Social Escolar, estabelecimento de ensino que frequenta, ou de residência, o agrupamento de escolas poderá enviar apenas a listagem com a referida informação, dispensando assim, o preenchimento do boletim de candidatura;
 - d. No caso de transferência dos alunos para estabelecimentos de ensino fora do concelho, por falta de vaga ou curso nas escolas do concelho, o estabelecimento de ensino é responsável por informar os encarregados de educação, que os alunos podem continuar a usufruir do apoio em Transporte Escolar, conforme previsto nas partes IV, VIII e IX, das presentes Normas;
 - e. No caso dos alunos que mudem de residência e, dos que não têm vaga no estabelecimento de ensino mais próximo da área de residência, é obrigatório a junção, ao Boletim de Candidatura, de comprovativo de residência e declaração de não vaga do agrupamento de escolas ou escola não agrupada, da área de residência;



- f. O estabelecimento de ensino deverá prestar todas as informações aos candidatos e encarregados de educação, confirmar as informações constantes nos boletins e declarações, anexar obrigatoriamente cópia do comprovativo da Segurança Social em como os alunos são abrangidos pelo A.S.E, bem como informar os candidatos sobre o resultado do processo de candidatura;
- g. Posteriormente, os boletins de candidatura serão enviados para a Câmara Municipal de Odivelas, através do órgão de administração e gestão do estabelecimento de ensino, dentro dos prazos definidos nas presentes Normas;
- h. A Câmara Municipal de Odivelas, de acordo com os critérios estabelecidos nas modalidades de apoio, avaliará as candidaturas e dará conhecimento da decisão final, ao agrupamento de escolas ou escolas não agrupadas;
- i. Os estabelecimentos de ensino, ao longo do ano letivo, e após receção da listagem dos alunos em que conste autorização da Câmara Municipal de Odivelas para atribuição do apoio em transporte escolar, procederão ao carregamento dos passes escolares através do Portal Viva, ou providenciarão a emissão da requisição para carregamento de passe à empresa transportadora;
- j. Os carregamentos ou requisições para carregamento do passe por parte dos estabelecimentos de ensino serão efetuadas de setembro a junho, podendo ser extensível, no caso de estágios curriculares, até ao mês de julho;
- k. Os estabelecimentos de ensino, enviarão à Câmara Municipal de Odivelas, até ao último dia útil de cada mês, a listagem devidamente assinada pelos alunos ou pelos encarregados de educação, assim como, o mapa de requisição e devolução das requisições para o carregamento do passe;
- l. Os estabelecimentos de ensino não estão autorizados a efetuar o carregamento ou entrega da requisição para carregamento do passe aos alunos, sem prévia autorização da Câmara Municipal de Odivelas, sob pena de ficar à sua inteira responsabilidade o custo inerente a essas situações;
- m. Só serão emitidas requisições para carregamento do passe, caso o carregamento não seja possível através do Portal Viva.

VII

(Dos Prazos de Receção dos Processos de Candidatura)

1. Os boletins de transporte escolar deverão dar entrada nos serviços da Câmara Municipal de Odivelas, obrigatoriamente, até ao último dia útil do mês de setembro, para os alunos do ensino básico, e até ao último dia útil do mês de outubro, para os alunos do ensino secundário, sob pena dos pedidos serem indeferidos. A partir destas datas, só serão analisadas candidaturas de alunos transferidos compulsivamente para outros estabelecimentos de ensino, alunos que mudem de residência dentro do concelho, e alunos que passem a beneficiar de ASE no decorrer do mesmo ano letivo.



2. Os boletins de transporte escolar são, obrigatoriamente, preenchidos e instruídos com o comprovativo de morada da residência do aluno e o comprovativo do A.S.E., ficando os serviços competentes do estabelecimento de ensino, responsáveis pela confirmação das informações prestadas, bem como, pelo cumprimento dos prazos referidos.
3. Os boletins de transporte escolar, incorretamente ou insuficientemente preenchidos, serão devolvidos aos serviços administrativos do agrupamento de escolas ou escola não agrupada para suprimimento das falhas, e posterior envio à Câmara Municipal de Odivelas, no prazo máximo de 10 dias úteis após a devolução, sob pena de serem indeferidos.

CAPÍTULO IV

Escolas Fora do Concelho

VIII

(Dos Procedimentos)

1. Para os alunos que frequentam estabelecimentos de ensino localizados fora do concelho de Odivelas, os processos de candidatura deverão ser instruídos pela Junta de Freguesia da área de residência dos alunos, de acordo com os seguintes procedimentos:
 - a. A Câmara Municipal de Odivelas enviará às Juntas de Freguesia os boletins de candidatura aos transportes escolares, bem como as presentes Normas, até ao último dia útil do mês de junho, de cada ano;
 - b. Será da responsabilidade das Juntas de Freguesia:
 - i. A divulgação atempada dos requisitos necessários para os alunos poderem beneficiar do apoio em Transportes Escolares;
 - ii. Informar os candidatos e/ou os encarregados de educação sobre o resultado do pedido efetuado;
 - iii. Informar os candidatos e/ou os encarregados de educação dos prazos de pagamento do apoio;
 - iv. Informar os candidatos e/ou os encarregados de educação, dos documentos que estão obrigados a apresentar para efeitos de instrução de processo de candidatura, e para que os pagamentos possam ser levados a cabo.
 - c. Os boletins, devidamente preenchidos pelos encarregados de educação e/ou pelos alunos, confirmados pelo estabelecimento de ensino e pela Junta de Freguesia, serão enviados para a Câmara Municipal de Odivelas, dentro dos prazos definidos nas presentes Normas;
 - d. A Câmara Municipal de Odivelas, de acordo com os critérios estabelecidos nas modalidades de apoio, analisará as candidaturas e procederá à transferência de verbas para as Juntas de Freguesia, relativas às candidaturas que forem deferidas;



- e. A transferência de verbas para as Juntas de Freguesia será efetuada, em três vezes, respetivamente em setembro, dezembro e abril, sendo a primeira transferência calculada por estimativa;
- f. Após transferência das verbas por parte da Câmara Municipal de Odivelas, as Juntas de Freguesia deverão proceder ao pagamento das importâncias, aos alunos ou aos encarregados de educação, até ao dia 8 do mês seguinte, ao da data dos documentos apresentados pelos beneficiários;
- g. No ato do pagamento das verbas, os alunos ou os encarregados de educação, deverão, obrigatoriamente, apresentar os documentos abaixo mencionados, sob pena do não pagamento dos valores dos meses em falta:
 - i. Recibo comprovativo do carregamento do título de transporte;
 - ii. Declaração de frequência escolar referente aos meses correspondentes à verba que vão receber (por período letivo);
- h. As Juntas de Freguesia, até ao último dia útil do mês de agosto de cada ano, deverão enviar um ofício à Câmara Municipal de Odivelas, onde conste o valor total pago aos alunos e respetivos comprovativos de pagamento, efetuados no ano letivo transato;

IX

(Dos Prazos de Receção dos Processos de Candidatura)

1. Os boletins de transporte escolar deverão dar entrada na Câmara Municipal de Odivelas, obrigatoriamente, até ao último dia útil do mês de outubro, para os alunos do ensino básico, e até ao último dia útil do mês de novembro, para os alunos do ensino secundário, sob pena de serem indeferidos; a partir destas datas, só serão analisadas candidaturas de alunos transferidos compulsivamente para outros estabelecimentos de ensino, alunos que mudem de residência dentro do concelho, alunos que frequentem ofertas formativas específicas para o ensino básico, e alunos que passem a beneficiar de ASE no decorrer do ano letivo.
2. Os boletins de transporte escolar são, obrigatoriamente, preenchidos e instruídos com o comprovativo da residência do aluno, e o comprovativo da Segurança Social relativo ao escalão de apoio para efeitos de posicionamento para atribuição do abono de família; no caso de alunos que não têm vaga, área de estudo ou curso, no estabelecimento de ensino mais próximo da residência, é ainda obrigatório, que seja entregue uma declaração de ausência de vaga de estabelecimento de ensino ao boletim de candidatura, ficando os serviços competentes da Junta de Freguesia, responsáveis pela confirmação das informações prestadas, bem como, pelo cumprimento do prazo referido.
3. Os formulários incorretamente preenchidos serão devolvidos à Junta de Freguesia para suprimimento das falhas, e posterior envio à Câmara Municipal de Odivelas, no prazo máximo de 10 dias úteis após a devolução, sob pena de serem indeferidos.



CAPÍTULO V

Análise, Admissão e Reavaliação dos Processos de Candidatura

X

(Dos Procedimentos da Empresa Transportadora)

A empresa transportadora, aquando do envio das faturas à Câmara Municipal de Odivelas, juntará cópia das requisições correspondentes (caso existam), e discriminará o tipo de passe, o valor, a quantidade, e os estabelecimentos de ensino a quem foram fornecidas.

XI

(Da Análise e Admissão de Candidaturas)

1. A Câmara Municipal de Odivelas procederá à análise e confirmação dos processos, prestando, em tempo útil, a competente informação aos estabelecimentos de ensino e às Juntas de Freguesia.
2. O apoio em Transportes Escolares, definido no âmbito das presentes Normas, não poderá ser acumulado com outros apoios em transporte.

XII

(Da Reavaliação dos Processos de Candidatura)

1. Os pedidos de reavaliação dos processos de candidatura que tenham sido indeferidos, e efetuados quer por parte dos estabelecimentos de ensino, quer por parte dos alunos/encarregados de educação, deverão ser levados a cabo no prazo máximo de 15 dias, a contar da data de envio da primeira decisão ao estabelecimento de ensino ou à Junta de Freguesia, relativamente à não atribuição do apoio por parte da Câmara Municipal de Odivelas.
2. Estes pedidos de reavaliação de processos, deverão ser acompanhados da competente fundamentação e/ou documentação de apoio à tomada de decisão.

CAPÍTULO VI

Transportes Especiais

XIII

(Do Funcionamento)

1. Dentro da capacidade logística existente na Câmara Municipal de Odivelas, será assegurado o transporte escolar aos alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente (com programa educativo individual organizado nos termos do Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro, e de acordo com o n.º 1, alínea b), do art.º 13.º do Despacho n.º



18987/2009, de 17 de agosto), desde que os alunos não beneficiem já de apoio prestado por outra entidade.

2. Todos os pedidos de transportes especiais, feitos pela primeira vez, deverão ser devidamente fundamentados, sendo para tal solicitado um processo organizado pelos agrupamentos de escolas/escola não agrupada/instituição, onde conste: nome do estabelecimento de ensino e endereço; endereço do aluno e contacto do encarregado de educação; tipo de deficiência, com comprovativo de relatório médico e de declaração de incapacidade.

XIV

(Do Âmbito)

1. Para admissão de alunos ao apoio em transportes especiais (dentro das limitações da frota automóvel disponível e das características/condicionalismos dos utentes a transportar), as prioridades, serão:
 - a. Alunos residentes no concelho de Odivelas, com necessidade educativas especiais de carácter permanente, inseridas na escolaridade obrigatória, ao abrigo da Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto, e que frequentem a escola mais próxima da área de residência, ou uma Unidade de Apoio a Alunos com Deficiência que responda às suas necessidades de apoio;
 - b. Alunos residentes no concelho de Odivelas, que frequentam a escolaridade obrigatória, ao abrigo da Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto, e que frequentem uma escola fora da sua área de residência ou Unidade de Apoio a Alunos com Deficiência que responda às suas necessidades de apoio (incluindo escolas ou unidades localizados nos concelhos limítrofes), por falta de resposta na escola ou Unidade de Apoio mais próxima da residência;
 - c. Alunos com necessidades educativas especiais (NEE), de carácter permanente, residentes no concelho, que frequentem estabelecimentos de educação e ensino do pré-escolar, localizados no concelho de Odivelas, com 4 ou 5 anos de idade.

XV

(Dos Procedimentos)

1. Os pedidos de apoio para transportes especiais (primeira inscrição ou renovação) deverão dar entrada na Divisão de Educação, da Câmara Municipal de Odivelas, até ao dia 31 de julho, para uma análise e informação de disponibilidade do serviço, em tempo útil. Só serão aceites pedidos fora deste prazo, em casos devidamente justificados, em que as causas do atraso, não dependam do beneficiário ou do respetivo encarregado de educação (nos casos em que tal se aplique).



2. Caso o pedido de transporte seja deferido, os pais e/ou encarregados de educação, serão informados em tempo útil, e assinarão termo de responsabilidade na Divisão de Educação, em que assumem a responsabilidade pela entrega e recolha dos alunos/utentes no local e horário, previamente definido para a paragem da viatura municipal, obrigando-se ainda, a entregar um contacto de fácil acesso, para ser utilizado exclusivamente, pelo motorista e/ou assistente operacional da viatura ou pelos serviços competentes da Câmara Municipal de Odivelas, em caso de necessidade iminente de informar/esclarecer/clarificar, qualquer assunto relacionado com o seu educando/familiar.
3. O transporte especial será assegurado dentro dos períodos letivos definidos pelo calendário escolar, e sempre que possível, dentro dos horários de início e final das atividades escolares, havendo exceção a esta regra, no caso de, comprovadamente, se realizarem atividades fora do calendário escolar, publicado anualmente, pelo órgão de administração central com competência nesta matéria.
4. O transporte especial ficará suspenso após 5 faltas injustificadas, dias seguidos ou alternados, dando vaga a outro pedido que se encontre em lista de espera.

CAPÍTULO VII

Disposições Finais e Transitórias

XVI

(Das Situações Omissas)

1. A evocação do desconhecimento das presentes Normas, não será considerada justificação aceitável, para o incumprimento das obrigações nelas constantes.
2. Situações excecionais, e/ou omissas nas presentes Normas, deverão ser apresentadas e devidamente justificadas pelos alunos/encarregados de educação, pelo estabelecimento de ensino, ou pela Junta de Freguesia, em requerimento dirigido ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, cabendo à Vereação com o Pelouro da Educação, após a devida análise técnica, decidir caso a caso.

XVII

(Das Falsas Declarações)

As falsas declarações implicarão a cessação imediata do apoio atribuído, bem como o reembolso à Câmara Municipal de Odivelas, do montante correspondente à participação indevidamente recebida, por parte do aluno.